Cada vez mais o quotidiano de miséria de todos nós é regulado pelo imperativo da violência. Não só a violência que nos chega através do aparelho mediático – guerras, atentados, genocídios, refugiados –, que atinge milhares de pessoas ao mesmo tempo, num todo colectivo, e onde o horror alcança o estatuto de espectáculo, mas também de toda uma "pequena" violência, concreta ou latente, que se manifesta no quotidiano de cada um: assaltos (ou possibilidade de o ser em determinadas circunstâncias); salários em atraso; desemprego ao fim de muitos anos de trabalho e quando a idade já não permite soluções alternativas; condução perigosa por parte de condutores que fazem das estradas e ruas as suas válvulas de escape de frustrações acumuladas; obrigação de trabalhar todos os dias numa actividade e num ambiente que já não se suporta; transportes públicos insuficientes, caros, sem condições e desajustados das necessidades; peso opressivo do aparelho burocrático-policial estatal; aumentos desmesurados e injustificáveis de bens e serviços essenciais, enfim, todo um multiplicar de agressões, que não se podem evitar ou responder, ou para as quais não há resposta possível a nível individual, e que vão provocando um acumular de raiva contida. Raiva esta que, cedo ou tarde, é despejada nas relações individuais, familiares, laborais, muitas vezes injustamente, ou em descargas de violência suicida ou assassina ou, ainda, na procura e participação em fenómenos e situações de catarse colectiva, tais como o futebol ou a religião.

Hoje em dia, a violência massificada que é praticada pelos Estados, por grupos com motivações político-religiosas ou por "senhores da guerra" procurando simplesmente uma demarcação feudal de territórios, atinge todos os continentes. Do México à Somália, do Darfour ao Iraque, do Médio Oriente à Tchetchénia ou ao Tibete, é todo um somatório de situações de guerra formal, de terrorismo de Estado, de genocídio étnico ou de atentados aos mais elementares direitos humanos, envolvendo milhões de pessoas, fazendo milhões de vítimas, sobretudo mulheres e crianças, e que são paradigmáticas do desprezo total a que a humanidade tem votado princípios de vida, de comportamento e de solidariedade social que deveriam ser assumidos como básicos e essenciais. Mas não nos iludamos ao pensar que este cenário desumano só existe por culpa e exclusiva responsabilidade dos "maus", das classes dominantes e do sistema capitalista; existe porque todos nós nele participamos, uns activamente, outros calando-se ou nada fazendo de concreto. As guerras não acontecem porque há generais ou políticos, as guerras acontecem porque há sempre soldados disponíveis para as fazerem. Se, algum dia, o antimilitarismo ou o pacifismo tiverem uma influência decisiva nos comportamentos individuais, então sim, poder-se-á aspirar ao fim de todo e qualquer tipo de

actividade bélica. Cabe-nos a nós, anarquistas, ter mais uma vez um papel fundamental na divulgação destas ideias, que já foram tão populares na Europa do início do século XX.

Num Estado em profunda e quase permanente crise económico-social, como é Portugal, a violência manifesta-se também na sensação interiorizada com que vive o cidadão comum de que são sempre os mesmos a pagá-la. Num país em que as classes dominantes são conhecidas pela apologia e prática do "vale tudo" e pelo seu "chico-espertismo" parolo, torna-se violento e revoltante verificar como a justiça é aplicada de forma diferente, consoante a conta bancária e o estatuto social, e como aumenta, ano após ano, o fosso e as desigualdades sociais entre ricos e pobres. Em quase todos os rácios económicos, sociais, da justiça, da saúde ou da educação, Portugal é sistematicamente o pior "aluno" da União Europeia mas, no entanto, a desculpa empresarial da falta de produtividade laboral desapareceu, visto que esta tem vindo progressivamente a aumentar. Isto significa que, apesar dos trabalhadores cada vez produzirem "melhor" e ganharem menos em termos de salários reais, o país continua a não lhes proporcionar o nível de qualidade de vida a que têm direito. De quem será a culpa? Quem beneficia do 1% do PIB que todos os anos é "desviado" devido às negociatas não tributadas ou à economia paralela? Como apareceram as fortunas repentinas que muitos empresários e políticos ostentam, transferindo todas as responsabilidades e custos para as costas dos trabalhadores? Trabalhadores estes que, apesar de estarem em empresas aparentemente rentáveis, são muitas vezes lançados para o desemprego, vítimas de processos de descapitalização ou de deslocalização que não controlam e, sobretudo, não percebem minimamente. Confrontados com situações de desespero, acabam a pedir ajuda às "autoridades civis", ao governo, na ilusão patética de que este ainda tem poder de decisão nesta matéria e na esperança de um capitalismo melhor e mais humano.

Assim sendo, face à dimensão e importância que a violência vem assumindo no quotidiano de todos nós, dedica-se mais um número da Utopia a este tema, publicando um conjunto de artigos através dos quais, como é hábito, se procura analisar as diversas facetas da questão e dar a conhecer as diferentes ópticas da análise libertária, sendo que, neste campo, como à semelhança de muitos outros, também não existe unanimidade de opiniões entre o movimento anarquista, constatação fácil de verificar depois da leitura dos textos e, nomeadamente, dos que foram escritos durante a 1ª Guerra Mundial, quando a fractura motivada pela dicotomia paz / guerra foi enorme, trazendo consequências gravíssimas no relacionamento inter-pessoal e organizacional posterior.

Algumas linhas ainda para a "renovada" discussão sobre a questão do referendo à "interrupção voluntária da gravidez". Questão há muito ultrapassada na grande maioria dos países europeus, muitos dos quais já colocaram a fasquia da discussão no patamar seguinte, que é o do direito à eutanásia, mas que, entre nós, ainda dá origem a "movimentos cívicos", discussões mediáticas acaloradas e, claro, uma ida às urnas… Como se o direito individual de cada um pudesse ser definido através de um referendo colectivo… e como se uma das instituições mais participativas nesta discussão, a Igreja católica, pudesse ter alguma autoridade moral para falar de vida…

ÍNDICE

Editorial 1
Avesso do avesso ..... vários 4
Da violência ..... m. a. sousa 8
Anarquia, Anarquismos e Tolerância ..... j. m. carvalho ferreira 9
Anarquia e dissonâncias abolicionistas .....s. oliveira 29
A violência, origens e anarquia ..... e. rodrigues 33
Desvio e Punição numa Sociedade Anarquista .... r. le Murs 38
Black Block: violento? ..... j. janela 45
A Surdez versus Violência ..... i. santos 48
Da violância dos dominantes às violências... i. reitzman 50
Imagens & memória ..... a. affi 53
Manifestos sobre a Guerra ..... vários 57
Louis Lecoin 65

A Transformação Colectivista… ..... a. c. duran 69
Ensino artístico ..... a. sousa 87
Intencionalidade, Anarquismo e Arte ..... p. ferrua 89
A Família Dall'Oca... ..... m. jeremias 95
Escola Horta Natureza... .... i. rodrigues, l. aidner e i. santana 99
As leis mudam, a imigração continua .... c. reeve 104
Crítica de livros 106
Últimas Publicações Recebidas 112

utopia

utopia

Nº 22
Julho/Dezembro 2006

6,00 €uros (isento de IVA)

Director
Mário Rui Pinto

Colectivo Editorial
Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil, Ilídio Santos, J. M. Carvalho Ferreira, José Janela, M. A. Sousa, Mário Rui Pinto

Colaboradores
Alicia Zarate, Antoni Castells, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer, Edson Passetti, Eduardo Sousa, Elisiário Lapa, Eugénia Gomes, Francisco Madrid, José Maria Quadros, José Quintal, José Tavares, Luciano Lanza, Luís Chambel, Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Mónica Fraga, Pietro Ferrua, Quim Sirera, Roberto Freire

Desenho gráfico, imagem e capas
Manuel Almeida e Sousa

Propriedade
Associação Cultural A Vida
Publicação Semestral Registada no Ministério da Justiça com o no 118640

Impressão
Gráfica 2000 – Cruz Quebrada
Redacção e Assinaturas
Apartado 2537 – 1113
Lisboa Codex – Portugal
CulturalAVida@sapo.pt
http://www.utopia.pt

AVESSO DO AVESSO

Não há dúvida alguma de que estamos num país deveras inovador. Quando não há muitos anos as manifestações, protestos e factos afins eram praticados pelos assalariados menos privilegiados de entre nós, que o faziam não por perderem direitos mas, antes, para conseguirem obter o que se lhes não atribuía por direito, HOJE, estes acontecimentos têm vindo a dar lugar cada vez mais a "grupos" ou "elites" que antes apenas iam para a rua para "guardar" os assalariados nessas manifestações. Ou seja, hoje assistimos cada vez mais a protestos, manifestações e actos similares por parte de quem jamais se havia pensado: polícia, exército, juízes e afins. Todos eles são grupos que, para além de serem assalariados por nada fazerem (convenhamos que não estamos em guerra), estão muito receosos de perderem as regalias que foram acumulando ao longo dos tempos, regalias bem diferenciadas do comum cidadão, quer em termos de salários, quer de sistemas de protecção na doença, quer outros privilégios muito diferenciados e melhores que os dos seus concidadãos. Todos eles estão com muito medo de perderem os benefícios de que têm gozado largamente, como antecipações abusivas de pensões de reforma que a sua profissão parasitária lhes permite ter antes do tempo, para além de complementos monetários que lhes são atribuídos por se considerar que exercem uma profissão de risco (embora não se saiba qual o risco que correm por nada fazerem). São tantos os medos de poderem descer na hierarquia dos privilégios de que têm gozado que, até eles, já começam a vir para a rua manifestarem-se da mesma forma que o faziam aqueles que, antes, eles próprios reprimiam ferozmente de o fazer. Esta tem graça, não?

Que é preciso descaramento é, ou não fossem todos eles políticos militantes, profissionais e, por isso, sem verdade. Que todos temos de apertar o cinto? Está à vista! Mas porque será que quem tem de apertar, quem tem de sentir mais na pele não são os mais anafados, mas sim os mesmos de sempre? Eles falam e praticam cortes na educação, no ensino superior, na acção social (para os jovens e idosos), na saúde e noutras áreas onde não deviam de cortar, já que seria para tudo isto que deveriam servir os montantes brutais de impostos que todos os dias vão parar ao cofres do Estado. Mas pensam que se cortou alguma coisa no Ministério da Defesa nacional ou que se está a pensar cortar em 2007? Nem pensar! Em 2006, a TROPA recebeu montes de dinheiro e em 2007 o aumento do orçamento irá ser mais de 80%.Será que em 2007 vamos entrar numa guerra imprevista ou será que já se está a antecipar não cortar nada à tropa que foi para a rua protestar contra a perda de privilégios? Que é estranho é, pois todos os ministérios vão ter cortes em 2007 com excepção avantajada da tropa que vai ter muito mais, as obras públicas como é costume e, vá lá, um aumento pequeno para a ciência e tecnologia. É preciso um grande descaramento para que os parasitas invadam a Praça do Comércio para protestar!

Sabiam que a corrupção está a ser discutida por quem a praticou ou pratica ainda? Será que quem não é corrupto teria algum interesse em querer regulamentar a corrupção? Qual poderá ser o interesse da discussão política deste tema? Será que o mercado está a ficar apertado ou impraticável para muitos deles e então é preciso regulamentá-lo para que todos tenham acesso a ele? E aqui a regulação é como a regulação concorrencial só que aqui chamar-se-á o quê? Regulação das estratégias "corrupciais ou subornais"? Outro interesse que poderão ter na discussão pública da corrupção será o disfarce, para que o Zé tonto pense que finalmente irão tentar resolver o assunto, quando na verdade o que pretendem é aprofundá-lo e se possível imprimir-lhe regras mais exigentes em termos de formas e conteúdos, não será? Que entenderão os senhores corruptos por corrupção? E que solução poderão os corruptos dar à corrupção? Não vos parece paradoxal a questão? Será que pensam que somos todos atrasados mentais e que acreditamos que os corruptos pretendem deixar de o ser? Quando muito o que pretenderão é ser mais sofisticadamente corruptos ou outra coisa qualquer. Não discutam o que é para ficar e durar e que faz parte das regras para lá estar e para lá entrar – na política claro!

---

*Ainda alguém se lembra da agitação resultante do anúncio do governo francês de pretender implementar o CPE (Contrat Premier Embauche), ou seja, o contrato de primeiro emprego para os jovens? As manifestações foram várias e as consequências muitas! Lembram-se? E em Portugal o que irá dar o modelo de **flexigurança** que se pretende discutir com profundidade apenas no segundo semestre de 2007, período em que Portugal irá presidir à União Europeia, mas que entretanto os governantes vão deitando cá para fora que é um modelo interessante de copiar da Dinamarca? E alguém sabe que modelo será este da **flexigurança**? Os dinamarqueses devem saber e ao que consta não se queixam! Mas porque não o quiseram os franceses? E porque é que em Portugal nada se diz sobre este modelo a não ser o que é divulgado nos jornais por parte dos governantes? O que será isto de **flexigurançar** ainda mais o mercado de trabalho, combinando flexibilidade de horários e despedimentos com subsídios de desemprego mais elevados? Será que isto soa bem? Será que aqui, neste cantinho português, nada se diz e faz quando nos vêm dizer que este modelo irá permitir que as empresas despeçam quem quiserem mais facilmente e que, os que vierem para a rua sem direitos, vão ficar mais contentes porque irão receber subsídios de desemprego mais altos e por mais tempo? E alguém acredita que não trabalhando, aqui ou em qualquer lado, se irá receber mais do que trabalhando? Tudo isto é muito estranho, mas que vem aí a **flexiguridade** (será assim que se irá dizer?) vem de certeza (basta começar a falar das coisas para estas acontecerem e o Sócrates gostou desta ideia), sendo pois necessário que comecemos desde já a **flexigurançar-nos**, não acham?*

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.

A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial. UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

DA VIOLÊNCIA

da violência

se a memória não me trai...
se o esquecimento é o nada...
a violência late
e
este nada, que é - também - o recordar, altera-se com o
passar das horas, dos dias, dos meses, quiçá dos anos.
a violência e a doçura são uma e a mesma coisa. coisa humana
- e justifica-se neste percurso iniciático que abre caminho através
da floresta dos paradoxos.
cada dado tem as suas faces. lancemo-lo no pano negro do kaos. a
sorte ou a condenação do tirano discute-se ao azar...
o desespero nunca está vazio sob o olhar da lua. irrompe.

"a destruição é (mesmo) um acto criativo"...

daí que seja prematuro condenar isto ou aquilo... tudo se justifica.
injustificável, porém, é tão só dar a outra face como apregoava o cruci-
ficado.
não.
não recorro ao uso de enfeites que deixam (por vezes) o argumento
flutuar. recorro do instinto, da liberdade...
a violência é a violência. ela está aí. em todos os minutos, em
todas as horas... e contra ela levanta-se (sempre) uma onda
maior...
não há como ultrapassar.
não.
pois....
o vinho escorre pelas madrugadas
e
do mesmo tamanho é a janela por onde te
assomas.
a revolta é um espaço
e
o espaço jamais será suficiente
para a traição.
tudo tem um preço.

m. almeida e sousa

ANARQUIA, ANARQUISMOS E TOLERÂNCIA*

José Maria Carvalho Ferreira

Vivemos uma multiplicidade de emergências e contingências históricas, cujas incidências sociais, culturais, políticas e económicas são de cariz acentuadamente acrítico e perverso. Ideologias, crenças, valores, religiões, ética e a moral que até agora tinham servido como requisitos padrão em relação aos mecanismos de regulação e controlo da estabilidade normativa da acção individual e colectiva no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo e do Estado-Nação, revelam-se hoje, na maioria dos casos, ineficientes e disfuncionais.

Estas tendências derivam, em grande parte, das contingências da globalização. De facto, os efeitos estruturantes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) traduzem-se na produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços de carácter imaterial. Estes bens e serviços de natureza analítico-simbólica primam pela complexidade e abstracção em relação a qualquer cidadão comum que habita o planeta Terra. Por outro lado, as actividades económicas reportadas a esta tendência

são prioritariamente reguladas pelas transnacionais. Estas funcionam, na generalidade dos casos, a partir de um processo assente em fluxos e redes de bens e serviços analítico simbólicos decorrentes da energia, informação e conhecimento dinamizados pelas economias formais e pelas economias informais. Como resultado desta evolução, todas as actividades económicas inscritas num espaço-tempo de âmbito mundial, nacional, regional e local ou adaptam-se eficiente e atempadamente a essas contingências, ou então soçobram ou seguem o caminho indelével da falência. Quando não conseguem atingir o objectivo prioritário da racionalidade instrumental do capitalismo através da maximização do lucro, em alternativa emerge uma pluralidade de actividades informais que evoluem para outro tipo de rede baseado num regime de subcontratação pelas transnacionais.

Em termos dos sistemas políticos identificados com modelos contrastantes de sociedade, a tendência é para a hegemonia totalitária da democracia representativa. Os antagonismos entre socialismo, comunismo, fascismo e capitalismo esbatem-se progressivamente. Deixaram de ser modelos de alternativas societárias e, hoje, só lhes resta um papel histórico de manifestação ideológica residual no quadro da estabilidade normativa do capitalismo. A política por vocação não tem mais sustentabilidade ideológica com base em modelos de sociedade contrastantes dos séculos XIX e XX. A política como profissão (Weber, 1970) é fundamentalmente um fenómeno de empregabilidade que exige competências e qualificações comunicacionais e afectivas. Todavia, na actualidade, este tipo ideal de perfil político profissional é profundamente atravessado pela corrupção, o clientelismo e a incompetência.

No plano cultural, o processo de aculturação e de aprendizagem social é cada vez mais circunscrito ao mundo do audio-visual e das linguagens analítico-simbólicas das TIC. Cada indivíduo é constrangido a codificar e a descodificar linguagens baseadas em informações, conhecimentos e energia, cujos signos e significados são prioritariamente produzidos e reproduzidos pela televisão, pelos "media", páginas WEB, informática, nanotecnologia, biotecnologia, inteligência artificial e "Internet". A socialização dessa informação, conhecimento e energia, consubstanciada em estímulos e respostas, estrutura uma aprendizagem social inscrita na produção e consumo de valores, de uma ética e de uma moral incrustados no primado da competitividade, da concorrência, da flexibilidade, da polivalência e da empregabibilidade. Os valores da liberdade, da solidariedade, da cooperação e da igualdade são progressivamente descaracterizados e silenciados, dando lugar a um tipo de valores e de éticas inelutáveis: competição, violência, medo, insegurança, morte, crime, egocentrismo e solidão. Simultaneamente, todos os indivíduos, sem excepção, tendem para a atomização e a alienação face a uma realidade cada vez mais abstracta e complexa.

Se olharmos para a situação actual da população mundial que já ultrapassa os seis mil milhões de seres sociais que habitam o planeta Terra, o panorama é, no mínimo, trágico. Os índices de pobreza e miséria, assim como do desemprego, da precariedade dos vínculos contratuais e da exclusão social, são demasiado elucidativos para continuar-se a pensar, agir e sentir como se tratasse

de um problema humano circunscrito a uma mera opção de comer, beber, expelir excrementos e de consumo fantasmático de sexo. Os referidos índices, embora se traduzam em diferentes singularidades territoriais, populacionais, étnicas e profissionais, espelham sobremaneira a condição-função de seres vegetativos que oscila em 2/3 da população mundial. Outra parte dos seres sociais que se consideram privilegiados neste mundo, e que subsistem na condição-função de perfis profissionais com altas qualificações e competência, morrem de tédio e de ociosidade, fingem ou efectivamente trabalham para produzir mercadorias, limitando-se, na maioria das vezes, a consumir mercadorias compulsivamente. Os restantes, que se consideram os senhores mundo como elite política, financeira e militar, se bem que os seus papéis e funções se traduzam em formas superiores de dominação e opressão sobre a população mundial, mesmo nessa condição-função, são cada vez mais actores menores de uma realidade complexa e abstracta que não compreendem, não entendem e nem explicam através das suas capacidades cognitivas, emocionais e comportamentais.

Como todos os outros seres sociais, enquanto indivíduos, para além da atomização e da alienação a que estão sujeitos, vivem o espectro da morte e a frustração de uma vida que afecta sobremaneira qualquer político, capitalista ou chefe religioso que pretende liderar ou decidir, atempada e adequadamente, em relação a um capital abstracto sem rosto que não conhecem nem conseguem controlar. O reverso da medalha, transforma-os em actores mediáticos, em simulacros de vida atravessados pelos fantasmas do terrorismo, da insegurança, da angústia e sobretudo o medo de poderem tornar-se vítimas da violência e do crime também de natureza abstracta e sem rosto. O medo e os fantasmas gerados por Bin Laden não começam nem acabam com os crimes que este gerou e está a gerar no imaginário colectivo mundial, mas sobretudo de se tornarem hipotéticas vítimas do crime e da violência de milhares de milhões de oprimidos e explorados que o capitalismo, o Estado e as religiões geraram.

Se enquadrarmos estas problemáticas no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, todos os factores equacionados têm origem no processo de industrialização e de urbanização das sociedades. Digamos que é nossa história biológica e social recente com início em meados do século XVIII até à actualidade. O conceito de tolerância, se bem que tenha sido objecto de análises e controvérsias científicas, filosóficas, ideológicas e religiosas, hoje, para obviar as vicissitudes críticas e perversões dos vários modelos de sociedade e da emergência de novas cruzadas religiosas, revela-se um conceito fundamentalmente utilizado para superar, silenciar e omitir as contradições e antagonismos resultantes da profunda crise ideológica e política que atravessa as nossas sociedades contemporâneas.

Para tentar responder a alguns dos problemas e desafios que introduzi, em termos epistemológicos e metodológicos, como base na crítica que pretendo realizar ao uso ideológico e pragmático do conceito de tolerância no quadro do capitalismo e do Estado e da religião judaica-cristã, debruçar-me-ei em primeiro lugar, sobre o conceito nuclear denominado anarquia. Em segundo lugar,

realizarei uma leitura contrastante, ainda que muito sumária, dos vários modelos que tentaram interpretar, compreender, explicar e viver a anarquia, enquanto modalidades diferenciadas de anarquismos. Finalmente, circunscrevendo-me ao conceito de anarquia como utopia, procurarei esboçar uma crítica do conceito de tolerância nas sociedades contemporâneas.

1. Anarquia e anarquismos

Sem excepção, quase todos os dicionários que procuram interpretar o sentido etimológico e o significado mais correcto do conceito anarquia, fazem-no sempre numa tripla perspectiva: epistemológica, ideológica e normativa. No caso específico do Grande Dicionário da Língua Portuguesa (Machado, 1991: 254) anarquia é: "s. f. (do gr. Anarchia). Falta de governo ou de chefe. Negação do princípio de autoridade. Desordem, confusão, inversão de poderes". Existem outras definições de outros autores, mas, no essencial, repetem e desenvolvem os mesmos léxicos da desordem, do caos, da ausência de autoridade.

Na minha perspectiva, e tendo presente que, antes de mais, o conceito de anarquia está inscrito na história da vida do universo e na trajectória civilizacional das sociedades humanas, pode e deve ser explicado, compreendido e interpretado na sua essência e na sua origem intrinsecamente biológica e social. Estando, desde já, em correlação estreita com a evolução da espécie humana e dos seres sociais que habitam o planeta Terra, identifica-se sobremaneira com as leis físicas do Universo. Estas são pacíficas de observar como fenómenos que explicam a vida cósmica do universo. Sol, lua, água, oxigénio, astros, planetas, etc…, em última instância, porque não se vislumbra qualquer autoridade acima deles que os controla e regula, são efectivamente um caos auto-organizado, prescindindo de deuses, de amos ou de outras causalidades externas à sua auto-organização, à sua origem, evolução e sustentabilidade universal. Se pensarmos os indivíduos como sujeitos ou actores probabilísti-

cos de causalidade e efeitos de acção livre e soberana, como hipóteses plausíveis de comparar com as leis físicas descritas, também os podemos interpretar, compreender e explicar enquanto realidades sociais e biológicas caóticas auto-organizadas. Estas hipóteses partem do princípio que qualquer indivíduo é actor/sujeito de capacidades/possibilidades cognitivas, emocionais e comportamentais de auto-suficiência biológica e social em qualquer contexto-situação de natureza espontânea e informal. As tipologias relacionais que se traduzem num caos auto-organizado de indivíduos livres e soberanos, por esta via, prescindem de quaisquer causalidades externas aos actores/sujeitos: estruturas, grupos, comunidades, organizações, sociedades, deuses, senhores ou amos.

Ao definir a anarquia como "um caos auto-organizado sem deuses e sem amos", sem autoridade hierárquica e sem governo, parto de um pressuposto básico para a sua definição conceptual. A anarquia é sempre um acto de construção social e biológica traduzido em pulsões de vida expressas em liberdade, criatividade, amor, cooperação e solidariedade e, por outro lado, também em pulsões de morte expressas em actos de negação da vida, seja pela via do nosso metabolismo celular, seja pela via da violência, do crime, da guerra, da exploração e da opressão. Se é um acto de construção social e biológica, as pulsões de vida são determinantes para esse efeito, razão pela qual a liberdade, a criatividade, o amor e a cooperação sejam a base do seu imaginário colectivo contra as pulsões de morte personificadas pelo capitalismo e pelo Estado. Este tipo de sociedade e de instituição seculares, pela via da institucionalização e da formalização das cognições, das emoções e dos comportamentos, são a causa primeira do crime, da guerra, da violência, da exploração e da opressão.

No sentido profundo e extenso, se entendo a anarquia como uma utopia, entendo-a também como um probabilidade não linear, sem jamais pensá-la como uma sociedade anarquista finita, devidamente institucionalizada e formalizada. Deste modo, enquanto objecto de conceitualização, a anarquia nunca poderá ser um modelo, doutrina ou dogma, na medida em que cada indivíduo é único nas suas múltiplas dimensões biológicas e sociais (Stirner, 2004), na sua probabilidade de liberdade, de auto-governação, não sendo possível transformá-lo em regularidades normativas e padronizadas, não importando para o efeito o contexto grupal, organizacional ou societal em que se integre. Como qualquer indivíduo que se inscreve num imaginário colectivo, posso pensar a anarquia, senti-la e observá-la como uma filosofia, uma ética, uma moral, cuja integração numa acção colectiva me dá força e vida para caminhar no sentido da construção de um "paraíso terrestre". Todavia, este nunca atingirá conteúdos e formas de modelo ou de sociedade finita, pelas razões já aduzidas. A anarquia é, no sentido profundo do termo, algo que acompanha a minha trajectória biológica e social de cada segundo, minuto, hora, dia, semana, mês e ano. É realidade espacial/territorial e cósmica de relação intensa e extensa com todas as espécies animais e vegetais.

Em função do que acabo de referir, todos os indivíduos, sem excepção, em qualquer contexto-situação, são sempre causa e efeitos de liberdade ou de opressão, de violência ou de não violência, de competição ou de cooperação, de egoísmo ou de altruísmo, de tolerância ou de intolerância. Causas e efeitos que se traduzem em processos de socialização, de aprendizagem social, de aculturação, de institucionalização e formalização que deram origem ao Estado, ao capitalismo e à religião. Este tipo de causalidades e efeitos leva-nos a deduzir que, assim como os grupos, comunidades, organizações, instituições, Estado e sociedades são produtos históricos dos

indivíduos, estes, por sua vez, também são a expressão genuína dos constrangimentos estruturais, institucionais, políticos, económicos, culturais e sociais.

Como epistemologia e metodologia, ao considerar que vida e morte não se opõem e negam absolutamente porque são interdependentes e complementares e porque são a nossa essência biológica, o mesmo poderemos referir em relação à nossa condição-função de seres sociais. Escravos e senhores, deus e o diabo, proletários e capitalistas, chefes e subordinados, generais e soldados, ricos e pobres, o bem e o mal, propriedade colectiva e propriedade individual, pequeno e grande, cada um dos termos que se opõe ao outro, para além de personificarem diferenças, antinomias, contradições e conflitos, são acima de tudo causalidades e efeitos resultantes da sua essência comum, da sua interdependência e complementaridade.

No sentido em que defino a anarquia, ela é fundamentalmente sinónimo de pulsões de vida enquanto o universo persistir. Ela é oxigénio, água, luz, frio, calor, assim como liberdade, amor, criatividade, cooperação e solidariedade caoticamente auto-organizados. Também, por esta via, a anarquia não é algo que pode ser pensado e explicado exclusivamente pelos desígnios e objectivos antropocêntricos da espécie humana. Se considerarmos as nossas relações com todas as espécies animais e vegetais numa base de solidariedade, de liberdade, de criatividade, de amor e de cooperação, em síntese, em termos de pulsões de vida e não em pulsões de morte, então também estas devem ser consideradas como base conceptual da anarquia: ou seja, espécies caoticamente auto-organizadas sem deuses e sem amos.

Assim, como eu posso interpretar, explicar, compreender e viver a anarquia heuristicamente com base na minha singularidade social e biológica, da mesma forma, ao longo da história das sociedades e das civilizações, todos os indivíduos, grupos e organizações que integraram o conceito de anarquia no seu imaginário individual e colectivo basearam-se nas mesmas opções.

As contradições e conflitos que subsistem, desde meados do século XIX até aos nossos dias, entre indivíduos, grupos e organizações que se identificam com os princípios teóricos e práticas da anarquia são sobejamente conhecidos (Ferreira, 2001; Lorenzo, 1972). Estas contradições e conflitos que atravessam todos os anarquismos não se resumem às leituras diferenciadas da anarquia que foi elaborado por uma plêiade de autores (Godwin, Stirner, Proudhom, Bakunine, Kropotkine, Malatesta, Bookchin, Chomsky, etc…) e heróis mais emblemáticos (Louise Michel, Makno, Durruti, etc…), mas sobretudo ao movimento libertário internacional que atingiu maior plasticidade social ao nível da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), da IFA (Internacional das Federações Anarquistas), da FAI (Federação Anarquista Ibérica) e do anarco-sindicalismo na Espanha (CNT), Argentina (FORA), em Portugal (CGT), posteriormente na Suécia (SAC), e mais recentemente na Espanha (CGT) e França (CNT-Rue de Vignoles).

A natureza desses antagonismos e contradições não são muito diferentes das ideologias, dos mitos, dos dogmas e das crenças que atravessaram as dissenções na Igreja Católica Apostólica Romana e em outras religiões que aspiraram à hegemonia universal (islamismo, judaísmo). No quadro partidário e dos sistemas políticos passou-se o mesmo com as ideologias do socialismo, do capitalismo e do comunismo. Quanto ao sindicalismo, basta olhar para a história da acção colectiva dos trabalha-

dores assalariados num espectro societário que oscila entre a democracia-cristã e o anarco-sindicalismo.

Não está em causa a substancial diferença dos modelos e dos autores considerados e a sua crítica radical do Estado, do capitalismo, da religião e, logicamente, das modalidades de dominação e opressão que personificavam. Também são factos históricos indesmentíveis de emancipação social, os movimentos sociais que aspiraram realizar a revolução social, na medida em que tentaram extinguir o Estado e o capitalismo: os casos sobejamente divulgados da Comuna de Paris (Michel, 1999), Movimento Maknovista (Voline, 1972) e o feito maior da revolução em Espanha no período de 1936-39 (Leval, 1971). Por último, as transformações e as reivindicações operadas pelo anarco-sindicalismo na luta contra o trabalho assalariado, o Estado e o capitalismo ainda perduram como um marco histórico que não podemos omitir.

Sabendo nós das contingências negativas personificadas pelo capitalismo a nível mundial, sabendo da crise do socialismo real já experimentado na antiga URSS e com continuidade na China e Cuba, porque é que os múltiplos anarquismos não assumem uma maior plasticidade social? Sabendo que é inequívoca a crise dos partidos e dos sindicatos à escala mundial, porque razão as modalidades de auto-organização e de autogestão inerentes à democracia directa não são a base social de intervenção dos trabalhadores assalariados, dos oprimidos e dos explorados e, em última instância, não emergem e solidificam-se em redes espontâneas e informais a nível da internet, de actividades económicas, sociais, políticas e culturais, superando, de uma vez por todas, as modalidades de dominação circunscritas à divisão do trabalho e da autoridade hierárquica formal? Se as próprias transnacionais tendem a transformar o Estado-Nação numa "inutilidade histórica", na estrita medida em que institucional e estruturalmente não consegue controlar e regular a violência de natureza analítico-simbólica e, por outro lado, gerir eficientemente o contrato social jurídico, político e ideológico com as respectivas sociedades civis, quais os motivos que ainda impedem as massas trabalhadoras de evoluírem no sentido da sua extinção?

Deste conjunto de interrogações, extraio uma série de ilações. Em primeiro lugar, os anarquismos que assumiram maior visibilidade social nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX (anarco-comunismo, comunismo libertário e anarco-sindicalismo) demonstram-se incapazes de realizar uma crítica radical do Estado e do capitalismo actual. Quando fazem uma pretensa crítica radical dessas instituições, socorrem-se de argumentos desfasados da realidade concreta. Em contrapartida, interpretam, compreendem e explicam os fenómenos económicos, sociais, políticos, culturais subjacentes com base numa perspectiva judaico-cristã. Perante esta manifesta incapacidade de realização concreta da sociedade anarquista, permanecem agarrados a um conjunto de mitos e de dogmas emblemáticos: luta de classes, revolução social, visão do poder como emanação exclusivamente institucional e formal decorrente do Estado, sobretudo vendo este e o capitalismo como uma emanação do mal e o anarco-comunismo, o anarco-sindicalismo e o comunismo libertário como um bem imperativo que salvará a humanidade.

Não obstante, outras leituras e outras vivências da anarquia foram consubstanciadas em outros anarquismos com alguma visibilidade social: anarco-individualismo, anarco-pacifismo e anarco-naturismo. Estes, embora não sejam afectados por alguns dos mitos e dogmas inerentes aos anarquismos hegemónicos, sofrem também

das vicissitudes judaico-cristãs quando opõem absolutamente a vida à morte e o bem ao mal. Os anarquismos hegemónicos no movimento libertário internacional sempre consideraram estes como os parentes pobres da interpretação, da compreensão e da vivência da anarquia, daí que tenham sido muitas vezes remetidos para uma situação de subalternização e, por vezes, pura e simplesmente hostilizados e expulsos do movimento libertário internacional.

Do que acabo de referir infere-se que os anarquismos não foram exclusivamente intolerantes em relação ao Estado e ao capitalismo, a intolerância também tem sido a prática comum entre os anarquismos que procuram uma posição de liderança compreensiva, interpretativa e explicativa e, em última instância, de vivência da anarquia.

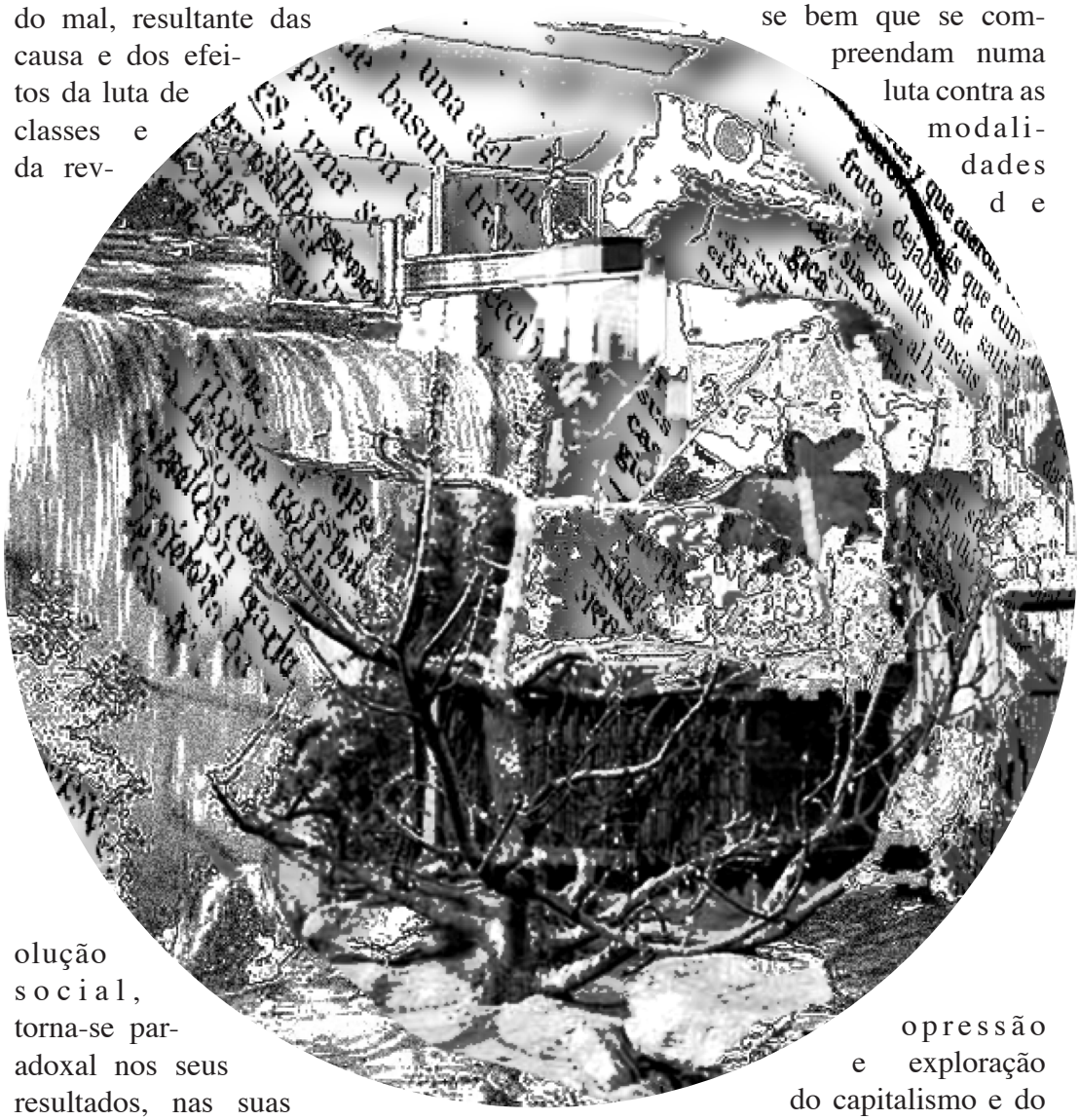
Correlacionando anarquia e anarquismos, na minha opinião, para interpretar correctamente o conceito de tolerância, devemos sair dos mecanismos explicativos e metodológicos judaico-cristãos. Comos seres biológicos e sociais, é praticamente impossível separar, autonomizar, a vida da morte, a tolerância da intolerância, anarquismos da anarquia. É impossível opô-los de uma força absoluta, pelas simples razão que na sua realidade concreta e abstracta são interdependentes e complementares. No limite e na sua essência, a minha vida quotidiana biológica é atravessada por pulsões de vida e pulsões de morte inerentes ao metabolismo celular dos meus tecidos, dos meus órgãos e do meu corpo. O mesmo posso referir em relação a qualquer relação social em que intervenha.

Comparando com a nossa história actual, as nossas relações com as espécies animais e vegetais também passam pela mesma leitura judaico-cristã. Na génese dessa leitura e para os devidos efeitos leia-se o antigo e o novo testamento (Singer, 2000). A destruição, morte e violência, numa palavra o dilema da tolerância e da intolerância em relação às espécies animais e vegetais, sempre estiveram e estão enquadradas na decisão do poder divino dos Deuses, pelos primeiros profetas de Israel, por Jesus Cristo e por Maomé.

Neste âmbito, em nome da razão, da ciência, da emancipação social, do fim do capitalismo e do Estado, os anarquismos hegemónicos sempre viram na luta de classes desenvolvida e protagonizada pelos oprimidos e explorados, a base da acção colectiva geradora da revolução social e, consequentemente, a força antagónica radical traduzida empiricamente na extinção do Estado e do capitalismo. Em termos de causas e efeitos, os oprimidos e os explorados transformaram-se, por esta via, nos actores emblemáticos do fim do Estado e do capital, se bem que sem partidos, sem sindicatos reformistas e sem necessidade de passar por um período histórico de transição preconizado por Marx. Estas versões são bem visíveis na matriz central de causas e efeitos preconizadas pelo comunismo libertário (Bakunin, 1977-1986), pelo anarco-comunismo (Kropotkine, 1975, 1979) e pelo anarco-sindicalismo (Rocker, 1995; Gómez-Casas, 1977). A luta de classes, se bem que tenha sido estruturada com base na intolerância contra todos os que personificam a autoridade, a dominação e a exploração do Estado e do capital, não impediu que uma parte substancial desses mesmos oprimidos e explorados fossem assassinados, encarcerados ou objecto de intolerância por parte dos seus camaradas e companheiros do trabalho assalariado, aquando a emergência e realização de acções colectivas consubstanciadas em reivindicações, greves, insurreições e tentativas, até hoje, frustradas de revolução social. No entanto, no caso específico da integração de soldados nos vários exércitos mundiais, os fenómenos da guerra de âmbito nacional, local, regional e mundial, obrigam-nos a inferir

que a acção colectiva dos oprimidos e dos explorados não se confina exclusivamente a evoluir no sentir da sua identidade colectiva de explorados e de oprimidos, mas também em lutas que culminam na defesa do Estado e do capitalismo.

A lógica judaico-cristã do bem e do mal, resultante das causa e dos efeitos da luta de classes e da revolução social, torna-se paradoxal nos seus resultados, nas suas finalidades e sobretudo na essência e identidade colectiva que integra o processo histórico da sua plasticidade social. Os antagonismos e as contradições da guerra expressas, primacialmente, na primeira e na segunda guerra mundial e na actual guerra do Iraque, são suficientemente elucidativos dos diferentes tipos das cruzadas judaico-cristãs. Estas só foram e são possíveis de compreender, interpretar e explicar com base na participação massiva dos oprimidos e explorados que integraram e integram a defesa e a sustentabilidade do Estado-Nação, do capitalismo mundial, dos integrismos religiosos judaico-cristãos.



Estas premissas judaico-cristãs, se bem que se compreendam numa luta contra as modalidades de opressão e exploração do capitalismo e do Estado, não obstam que os modelos dos anarquismos hegemónicos, na defesa intransigente da luta de classes e da revolução social, sempre tivessem racional e cientificamente apoiado um modelo de produção, troca, distribuição e consumo centrado nas pulsões de morte da espécie humana em relação às espécies animais e vegetais. Neste domínio, o anarco-naturismo (Armand, 1908, 1930)

e o
anarco-pacifismo

(Garel, 1982) encontraram causas e efeitos na espécie humana articulados num todo harmonioso e dialógico assente na liberdade, na cooperação, no amor e na solidariedade.

Os princípios fundadores da ecologia social preconizada por Bookchin (1980, 1991) introduzem de uma forma sistemática as relações de interdependência e complementaridade do equilíbrio ecossistémico entre as diferentes espécies animais e vegetais, extinguindo drasticamente as múltiplas pulsões de vida, quando passamos a vida a transformar matéria orgânica em matéria inorgânica e quando somos actores compulsivos de um modelo de produção e de consumo baseado num trabalho assalariado mortífero expresso em actos de violência e de morte sobre as espécies animais e vegetais e, consequentemente, sobre a nossa própria vida.

Todavia, no que concerne a Bookchin, os mitos fundadores da luta de classes e da revolução social, como bases da destruição do Estado e do capitalismo, foram concebidos como instrumentos nucleares das transformações societais preconizadas pelo anarco-comunismo e pelo anarco-sindicalismo. Neste plano, Bookchin não deixa de reproduzir os mesmos métodos e princípios judaico-cristãos preconizados pelos anarquismos hegemónicos já referidos.

Para o autor, hoje, esses métodos e esses princípios estão desadequados, daí que só sejam possíveis de realizar com base nas comunidades e nos municípios (Bookchin, 1998). Por outro lado, a precedência na trajectória histórica que Bookchin (1996-1999) dá à revolução social para a solução da dominação e da exploração da espécie humana sobre as outras espécies animais e vegetais, exclui estas como base inicial das grandes transformações a realizar pela revolução social. Neste sentido, os problemas da dominação e da exploração inscritos na violência, agressão, controlo, manipulação, numa palavra, na intolerância relativamente à utilização irracional e indiscriminada de pulsões de morte da espécie humana em relação às pulsões de vida de todas as espécies animais (Singer, 2000), é algo que todos os anarquismos devem ponderar em termos éticos e morais. A ética, a moral e a filosofia da anarquia não se identificam de forma alguma com estes dilemas históricos de violência e de intolerância. Na verdade, como é que qualquer anarquismo, neste domínio, vê a liberdade, a criatividade, o amor, a cooperação e a solidariedade em termos de uma hipotética sociedade anarquista?

As interdependências e complementaridades circunscritas à tolerância e à intolerância não se resumem a uma dimensão cívica, ética ou moral, na crítica radical que todos os anarquismos, sem excepção, elaboraram e elaboram em relação a todas as religiões, Estados e sociedades até hoje conhecidos. Para além disso, derivam de causalidades e efeitos decorrentes de contradições e antagonismos subsistentes nas instituições, estruturas e funções das sociedades e dos Estados. A dominação e a exploração do homem pelo homem é, assim, o resultado da aprendizagem social e da aculturação política, social, económica e cultural decorrente de papéis que exercemos no quadro da divisão social do tra-

bal-
ho e da
autoridade hi-
erárquica formal
que dá sustentabili-
dade e continuidade nor-
mativa a essas estruturas,
instituições e funções.
No fundo, os papéis e as fun-
ções de qualquer trabalhador as-
salariado, chefe ou subordinado,
gestor, engenheiro, empresário,
patrão, padre, professor, presidente
da república, deputado, ministro, jor-
nalista, soldado, general, etc..., à esca-
la mundial, não obstante as suas dife-
renças e singularidades históricas, sem
excepção, são objecto de institucional-
ização e formalização, cujos constrangi-
mentos e carácter prescritivo padrão in-
duzem imperativamente à desigualdade,
à dominação e à exploração. Em síntese,
os mecanismos institucionais e formais da
dominação e da exploração são cada vez
mais abstractos e complexos, intervindo
sobremaneira no controlo, na alienação,
na atomização e na manipulação da liber-
dade individual e colectiva.
Por outro lado, quando focamos os pa-
péis e as funções no quadro da racional-
idade instrumental do capitalismo, não
podemos circunscrever as relações intra
pessoais, interpessoais, intragrupais e
intra-organizacionais como se o poder
decorresse exclusivamente de mo-
dalidades legitimadas e institucional-
izadas. Em qualquer relação intra
pessoal, interpessoal, intragrupal
e intra-organizacional emergem
simultaneamente relações en-
tre papéis e funções que têm
características espontâneas,
informais e, logicamente,
individuais, grupais
e organizacionais.
São relações en-
tre capacid-

ades/
possibi-
lidades diferen-
ciadas que são pas-
síveis de viver através
do poder corporizado
nos múltiplos actores que
intervêm nesse processo.
O poder é outro dos mitos fun-
dadores das premissas judaico-
cristãs que enformam os vários
anarquismos. Com excepção do
anarco-individualismo, ele é sem-
pre resultado ou é uma emanação
diabólica personificada pelo Estado
e as suas instituições repressivas:
governo, exército, polícia, tribunais,
prisões. Neste sentido, a abolição do
Estado personifica a abolição do poder.
Para superar esta contradição visível nos
próprios exemplos concretos das relações
entre anarquistas e anarquismos, este
mito foi sempre visualizado como algo
que decorre da nossa essência individual
enquanto autoridade natural e espontânea
e se opõe inequivocamente a topo o tipo
de autoridade hierárquica formal. Quer
numa, quer noutra relação, o poder, sem
necessitar de ser objecto de institucio-
nalização ou de formalização, subsiste
sempre, porque acompanha as nossas
possibilidades/capacidades biológicas
e sociais nas relações com o outro, a
outra, os outros e as outras, sejam elas
decorrentes da espécie da humana ou
das espécies animais e vegetais.
Mais uma vez o binómio tolerân-
cia versus intolerância em relação
ao fenómeno do poder não pode
ser analisado numa perspectiva
judaico-cristã. O poder im-
plica sempre uma relação
de interdependência e de
complementaridade, de
reciprocidade e de
diferença, mesmo
no âmago das
relações

intra pessoais e interpessoais de natureza espontânea e informal, sendo portanto impossível aboli-lo enquanto pulsões de vida e pulsões de morte e enquanto causalidade e efeitos de liberdade, criatividade e soberania individual e colectiva.

As razões plausíveis de todos os anarquismos intolerantes relativamente à manutenção e reprodução do capitalismo, do Estado e das religiões, em grande medida, resultam dos pressupostos que já referi. Nesta assunção, para que as causas e os efeitos de todas as perversões geradas pela violência, o crime, a dominação e a exploração do homem pelo homem sejam totalmente extintas, há que assumir uma postura de intolerância em relação às concepções de justiça, de liberdade, de amor, de cooperação, de controlo, de cidadania, de direitos humanos, inscritos e identificados com os paradigmas religiosos, societários e estatais vigentes. A ética, a moral e a liberdade dos múltiplos anarquismos parte de um pressuposto básico: a absoluta libertação do homem de todos os ditames institucionais e estruturais do Estado, do capitalismo e do poder divino.

A intolerância e a tolerância dos anarquismos, como se verifica, é entendida e explicada como base num conjunto de contradições e conflitos entre actores que pelos papéis e funções que executam, em qualquer contexto e situação institucional ou estrutural, personificam sempre os resultados negativos (oprimidos, explorados, soldados, escravos modernos, trabalhadores assalariados desqualificados) ou os resultados positivos dessa realidade (opressores, capital, generais, gestores, governantes, empresários).

Diferentemente do socialismo e do liberalismo, ao longo da história, é verdade que todos os anarquismos, não obstante as diferenças existentes entre eles, preconizaram a extinção das referidas instituições e estruturas, tendo como base a erradicação de todas as perversões sociais e a probabilidade histórica de emancipação social e formação de uma sociedade anarquista. As bases estruturantes dessas hipóteses só eram credíveis e possíveis se fossem configuradas numa acção colectiva inscrita nos ditames da luta de classes e na consequente revolução social.

Quando se analisa a acção colectiva ou qualquer tipo de transformação radical de qualquer sociedade, de qualquer Estado ou religião, para estes anarquismos trata-se de extinguir os papéis e as funções que decorriam e decorrem da actual divisão social do trabalho e da autoridade hierárquica formal ao nível mundial. Por dedução lógica, a divisão social do trabalho e a autoridade hierárquica formal das famílias, organizações, instituições que integram as sociedades e os Estados do planeta Terra. Seguindo as premissas históricas do materialismo histórico e dialéctico preconizado por Marx, as contradições objectivas e subjectivas traduzir-se-iam na formação de uma consciência social de classe revolucionária mundial, cuja dinâmica culminaria numa revolução social mundial. É uma concepção judaico-cristã mais uma vez baseada no bem e no mal, mas que efectivamente nos leva a perceber, por outra via, dos contornos mitológicos dos conceitos da luta de classes e de revolução social.

De facto, para os anarquismos referidos, a luta e as transformações sociais, económicas, culturais e políticas só podem realizar-se em bases colectivas. Os problemas empíricos e teóricos da crise destes anarquismos é, inquestionavelmente, percebido através dos sucessivos falhanços históricos de emancipação social já experimentados. As ilações induzem-no a afirmar que persiste uma extrema dificuldade em construir movimentos sociais inscritos na espontaneidade e na informalidade, com base na liberdade e autonomia de todos os indivíduos, de tal forma que todas as sínteses de carácter colectivo fossem efectivamente a expressão da auto-organização, da autogestão e da democracia directa. Não é falta da radicalidade expressa em alguns momentos históricos que o problema persiste, mas sim na dimensão da sua plasticidade

social, sustentabilidade e continuidade históricas. Estamos efectivamente já a discernir no sentido em que todos os indivíduos são sempre sujeitos de causalidades e de efeitos, cujos papéis e funções se inscrevem prioritariamente em relações intrapessoais, interpessoais e intragrupais, mas que aspiram ser progressivamente uma configuração organizacional societal emancipada.

Nestes domínios, estamos a circunscrever todos os trabalhadores assalariados a uma função de causalidade e de efeito nos parâmetros da luta de classes e da revolução social, fora dos mecanismos constrangedores dos partidos e sindicatos reformistas de tipo socialista ou liberal, fora dos condicionalismos estruturais e institucionais do Estado, de todos os capitalismo, de todos os socialismos, fascismos e todas as religiões.

Isentos destes dilemas negativos, e na medida em que todos os oprimidos e explorados são, por essência própria, revolucionários e progenitores primeiros da emancipação social, não se compreende, nem se entende, porque é que a grande maioria desses hipotéticos indivíduos não evoluíram no sentido de uma revolução intrapessoal em termos de cultura, valores, ética e moral assente na sua soberania e liberdade e também porque na família, ou em qualquer grupo em termos de relações interpessoais, essa luta e acção colectiva não começa nas empresas, sindicatos, comunidades, grupos ou associações que eventualmente integrem. A sociabilidade e a socialização de natureza espontânea e informal, assim como a acção colectiva baseada no interconhecimento, na coopresença física, na partilha e na pertença, em hipotéticas situações de autogestão e auto-organização são, no entanto, possíveis de dinamizar no actual contexto histórico (Ferreira, 2003).

Pergunta-se então a todos os anarquismos hegemónicos que, ainda, têm alguma visibilidade social. Porque é que a luta de classes e a revolução social como mitos fundadores da emancipação social dos oprimidos e explorados do mundo inteiro não se traduzem na afirmação inequívoca e irreversível dos seus princípios e práticas, nos locais onde trabalham, na família, ou até nos grupos e organizações anarquistas que integram. No meu entendimento, tudo isso é resultado dos equívocos provocados pela civilização judaico-cristã.

Os modelos que defendem identificam-se com uma imaginário colectivo da anarquia, cujas práticas e princípios, é sempre pautada na luta do bem contra o mal, na vida contra a morte, na revolução contra a reforma, na prática contra a teoria, exigindo sempre uma síntese, uma finalidade, uma salvação, como resultado desta luta entre oposições absolutas, que se traduz num acto histórico de vencer: revolução social.

Estes modelos, consideram os oprimidos e os explorados como sujeitos "puros" isentos de qualquer "pecado original", portadores exclusivos do bem que redimirá os proletários de todo o mundo do sofrimento, violência, crime, guerra, pobreza, exclusão social e miséria provocadas pelo capitalismo e pelo Estado, sobretudo porque ao considerá-los sempre como vítimas de todos os males, desculpabiliza-os e desresponsabiliza-os de todos esses efeitos perversos em que intervêm. Como entidades colectivas, perfeitas e harmoniosas, através da luta de classes e da revolução social todos os oprimidos e explorados passariam por um processo de socialização e de aprendizagem social inscritos no projecto da emancipação social e, enfim, nessa condição, deixam de ser vítimas, e passam automaticamente a protagonizarem papéis e funções determinados por causas e efeitos decorrentes da solidariedade, da cooperação, da criatividade, do amor e da liberdade individual.

Partindo destes pressupostos, e tendo pre-

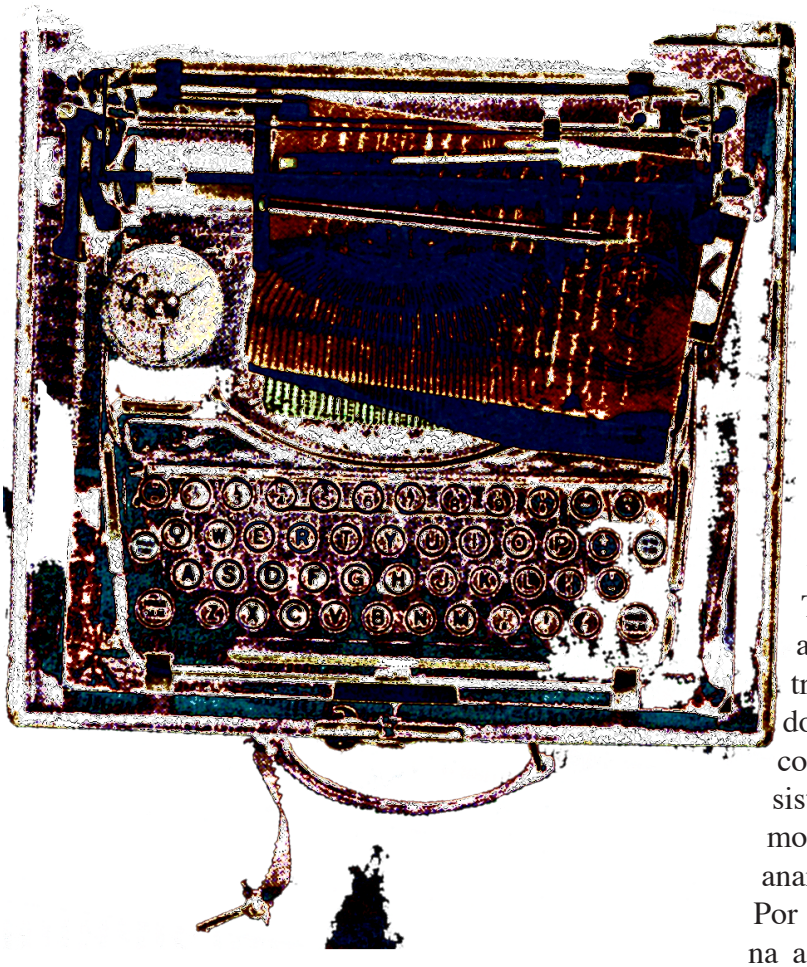
sente que somos actualmente mais de 6 mil milhões de seres biológicos e seres sociais a viver no planeta Terra, como é que se estipula a divisão social do trabalho e a autoridade hierárquica formal ou não formal requerida pelas exigências de sustentabilidade e de reprodutibilidade económica, social, cultural e política. É evidente que estamos a discernir e a pensar em indivíduos abstractos e complexos, cuja informação substantiva sobre os mesmos é de natureza analítica-simbólica. Só nesta condição podemos ser projecção ou identidade colectiva. Só nesta dimensão podemos pensar, sentir e agir como sujeitos de luta de classes ou de revolução social. Nesta dimensão macro-societal estamos logicamente a raciocinar numa base de um imaginário colectivo que pressupõe espontaneidade, informalidade, auto-organização, autogestão e democracia directa que implicaria, em princípio, interconhecimento, cooperação física, partilha e pertença dos meus objectivos, interesses e transposição de identidades polissémicas em identidades colectivas. Com as suas particularidades específicas, isto é possível a nível de um sindicato, de uma família, de uma associação, de um grupo, de uma empresa, não o é em termos da sua dimensão universal.

Esta dimensão universal requer informação, energia e conhecimento através da percepção do outro, da outra, de todos os outros e de todas as outras que habitam o planeta Terra. Na essencialidade da universalidade, efectivamente, só podemos integrar fluxos ou redes que integram conhecimento, informação e energia de características abstractas e complexas: ou seja, fluxos e redes intra-organizacionais, inter-organizacionais, intra-societais e inter-societais. Na maior parte das vezes, através da "Internet", ou porque não temos capacidades comunicacionais e afectivas, somos impotentes para codificar e descodificar, atempada e adequadamente, as linguagens analítico-simbólicas que atravessam a vida quotidiana dos indivíduos que pretendem ascender à categoria de seres sociais em rede. Objectivamente e subjectivamente só podemos conhecê-los e percepcioná-los como categorias analítico-simbólicas a partir de uma rede ou redes que são cada vez mais abstractas e complexas.

As particularidades históricas e singulares do mundo dos oprimidos e explorados são atravessadas por diferenças e desigualdades culturais, económicas, sociais e políticas. A comunicação e a afectividade que conduzem à socialização da informação, conhecimento e energia, reportadas ao imaginário colectivo da luta de classes e da revolução social, tornam-se deveras difíceis, senão impossíveis. Quer o imaginário colectivo quer a acção colectiva dessas hipóteses são possíveis, desde que tenhamos presentes as contingência das actuais tendências das sociedades em rede e das TIC (Castells, 2002).

Mais uma vez os mitos fundadores da luta de classes e da revolução social dos anarquismos que estamos a referir é fortalecido. Já não podemos pensar que essa informação, conhecimento e energia são exclusivamente veiculados pelas TIC correlacionadas com os desígnios hegemónicos das transnacionais, do capitalismo e do Estado à escala mundial. É evidente que o controlo, a dominação e a exploração são, por essa via, extraordinariamente desenvolvidos em termos quantitativos e qualitativos. Estamos a assistir não só ao controlo exaustivo e intenso dos corpos no seu sentido físico, mas sobretudo à formatação de uma normalidade cognitiva, emocional e comportamental baseada no medo, na violência, na competitividade, na insegurança, na atomização e alienação dos indivíduos, cuja sobrevivência e sustentabilidade está a evoluir no sentido de uma guerra mundial interindividual.

Mais uma vez, ou se considera que as causas e os efeitos negativos não são exclusivamente externos aos indivíduos ("media", Internet, TIC, Banco Mundial, FMI, USA,



NATO, guerra do Iraque, crime, violência, fome, miséria, pobreza, desemprego, calamidades naturais, etc...), porque se subentende que tudo são causas e efeitos da evolução das instituições, estruturas e funções do capitalismo, do Estado e das religiões. Transformando a anarquia numa religião traduzida em mitos e dogmas específicos, compreende-se a persistência do maniqueísmo judaico-cristão dos anarquismos referidos. Por isso não admira que, na actualidade, se considerem e auto-proclamem os únicos guardiãos do templo de uma anarquia que não existe. Por isso, consideram-se os únicos defensores da pureza originária dos vários princípios e práticas que estão na base das suas ideologias e dos feitos históricos mais emblemáticos dos modelos de anarquismo que defendem. Por isso transformam-se em seitas e "guetos" de inclusão e de exclusão de militantes da causa justa e da pureza revolucionária. Por isso, outra coisa não fazem do que provocarem cisões que estão na origem do seu crescente definhamento histórico. No fundo, o conceito de tolerância versus intolerância é também causa da matriz judaico-cristã, cujos efeitos internos são altamente negativos e explicam a profunda crise que atravessam.

Em consequência, para além dos mitos já enunciados, desenvolvem um novo mito judaico-cristão que consiste na oposição irredutível entre reforma e revolução. Como se todo e qualquer fenómeno social e biológico (Proudhom, 1869) não fosse, epistemológica e metodologicamente, atravessado pela antinomia e não fosse passível de conhecer e compreender através da dialéctica serial. Para este autor, qualquer fenómeno só pode ser entendido e explicado pelas antinomias que gera. Os pressupostos destas desenvolvem-se sempre com base na interdependência e na complementaridade entre as antinomias. Os exemplos cooperação versus competição, amor versus ódio, guerra versus paz são bastante elucidativos. Na verdade, são fenómenos que se opõem no processo de mudança e de transformações dos grupos, dos indivíduos e das sociedades, mas não se anulam absolutamente num sentido ou noutro. No sentido do passado, do presente e do futuro, reforma e revolução coexistem no espaço e no tempo, sendo ambas a base estruturante da mudança e das transformações. Como nenhum dos fenómenos considerados é vencedor nem é vencido, devido à impossibilidade de síntese, nenhum dos conceitos pode ser deificado ou diabolizado e servir como base

de negação ou de afirmação de qualquer tipo de anarquismo que se referencie na anarquia.

Os anarquismos que acabamos de referir foram, pelo seu dogmatismo e pelas suas incursões e equívocos judaico-cristãos, sistematicamente intolerantes a tudo o que se possa inferir como resultado perverso das estruturas, instituições e funções do capitalismo, do Estado e da religião, nomeadamente ao crime, violência, exploração e opressão praticados contra os oprimidos e os explorados. Nesse sentido, todas as expressões jurídicas, éticas, filosóficas, ideológicas, culturais, políticas e sociais que estivessem em correlação estreita com o conceito de violência baseado em direitos e deveres de cidadania, de justiça e de justiça normativa no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo e do Estado eram, pura e simplesmente, omitidos ou combatidos. Como as contradições e os antagonismos são sempre considerados como causas externas aos indivíduos e grupos que integram a pureza da classe social e da acção individual e colectiva revolucionária, torna-se pacífico atribuir aos mesmos um tipo de acção individual ou colectiva isenta de contradições e de antagonismos.

As relações entre causalidades e efeitos de qualquer fenómeno social, político, económico, cultural ou biológico são sempre de natureza interna e externa, porque estas duas realidades são indissociáveis. Não existe interno sem externo e vice-versa. Só podem ser explicados, interpretados e compreendidos como base em relações de interdependência e complementaridades sistemáticas.

A intolerância, como se verifica, não subsiste exclusivamente entre os anarquismos focados na luta contra o Estado, a religião e o capitalismo, mas também entre oposições, conflitos e equívocos gerados pelos dogmas e os mitos judaico-cristãos dos anarquismos já referidos.

Não é por acaso que autores como Proudhom (1996) e Stirner (2004) não são muito reivindicados como sendo nucleares das preposições dos anarquismos hegemónicos no movimento libertário internacional. Por outro lado, também não é sem razão que os outros anarquismos – anarco-pacifismo, anarco-individualismo e o anarco-naturismo – foram pouco representativos no passado e, hoje, tendem a assumir uma maior plasticidade social à escala mundial.

As razões básicas desse facto, em parte, decorrem dos seus princípios e práticas se revelarem menos dogmáticas e, por vezes, não inscreveram exclusivamente as suas preposições básicas no quadro epistemológico e metodológico judaico-cristão. A obra de Proudhom (Bancal, 1970) é atravessada por análises de carácter reformista e revolucionário, sem prescindir de as integrar no que denominou a dialéctica serial, nomeadamente no que se pode deduzir da sua obra no domínio do mutualismo, do federalismo e da autogestão. Para além disso, se bem que a sua causalidade primeira e harmoniosa esteja baseada no mundo do trabalho contra o capitalismo e o Estado, nunca deixou de referir as interdependências e as complementaridades que existem no mundo do trabalho e da sua tradução emancipalista no mutualismo, no federalismo e na autogestão.

No que concerne a Stirner (2004), é fácil de entender o ostracismo e a hostilidade a que a sua obra foi considerada no âmbito da história do panteão dos autores emblemáticos do anarco-sindicalismo, do anarco-comunismo e do comunismo libertário. A razão maior dessa hostilidade e omissão não decorre exclusivamente das oposições e conflitos teóricos e práticos que existem entre as preposições do anarco-individualismo relativamente a todas estratégias e tácticas desenvolvidas historicamente pelo movimento libertário internacional, com carácter institucional e formal. O factor fulcral incide no conteúdo da crítica radical que Stirner faz a

todos os modelos de sociedade e à negação da missão histórica do proletariado como função revolucionária no quadro dos modelos anarquistas vigentes. Ao transformar todos os indivíduos como causa única da sua emancipação intrapessoal, interpessoal, intragrupal e intrassocial, vê neles a exclusividade de qualquer probabilidade de emancipação social. Tudo o que era externo a essa essência única do individuo - Deus, Estado, sociedade, família, grupos ou modelos de sociedades anarquistas - personificavam a negação do único, enquanto ser de liberdade, de responsabilidade e de criatividade social.

O anarco-pacifismo e o anarco-naturismo, no meu entendimento, conseguiram relativizar as oposições entre a espécie humana e as outras espécies animais e vegetais, ao mesmo tempo que souberam integrar com maior proficiência as oposições entre tolerância e intolerância, guerra e paz, vida e morte, o bem e o mal. Por essa razão, foram os anarquismos que melhor integraram a tolerância e a intolerância na crítica radical que fazem do Estado e do capitalismo e, por outro lado, foram os que mais procuraram o equilíbrio ecossistémico entre a espécie humana e as outras espécies animais e vegetais.

No que se reporta ao anarco-pacifismo (Tolstoi, 1994; Toureau, 1987), sem esquecer a figura emblemática de Louis Lecoin, a oposição a todas as formas de violência, de opressão e dominação sustentadas pela guerra e as prisões assumiram uma posição crucial dos militantes anarco-pacifistas. As suas oposições concentraram-se e concentram-se na busca da máxima liberdade e soberania dos indivíduos e dos grupos, cuja orientação essencial é a paz social. Não se trata de vencer definitivamente os que personificam com os seus papéis a dominação e a opressão do Estado e do capitalismo, mas de convencê-los que através das guerra, do crime, da violência e das prisões não existem hipóteses algumas de caminhar no sentido da emancipação social. Este projecto de emancipação social não integra os mecanismos de causalidade estrutural e institucional como causa primeira e última de todas as perversões resultantes da guerra e das prisões. Por outro lado, não escolhe grupos ou classes sociais que possam salvar outros grupos ou outras classes sociais no caminho da emancipação social.

O anarco-naturismo, como já referi, introduz as contingências da necessidade histórica da espécie humana em evoluir para o equilíbrio ecossistémico. Essa transformação implica, efectivamente, uma mudança radical de todos indivíduos que habitam o planeta Terra, redimensionando-os, crucialmente, como pulsões de vida e não como pulsões de morte nas suas múltiplas relações com todas as espécies animais e vegetais. De facto, no passado e no presente, para a generalidade dos anarco-naturistas as bases da nossa vida biológica estão em contradição e em conflito permanente com o Estado-Nação, o capitalismo e a religião, na estrita medida em que transformam a natureza e mutilam-na a seu belo prazer, como se ela fosse uma projecção mecanicista dos seus modelos de produção e de consumo, de guerras, de poluição atmosférica, de desertificação e de morte e não a base da própria vida.

2. Tolerâncias e intolerâncias

Se considerarmos o conceito de tolerância numa perspectiva de justiça, de cidadania e de direitos do homem no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, da estabilidade normativa do Estado e das sociedades vigentes, não persistem dúvidas de que estamos a tentar compreender e analisar um conceito, cujos contornos e conteúdos estão longe de se equacionarem nos parâmetros clássicos dos autores mais conhecidos (Locke, 1998; Voltaire, 1999).

Desse modo, importa sobremaneira acentuar que em termos de pulsões de vida traduzidas em liberdade, criatividade, cooperação, responsabilidade e solidariedade, na sua grande maioria, são inviabilizadas, condicionadas ou então transformadas em pulsões de morte através da vida quotidiana de milhares de milhões de seres humanos e seres sociais à escala planetária.

Esta guerra interindividual é estruturada basicamente pelas contingências da globalização inerentes aos efeitos das transnacionais e a criação de um Estado supranacional, hoje incipientemente configurado no poder militar dos Estados Unidos da América, da ONU, do FMI e do sistema financeiro mundial. Esta guerra tem personificações concretas, com singularidades particulares, inerentes a culturas e histórias nacionais, regionais e locais. Tem, por outro lado, configurações particulares e singulares em termos de indivíduos, grupos, famílias, organizações, associações, instituições que integram cada sociedade civil nas suas relações com o Estado-Nação e o capitalismo, cuja decorrência incide num dado território e numa dada administração com características nacionais.

Tudo o que acabo de referir é uma contingência hegemónica, cujos efeitos estruturantes se padronizam no mesmo tipo de divisão do trabalho e na mesma autoridade hierárquica formal. Se considerarmos que a aprendizagem de papéis e funções é veiculada de forma complexa e abstracta através de múltiplas redes e que as competências e qualificações exigidas a todos os indivíduos são, cada vez mais, pautadas por capacidades cognitivas, emocionais e comportamentais. Se, ainda, considerarmos que a informação e as necessidades de codificação e de descodificação são de natureza analítico-simbólica e que as TIC permitem que a sua socialização se faça com base numa coincidência do espaço-tempo real com o espaço-tempo virtual, então, estamos a emergir para uma competição e concorrência desenfreadas expressas numa guerra interindividual integrada numa rede de características abstractas e complexas.

Que tolerância ou intolerância analítico-simbólica, em termos de valores, de ética, de moral, de sentimentos, emoções, atitudes, etc..., se deve ter ou não ter em relação a exemplos tão importantes nas nossas vidas quotidianas, quando na realidade somos receptores e emissores de informação, conhecimento e energia resultantes da nossa condição-função de produtores e consumidores de uma guerra em directo, como actualmente ocorre no Iraque? Daqui se depreende que não podemos continuar a pensar, a sentir e agir em relação à problemática da tolerância e da intolerância, como algo que personificasse as virtudes da tolerância inscritas na essência dos valores, das crenças, das ideologias, da moral e da ética de um capitalismo e de um Estado que, em última análise, tendem a desaparecer da cena histórica. Neste prisma, o conceito de tolerância é ideologizado como expiação histórica de uma crise inaudita de um sistema societal moribundo e tende a legitimar e a omitir a tolerância em relação à guerra traduzida em pulsões de morte.

No sentido biológico e social, estamos no limiar da sustentabilidade das causalidades e dos efeitos abstractos e complexos, o que não implica fundamentalmente sentir, pensar e agir em termos das nossas singularidades específicas. É na causa e nos efeitos concretos da nossa relação com o outro ou a outra, com os outros ou as outras que as pulsões de vida ou pulsões de morte podem manifestar-se de forma visível e manifesta. Só em função dessas pulsões podemos evoluir no sentido da tolerância ou da intolerância. Se considerarmos que cada indivíduo é o sujeito primeiro das formas e conteúdos de tolerância e de intolerância, então, estas são antes de mais uma relação intrapessoal. Uma relação entre o meu coração e a minha cognição. Uma relação

entre a minha emoção, a minha cognição e o meu corpo no sentido físico do termo. Uma relação entre os meus órgãos sensoriais, o meu olhar, a minha audição, o meu tacto, o meu sabor e o meu olfacto. Uma relação que permite não uma auto-compreensão, uma auto-explicação e um auto-conhecimento do que penso e sinto e me permite agir como actor de sentido auto-organizado.

Se eu sou uma realidade singular de causas e efeitos resultantes de um metabolismo celular e orgânico todo ele conjugado em pulsões de vida ou em pulsões de morte, não é difícil de imaginar o mesmo em termos das relações internas/externas de qualquer indivíduo numa base interpessoal, intragrupal, intergrupal, intra-organizacional, inter-organizacional, intra-societal e intersocietatal.

A tolerância e a intolerância atravessam todas essas relações sociais de forma concreta ou abstracta. Se tivermos presente que os indivíduos são contingências e reproduções padrão em papéis e funções através das suas cognições, emoções e comportamentos que foram, entretanto, objecto de institucionalização e formalização, então a guerra civil interindividual é explicável pelos mecanismos constrangedores de natureza institucional, estrutural e funcional do Estado e do capitalismo à escala mundial. Desta primeira conclusão decorre que se pede aos indivíduos que abdiquem de serem sujeitos livres e soberanos, que sejam antes de mais pulsões de morte, simulacros de vida em crescente atomização e alienação, produtores e consumidores de guerra, de crime, de violência, destruindo cada concorrente que se atravessa no seu espaço-tempo como potencial trabalhador assalariado em qualquer local de trabalho. Ser tolerante, nestas circunstâncias, é abdicar de sentir, agir e pensar enquanto pulsões de vida e evoluir no sentido das pulsões de morte.

A dimensão tolerância versus intolerância, como já analisámos é impossível de a enquadrar nos mecanismos judaico-cristãos clássicos, porque só o segundo termo é determinante. O universo ao revelar-se uma criação dos Deuses e estes próprios uma expressão da ignorância e da pequenez dos seres humanos, como consequência, estes, mediante a impossibilidade de perceberem que não podendo ser deuses para resolverem os dilemas da vida e da morte, criaram as suas projecções deificadas para resolver esses dilemas. O sentido da salvação e do pecado judaico-cristão sancionou e sanciona através do antigo e do novo testamento a morte das espécies animais e vegetais, desde que seja utilizado em nome dos imperativos do homem criado à imagem de Deus. Esta utilização é perfeitamente legitimada e institucionalizada na comunhão e nos rituais inerentes a qualquer religião, como ainda é integrada nos valores, na moral, na ética judaico-cristã correlacionada com qualquer relação que a espécie humana tenha com as outras espécies animais e vegetais. Para esse feito, estes foram considerados seres irracionais, sem emoção, sem sentimentos, sendo unicamente providos de instintos de sobrevivência. Só que, por ironia do destino, também são um compósito de pulsões de vida e de pulsões de morte. Esta e outras dimensões são parte integrante natural e espontânea do próprio universo também conjugada pelas leis biológicas de auto-organização, de solidariedade, de fraternidade, de emoção e de sofrimento, sobretudo, quando são objecto de crime e de violência por parte da espécie humana.

As recentes calamidades naturais traduzidas em milhares de mortes, em imagens repetidamente transmitidas pelo espectáculo mediático, são sem dúvida um fenómeno inaudito e trágico para o que se convencionou denominar de espécie humana. Estamos perante uma tragédia onde a impotência é manifesta e onde a ciência e a tecnologia ao serviço da racionalidade humana, nada

mais são do que uma manifestação de irracionalidade e de intolerância histórica relativa ao nosso universo.

** Parte deste texto já foi publicado in Edson Passetti e Salete Oliveira (orgs.), (2005), A Tolerância, O Intempestivo, São Paulo, Ateliê Editorial, pp. 119-134.*

Referências Bibliográficas

ARMAND, Émile (1908), Qu'est-ce qu'un anarchiste, Paris, Ed. De l'Anarchie.

ARMAND, Émile (1930), Como entiendem el naturismo les individualistas, Barcelona, Editorial Somo.

AUZIAS, Claire (1999), Louise Michel, Paris, Éditions du Monde Libertaire/Éditions Alternatives Libertaires.

BAKUNIN (1977-1986), Obras completas, (5 tomos), Madrid, La Piqueta.

CASAS, Juan Gomez (1977), Historia de la FAI, Madrid, Ed. Zero.

BAKUNINE, Mikhail (1976), Deus e o Estado, Lisboa, Assirio & Alvim;

BANCAL, Jean (1970), Proudhon - Pluralisme et Autogestion, Paris, Aubier-Montaigne.

BOOKCHIN, Murray (1980), Toward an Ecological Society, Montréal/Nova Iorque, Black Rose Books.

BOOKCHIN, Murray (1991), The Ecology of Freedom, Montréal/Nova Iorque, Black Rose Books.

BOOKCHIN, Murray (1996/1998/1999), The Third Revolution - Popular Movements in the Revolutionary Era, (3 vol.), Londres, Cassel.

BOOKCHIN, Murray (1998), Textos Dispersos, Lisboa, Ed. SOCIUS/ISEG.

CASTELLS, Manuel (1998), La société en réseaux, Paris, Fayard.

CASTELLS, Manuel (2002), A sociedade em rede – A era da informação : economia, sociedade e cultutura, (vol.1), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, J. M. Carvalho (2001), «Contradictions et limites de l'anarchisme aujourd'hui», in L'anarchisme a-t-il un avenir?, Lyon, Atelier de Création Libertaire, pp. 323-344.

FERREIRA, J. M. Carvalho (2003), "Economia libertária e suas perspectivas", in Utopia, n.º 16, Lisboa, pp. 35-51.

GAREL, Sylvain (1982), Louis Lecoin et le mouvement anarchiste, Paris, Volonté Anarchiste.

GÓMEZ-CASAS, Juan (1977), Historia del anarcosindicalismo en España, Madrid, Editorial Aguilera.

LEVAL, Gaston (1971), Espagne libertaire (36-39), Paris, Editions du Cercle/Edtions de la Tête de Feuilles.

LOCKE, John (1998), Dois tratados sobre o governo, Rio de Janeiro, Martins Fontes.

LORENZO, Cesar M. (1972), Los anarquistas espanoles y el poder, Paris, Ruedo Iberico.

MACHADO, José Pedro (cord.) (1991), Grande dicionário da língua portuguesa, (vol. 1), Lisboa, Círculo de Leitores.

M ICHEL, Louise (1999), Souvenirs et aventures de ma vie, Paris, Maspéro.

KROPOTKINE, Pedro (1975), A conquista do pão, 3.ª edição, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores.

KROPOTKINE, Pierre (1979) L'Entr'aide - un facteur de 1'evolution; Paris, Les Editions de 1'Entr'aide.

PROUDHON, P. - J. (1869), De la Justice dans la Révolution et dans l'Église, (6 vol.), Bruxelles, A. Lacroix , Verboeckhoven et Ce. Editeurs.

PROUDHON, P. - J. (1996), Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstituir o Partido da Revolução, Lisboa, Edições Colibri.

ROCKER, Rudolf (1995), De la doctrine à l'action - l'anarcho-syndicalisme des origines à nos jours, Lyon, Atelier de Création Libertaire.

SINGER, Peter (2000), Libertação animal, Póvoa do Varzim, Via Òptima.

STIRNER, Max (2004), O único e a sua propriedade, Lisboa, Antígona,

TOLSTOI, Leon (1994), O reino de Deus está em vós, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.

TOUREAU, Henry David (1987), A desobediência civil, Lisboa, Antígona.

VOLTAIRE (1999), Tratado sobre a tolerância, Lisboa, Antígona.

WEBER, Max (1970), Ciência e política: duas vocações, São Paulo, Cultrix.

VOLINE (1972, La révolution inconnue, (3 volumes), Paris, Pierre Belfond.

Salete Oliveira

Ruído no falatório

Qual a saída? Pergunta reles. Chavão lugar-comum.
Interrogação cômoda. Pretensão ao invulnerável, dos defensores da ordem.
Quando uma coisa acaba, o que se põe no lugar? Vala corriqueira. Recorrência crítica tediosa. A invulnerabilidade perseguida, em defesa da ordem.
Tolices diante do bruto e do raro da vida. Bruta-vida. Vida-rara. Frágil, vulnerável, fugaz. Potência selvagem. Inqualificável...
Para que servem os conceitos de qualidade de vida e vulnerabilidade social arregimentados, na atualização da prevenção geral, pelo discurso do combate à violência e à impunidade?

Cenas cotidianas

Jovens viram exemplo de vulnerabilidade.
1998. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financia seu próprio grupo de pesquisadores, coordenado por Caroline Moser, como o objetivo de traçar estratégias para a redução da pobreza cuja metodologia de abordagem é pautada pela vulnerabilidade. Imediatamente, o conceito passa a ser incorporado como referência na área de estudos sobre a violência por pesquisadores da América Latina (Abramovay, 2002).
Brasil, estado de São Paulo, ano 2000. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo solicita à Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) a criação de um sistema de indicadores de responsabilidade social (IRPS) passível de parametrar o critério de seleção de demandas para a implantação de políticas públicas no Estado, tendo por objetivo mapear o nível de desenvolvimento dos 645 municípios que o compõem. Contudo, o corpo técnico diante dos limites apresentados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS), que não responde integralmente aos objetivos do mapeamento, apontando para o que foi denominado como ausência de eqüidade nos parâmetros de pobreza, justifica, assim, a criação de um novo sistema de indicadores intitulado Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). A pertinência do novo sistema de indicadores, segundo o corpo técnico de pesquisa, respalda-se na argumentação de autores como Katzman (1999), Nussbaun e Sen (1998).

"Estudos recentes sobre condições de vida e pobreza têm destacado a necessidade de se levar em conta os recursos acumulados (ou sua ausência) por indivíduos, famílias e comunidades em simultâneo às oportunidades acessíveis para empregá-los. É no confronto dessas duas dimensões que podem ser identificadas as diferentes situações de vulnerabilidade social a que eles estão submetidos (Katzman, 1999). Assim, partindo da compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e conseqüências distintas, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização. Nessa perspectiva, é no confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem suas efetivas condições de vida e possibilidades de mobilidade social. Como afirmaram Nussbaun e Sem necessitamos saber não só do dinheiro que (as pessoas) possuem ou de que carecem, mas também se são capazes de conduzir suas vidas. Ou seja, para se abordar o tema da qualidade de vida, faz-se necessário incorporar à análise os outros elementos que permitem a um indivíduo viver com dignidade e segurança" (http://www.seade.gov.br, 11/2006).

A denominação de vulnerabilidade acompanha o conceito de qualidade de vida associado à política de segurança derivada do programa fascista de tolerância zero, no qual um dos objetivos é limpar a peste das ruas, crianças, mendigos, putas, miseráveis, usuários de drogas, pretos e quase pretos, vagabundos, migrantes, aquilo que a ordem denomina por indigentes culturais, os incivilizados. A amplificação do discurso de combate à violência mostra-se aqui em sua tessitura mais sutil, pois é preciso ao saber conduzir a vida deparar-se com a condição de sabê-la governada.

Brasil, cidade de São Paulo, ainda ano 2000. O sistema geral de indicadores de vulnerabilidade social ganha contornos específicos, na construção de um outro instrumental, agora dirigido aos jovens. No âmbito do Projeto Fábrica de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, foi criado o índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ) com intuito de mapear as áreas preferenciais de intervenção, dentre os 96 distritos administrativos do município. A denominação de vulnerabilidade neste caso transcorre na mutação de nomeclaturas parametradas pelo discurso da prevenção geral a serviço do combate à violência associando cultura e educação para o futuro. "A escolha do termo "vulnerabilidade juvenil" foi uma opção àqueles utilizados de forma mais recorrente, como "adolescentes em situação de risco" ou "adolescentes em situação de exclusão

so-
cial", que, na ótica do
projeto, poderiam distorcer o
entendimento da grave e complexa
problemática em que estão envolvidos
os adolescentes. A discussão da asso-
ciação entre adolescência e "problemas/
perigo", como decorrente tanto de fatores
de natureza biológica como da autonomia
relativa e ambígua que os jovens desfrutam
na família e na sociedade, é uma preocupa-
ção presente nas literaturas médica e soci-
ológica e na mídia. Da mesma forma, há o
entendimento de que este fenômeno surge
em sociedades modernas, acentuando-se em
processos de rápida urbanização. Em outros
termos, existe um vasto consenso de que
a adolescência/juventude é um período de
intensa vulnerabilidade. Na verdade, o
que se deseja enfatizar é que políticas efi-
cientes para jovens seriam aquelas que,
de alguma forma, contribuíssem para
que este período natural de turbulên-
cia transcorra de forma a impedir
ou minimizar escorregões para a
transgressão. O fundamental é que a
passagem pelo projeto seja sentida
pelo jovem como um cresci-
mento, uma preparação para o
futuro" (http://www.seade.gov.
br, 11/2006).

A escolha do termo vulnera-
bilidade aparece justificada
como forma adequada à
sua associação com qual-
idade de vida, mas não
só, é entre os jovens
que este discurso
vem encontrar o
caso do vulnerável-
el exemplar,
promovendo
conexões
entre
diversos
sa-
beres
científicos que refazem a
defesa da ordem no combate à
transgressão. Investe-se, assim na
formação de jovens que apreciem ver
e ter suas vidas governadas. Sejam eles
os covardes obedientes de antemão, sejam
eles a expressão da tirania derivada da
obediência com sinal trocado.

Cemitério hight-tech vira novo parâ-metro para adjetivar a vida.

Brasil, Rio de Janeiro, no espaço mais
recente, atualíssimo. Em meio às pedras que
suam no túnel subterrâneo da estação do
metrô de Copacabana, aguarda-se o próx-
imo trem. Dos altos-falantes soam acordes
de bossa-nova. A espera seria fortuita se
não fosse o susto, o espanto. Do outro lado
da plataforma um imenso outdoor estampa
a imagem longelínea e ampliada de um
monumental edifício espelhado de arquitetura
arrojada. Demasiadas palavras se sobrepõem e
ilustram a imagem da imagem, naquele preciso
instrumento de marketing: O primeiro cemitério
vertical da cidade, o único com qualidade de
vida!

Briga de criança vira caso de polícia.

Brasil, estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2004.
Durante o recreio escolar, duas crianças, um menino
e uma menina de 7 anos, brincam e correm pelo
pátio. Em meio à algazarra ela cai por cima dele. Ele
se machuca e bate nela. Ela revida. Ele rebate. Duas
crianças medindo força, aprendendo a se defender. A
cuidar delas próprias.

Foco adulto. O combate à violência e à impunidade.
O caso vai parar na delegacia de polícia, pois a mãe dá
queixa, alegando que sua filha foi vítima de monstruosa
violência.

Mudança de foco. Coisa de criança. "Ela estava correndo
e caiu em cima de mim. Depois ela começou a me bater
com a lancheira. Aí, eu dei uma rasteira nela e ela caiu"
(Jornal Folha de S. Paulo).

Foco maior. A mãe da menina deseja que o episódio se
transforme em um processo judicial.

Enquanto isso, dias depois, as duas crianças se reencontra-
vam no recreio...

Foco menor. "Nós somos amigos. Ontem ela até me deu um
saco de bala" (Jornal Folha de S. Paulo).

No curso livre da vida não há moral da história. Alguém
ainda vai insistir que existe natureza ontológica do
crime?

Rangeres

Para que servem as prisões? Incontáveis prisões. Prisão-imagem-do-medo. Para que servem as prisões? Servidão voluntária. Uma gari sertaneja, do fundo da sala, solta um grito: "o que mata a gente é o medo!".
Medo. Prisão-obra-prima. Construção humanista. Prisão reformada humana. Prisão-destino reformado-humano. Matadouro.
Quem tem medo de matar os direitos do homem? Quem tem medo de romper o equilíbrio dos medos? Quem, que, qu, q, quê?
O programa mudou. Arruinar a linguagem do sistema penal. Arruinar as prisões. Arruinar os manicômios. Arruinar a rotina manicomial desprovida de paredes. Arruinar os tribunais. Arruinar o julgamento. Arruinar a linguagem não é; nunca foi, um artifício de lirismo, esta saída fácil, solução virtuosa. Abolir o regime das penas em si mesmo. Não há programa. Resposta-percurso. Não há programa.
Afirmação de vida que se desdobra ao associar uma atitude abolicionista a uma anarquista. A vinculação de problema e projeção do perigo resultou, no século XIX, na construção do conceito de criminoso como variação adjetiva para qualificar a figura do monstro que assumia o equivalente a ser extirpado pela política de prevenção. O anarquista foi seu alvo exemplar, o incorrigível, o indisciplinado, o desobediente. Era preciso defender a sociedade deste monstro moral e político. A vitalidade anarquista, naquele momento, habitava em explicitar a urgência da vida livre de governo superior, ou ainda, a vida liberada de ser governada. Tal atitude foi e é uma saúde. É inegável que muitas vezes práticas anarquistas atravessadas por ideais humanistas e iluministas refizeram os itinerários da cura ao universalizar outras éticas de convívio em nome de uma moral e acabaram apanhados por aquilo mesmo que combatiam, contudo isto não dilui aquilo que continua a interessar na atualidade anarquista: a vida que não está disponível para ser governada, sequer por uma idéia.
Se o abolicionismo penal faz bem à saúde como afirma Louk Hulsman, associar a prática anarquista à abolicionista (Passetti, 2004) provoca efeitos de saúde ao próprio abolicionismo penal, levando-o a outros desdobramentos que escapam às identificações de construção de uma outra justiça, seja ela mais humana ou apropriada à defesa de direitos. Anarquizar práticas abolicionistas na atualidade é um grito de saúde. O reverso, também ocorre. É possível que aí habite uma parceria-força de novos incontíveis que enfrentam a sizudez que insiste em adjetivar a vida e eliminar aquilo que qualifica como dejetos insalubres, seja em São Paulo, Haiti, Bombaim, Botsuana, alhures. Aqui e aí. Lá e acolá. Abaixo e acima do equador. Equador? Linha do equador? É só uma linha imaginária.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam et alli (2002), Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina, Brasília, UNESCO, BID.
KATZMAN, Ruben (1999), Vulnerabilidad, activos y exclusion social en Argentina y Uruguay, Santiago de Chile, OIT-Ford.
NUSSBAUN, Martha e SEN, Amartya (1998), La Calidad de Vida. México, Fondo de Cultura Económica e The United Nations University.
PASSETTI, Edson (org.) (2004), Curso livre de abolicionismo penal. Rio de Janeiro/São Paulo, Revan/Nu-Sol.
Fundação SEADE, http://www.seade.gov.br, consultado em 08/11/2006.
Folha de São Paulo (2004), "Caderno cotidiano", p.C4.

A VIOLÊNCIA, ORIGENS E ANARQUIA

Edgar Rodrigues

Para mim, VIOLÊNCIA é uma epidemia universal! Reveste-se de inúmeros artifícios e disfarces. "Justifica-se" por milhares de motivos: é uma "doença" humana de muitas origens e precisa de cura!

A química que alimenta e robustece a VIOLÊNCIA em nosso universo, desorienta, assusta, atormenta, apavora as pessoas racionais, com um mínimo de sensibilidade, do sentido humanista de igualdade de direitos à vida, à liberdade e ao convívio pacífico e fraterno.

Quem não ignora que o homem é o único animal que fala, pensa, sente, sofre e é também o único animal que tem PRAZER de infringir DOR, de torturar, mutilar, humilhar, matar, explorar, esfomear seus semelhantes, sabe também que ele é capaz de deflagrar guerras, de assistir insensível à destruição (bombardeios) de campos, fábricas, moradias, estradas, obra do esforço de milhões de assalariados sem nada de seu! E sendo estes trabalhadores quem constroem as habitações, as escolas que instruem (e deviam EDUCAR!!!), não lhes permitem um mínimo de dignidade para viver, não lhes permitem compartilhar das benfeitorias que realizam com seu esforço braçal, olhado a distância pelos intelectuais, técnicos e outros mandões que se apoderam da maior fatia num universo de desigualdades.

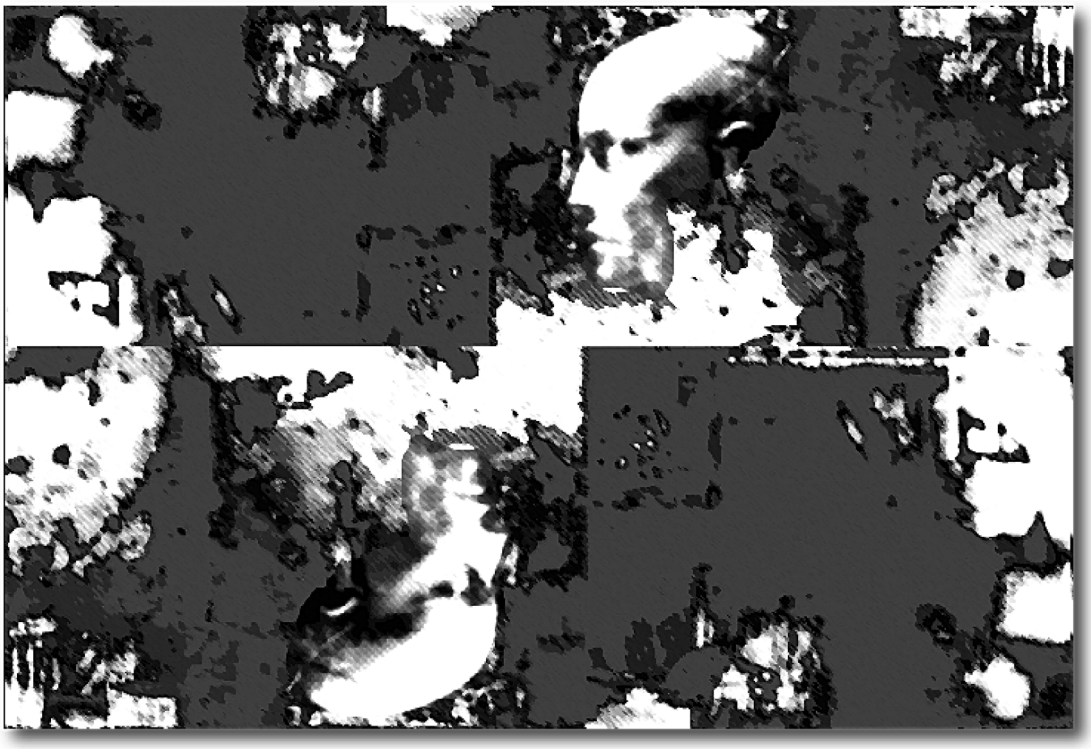
ISTO TAMBÉM É VIOLÊNCIA!!!

No começo do século XXI, ninguém sabe quem e quando sofrerá VIOLÊNCIA, inclusive de gente que parecia honrada, sadia: se das autoridades treinadas e pagas para nos defender; e/ou de um jovem drogado, alcoolizado, esquizofrénico, neurótico, obsessivo, gerados nas incubadoras do capitalismo! Políticos eleitos para gerir os bens públicos? Roubam, esfomeiam descaradamente trabalhadores que lhe constrói as habitações, tece o pano, fez as roupas, o calçado, o carro, as estradas por onde circula, capta a água que bebe e ainda fabrica o papel e a tinta, imprime os livros onde estudou e escreve as leis para punir quem os sustentam!

Roubam, (uma violência abominável!) os recursos e até medicamentos que podiam salvar vidas, nos hospitais, minimizar a fome, produzir a profilaxia social, sanear a poluição e destruição dos rios, lagoas, florestas cujas destruições punem milhares de seres humanos com epidemias, geradoras de deformações, VIOLÊNCIA que só o "homem irmão do homem" é capaz de praticar contra seus semelhantes sem sentir um mínimo de constrangimento, de arrependimento!!!

Militares pagos e armados pelo esforço e a pobreza dos operários produtores de riquezas, quando alguém contraria seus interesses, convicções e/ou o estrabismo dos políticos que gerem os interesses da burguesia e das igrejas, atira violentamente contra o povo que fabricou, pagou com seu

suor e sua pobreza as armas que empunham!!! E pior do que isso deflagram invasões, guerras, destroem e matam com as mãos dos jovens de corações sadios, quando o Estado patrocina o implante de corações em gente enferma: salvam meia dúzia e matam centenas, milhares, milhões de corações! ISTO É VIOLÊNCIA!!!
No despertar do nosso século, a desconfiança e o medo da VIOLÊNCIA vai se tornando uma neurose colectiva: o homem compra armas para se defender de quem também compra armas!!!



E a VIOLÊNCIA ainda gera a indústria da autodefesa: crescem os batalhões de seguranças particulares, as "fábricas" de blindados, de vidros à prova de balas, de coletes e roupas "impenetráveis" aos tiroteios, alarmes electrónicos de todos os tipos nos carros, nas casas, cercadas de grades como os antigos calabouços. No instante em que cientistas e técnicos aperfeiçoam máquinas de matar cada vez a maiores distâncias, despejando centenas de balas por minuto: o medo tornou-se uma epidemia sem fronteiras.
No Brasil, por exemplo, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, "as guerras" entre a polícia e os marginais, (muitos de dentro dos cárceres) matam em pé de igualdade. A VIOLÊNCIA alimentada pela pobreza, pela desigualdade social, pela fome, as drogas e o dinheiro que o Estado cobra dos assalariados em forma de impostos e usa parte para sustentar autoridades policiais, judiciárias e políticas, garante a continuidade dos conflitos de classes, o domínio dos mais municiados sobre os menos belicistas, eternizando a VIOLÊNCIA ascendente sobre as pessoas de bem!
A vigilância técnica, científica, jurídica, não EDUCA nem impede os delitos, a VIOLÊNCIA, exactamente porque a delinquência e os "atentados" à propriedade privada são enfermidades da desigualdade social, da exploração do homem pelo

homem, alimentada no orgulho, na hostilidade e na "superioridade" das elites parasitárias, produto da sociedade de classes.

As leis anti-violência escritas e aprovadas por políticos reflectem as deformações e os condicionamentos psíquicos "arquivados" nos inconscientes dos seus inventores - autores - legisladores, atendem somente aos seus interesses e preocupações dos governantes escondendo nas entre linhas insensibilidades e atavismos seculares.

São frias, tão insensíveis quanto os seus "manipuladores" e os interesses que as originaram, além de não educar ninguém, nem impedir nenhum tipo de delito, não reparam injustiças, equívocos: SÓ CASTIGAM!!!

O atentado à denominada propriedade privada, tem sua origem nas desigualdades económicas e a VIOLÊNCIA ainda reflecte os desequilíbrios emocionais, as enfermidades psíquicas que germinam, crescem na exploração do homem pelo homem!

E ainda ternos os casos em que o "infractor" precisa mais de compreensão, de ajuda, inclusive médica do que do cassetete do policial, das grades dos cárceres!

As leis que garantem as desigualdades são usadas como instrumentos de tortura, de punição, de VIOLÊNCIA, nunca como antídoto recuperador: não tem poder educador por que seus "fabricantes" foram condicionados para pensar que oprimindo, corrigem as deformidades "nascidas" na esperteza, nos vícios alimentados por hierarquias económicas, sociais e culturais.

O policial prende o "ladrão" e rouba-lhe o dinheiro e/ou objectos que ele tomou pela violência às suas vítimas, pensando vendê-los! Quantas vezes para comer. A VIOLÊNCIA expressa se na agressão física, verbal, psicológica, na corrupção activa e passiva, nos sequestros (sequestradores) nas condenações de inocentes, pesa sobre gente sem meios de sobrevivência e ganha foros de jurisprudência nas palavras elegantes (sentenças) dos magistrados, guiados pela frieza das leis, alheios aos motivos geradores dos delitos.

É uma ingenuidade pensar-se que com a tortura, a prisão ou a condenação (inclusive a morte) erradica a delinquência e outras enfermidades dos cérebros humanos! Os castigos, qualquer que sejam as formas físicas de infringir DOR ou a morte, não curam as doenças sociais. Aí temos os ladrões pobres que roubam um relógio, um telefone celular; políticos, industriais, comerciantes, funcionários e ministros dos governos roubando somas colossais! A diferença está no valor dos roubos e nos motivos: os primeiros pensam, com seus roubos, minimizar a pobreza, a fome; os segundos roubando, esfomeiam milhares de trabalhadores, aumentam suas fortunas e sobem na hierarquia do capitalismo.

A VIOLÊNCIA, no dia-a-dia, é praticada disfarçada e / ou abertamente nas disputas pelo espaço vital ou entre comerciantes e industriais. Aguça o desejo da supremacia no homem, mascarando-o, revelando-lhe a agressividade nas lutas diárias, onde os tímidos, os menos capazes física e intelectualmente servem de escada para os mais ambiciosos subirem aos melhores lugares na sociedade mercantilista e bélica.

Na guerra de vida e morte, irracional de que falamos superficialmente, muita gente, para sobreviver, renuncia ao direito de pensar em voz alta, de agir livremente, deixa-se alienar, robotizar: vira massa amorfa! Assim mesmo é violentado! Troca o direito de elemento presente, pensante deixando-se transformar num número inexpressivo, graças inclusive, a moderna violência das comunicações audiovisual, repetitivas, as vibrações

s o -
noras em-
brutecedoras, aneste-
siantes. E como se isso fosse
pouca VIOLÊNCIA sobre os cé-
rebros humanos de todas as idades,
milhares de letreiros, rótulos, cartazes,
emblemas, revistas de futilidades, publicadas
e vendidas aos milhares, garantindo aos gover-
nantes dividendos, arrecadados em forma de im-
postos, tudo em cima das classes mais desfavoreci-
das.

Somando-se a isso a violência dos filmes escolas de guerrilhas, exibidos nas televisões, a propaganda itinerante em bolsas, roupas; as novelas (salvo raríssimas excepções), autênticas aulas de como prostituir jovens, ensinar trapaças explícitas, roubos, crimes de todos os tipos que o ser humano é capaz de inventar.

VIOLÊNCIA, para o autor é tudo que de alguma forma infringe DOR e estimula a desigualdade social, nega a liberdade plena, pune disfarçadamente (deficientes visuais, paraplégicos, portadores de centenas de enfermidades) descriminados e até quem dispõe plenamente dos cinco sentidos, sofre e morre lentamente nas filas dos hospitais da previdência social, dos órgãos públicos. E quem dorme nas calçadas, passa fome diante dos olhares indiferentes dos que estragam comida, vão festejar aniversários em Paris, enquanto gente como nós não chega a comer uma refeição por dia! ISTO TAMBÉM É VIOLÊNCIA!!!

Independente de ser praticada por um drogado, um ébrio, um policial, um político, um religioso católico ou muçulmano, um doutor ou um marginalizado, ainda assim É VIOLÊNCIA!!!

VIOLÊNCIA por ser "uma doença de origem divina e política universal", só com uma EDUCAÇÃO RACIONALISTA dentro de uma SOCIEDADE NOVA, de iguais em direitos, deveres e oportunidades de desenvolver todas as potencialidades artísticas, culturais, profissionais, formando caracteres límpidos, praticando a solidariedade humana, começara sua erradicação.

A médio prazo irá, "edificando" nos cérebros dos homens a convicção de que somos iguais, independente da cor, do sexo, das etnias e das peculiaridades humanas: a Sociedade capaz de proporcionar essa igualdade com liberdade, chama-se ANARQUIA!

DESVIO E PUNIÇÃO NUMA SOCIEDADE ANARQUISTA...

O texto que se segue serviu de introdução a um debate iniciado pela emissão da Radio Libertaire "Ras les murs"

O problema do "desvio", da "criminalidade", numa sociedade libertária, bem como os meios de o enfrentar, é para nós anarquistas de uma importância central, na medida em que se apresenta como um caso limite ou pretensamente como tal.

Trata-se, com efeito, através desta questão, não apenas de responder a um certo número de objecções que se podem qualificar de "vulgares", mas também, de uma forma mais geral, de mostrar a viabilidade de todo um projecto anarquista, isto é, de uma organização societária sem Estado nem lei, nem nenhum outro constrangimento económico ou moral.

Sem dúvida que estamos conscientes de que, mesmo que uma sociedade anarquista não possa existir sem alguma forma de controlo social, ela também não poderá tolerar no seu seio instituições ou organismos de coerção, com carácter jurídico ou não, sem se negar a si própria.

Contrariamente aos autoritários, consideramos o exercício da maior liberdade individual possível não apenas como sendo compatível com os imperati-

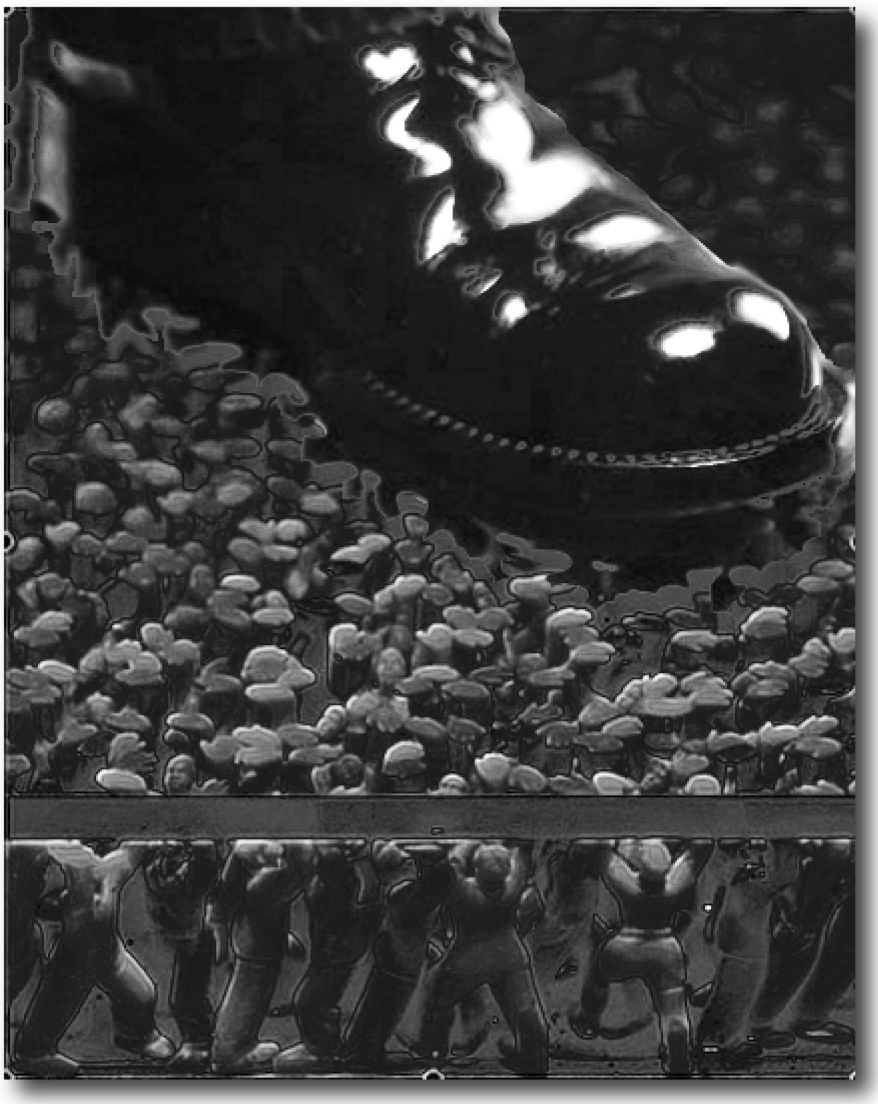
vos e
exigências da vida
em sociedade, mas ainda como
sendo algo desejável e imprescindível.
Seria, contudo, erróneo da nossa parte se ficás-
semos por esta constatação.
Visto que todas as sociedades têm os seus desviantes, e
que a anarquista não poderá pois escapar a esta regra, e que
a protecção dos membros de uma colectividade humana se não é
um dever é, pelo menos, um direito, como é que indivíduos ou gru-
pos se defenderão dos ataques e abusos cometidos contra eles?
Será, no entanto, necessário preconizar em todas as circunstâncias toda a
liberdade, sempre nada mais que a liberdade, mesmo para os seus inimigos?
Mesmo para os inimigos do proletariado ou do género humano? Liberdade
para todos os que cometem actos «anti-sociais», para os «monstros» também?
Será preciso deixar andar ou deverão existir sanções ou punições? E se sim, de que
natureza e por que motivos?
Eis as questões às quais se pretende responder e para as quais não nos podemos limi-
tar a respostas vagas ou a fórmulas propagandistas de carácter geral.
Mais do que nunca, pensamos como Fabri, Malatesta, Berneri (para citarmos apenas
alguns) que os problemas da construção de uma sociedade libertária devem ser encarados
de frente, sem subterfúgios, esforçando-nos por propor, na medida do possível, soluções
concretas mesmo que limitadas, mais do que remetermo-nos para os amanhãs nebulosos
da revolução social. Assim, qualquer trabalho que se esforce, por pouco que seja, por trazer
novos materiais de análise ou precisões neste sentido só pode ser bem-vindo.
No entanto, pensamos também que, neste exercício arriscado de reactualização e aprofunda-
mento do pensamento libertário, é preciso manter o espírito lúcido.
Neste sentido, no que se refere à questão da "criminalidade" (mas este discurso tem na nossa
opinião um alcance mais geral) seria perigoso da nossa parte se por "excesso de realismo",
"para sair da utopia", que se acabasse por propor, como meio de "assegurar a segurança",
soluções que, em última análise, não rompessem com os sistemas actuais de coerção so-
cial.

A criminalidade como problema social

O discurso dos anarquistas em relação ao desvio pode ser considerado, quer como
sendo rico pelas novas perspectivas de convívio que deixa subentender, quer relativa-
mente "pobre" em relação às soluções práticas que aponta.
Tradicionalmente, é preciso reconhecer que esta é uma questão que sempre levan-
tou entre nós problemas delicados de interpretação. Seria sem dúvida possível,
como fez Marconi, um autor italiano, num livro editado há alguns anos [Pio
Marconi, La Liberta selvaggia, Padova, 1979], de fazer salientar um certo
número de ambiguidades e mesmo de constatar por vezes a existência de
divergências nesta matéria entre nós.
Esquematicamente, podemos dizer que os autores libertários sem-
pre se esforçaram em demonstrar, por um lado, o carácter social
da criminalidade e, por outro, o aspecto ineficaz, prejudi-
cial e constrangedor de qualquer sistema coercivo com
carácter penal ou jurídico. Hoje, a existência de me-
canismos de repressão apenas faz codificar-
organizar a vingança da colectividade,
mas ela é incapaz, pela sua
natureza, seja qual

for aliás a dimensão do castigo infligido, de prevenir o crime ou de o suprimir. A punição que a sociedade inflige aos desviantes não apenas não educa ninguém mas, ao contrário, revela-se socialmente prejudicial. Para nós, anarquistas, não há melhor remédio contra a "criminalidade" do que atacarem-se as causas que a engendram.

O crime, tendo uma origem social, uma vez reformada a sociedade e suprimidas as causas intrínsecas da violência e da desordem, enquanto reflexo do estado das coisas actuais, está também destinado a desaparecer.



Já não existindo, numa sociedade libertária, nem exploração, nem estado, a maioria dos motivos geradores de crimes viriam a enfraquecer-se por si próprios. Ao contrário, criar-se-ia no seu lugar, uma sociedade que saberia encontrar e desenvolver sentimentos de entreajuda e de cooperação recíprocos tornando, assim, supérfluas, através da prática da solidariedade, todas as formas de constrangimentos institucionais.

O tratamento do desvio

O optimismo positivo desta abordagem faz-se acompanhar pelo facto de se subestimar a defesa da comunidade libertária. Desta forma, pensamos que o problema do desvio e das eventuais sanções em que poderiam incorrer os indivíduos ou grupos que tivessem cometido actos repreensíveis para toda a comunidade, não podem ser escamoteados ou negados, devendo, antes, ser confrontados como tais. Ou seja, para nós, o "tratamento" do desviante e os meios a pôr em prática não devem colocar-se nos mesmos termos que os utilizados pelos autoritários. Ele não deve ser abordado nem sob um ângulo jurídico, nem moral, mas pelo menos em termos de defesa do corpo social. Não se trataria de punir ou vingar a sociedade, mas apenas de agir de forma a cessar os ataques contra ela, quer dizer, manter, em última análise, as condições que permitam a existência da sociedade libertária.

Globalmente, pode-se dizer que a maioria dos companheiros que se debruçaram sobre esta questão colocaram a tónica, sobretudo até hoje, nas modalidades de tratamento do desvio ou dos desviantes a partir do que poderíamos designar de mecanis-

mos de controlo informal. Mecanismos que visam substituírem a pena ou o julgamento por uma espécie de pressão social exercida por todos os membros da comunidade. Em suma, uma gestão colectiva do controlo da transgressão que permitisse a sua reabsorção ou a sua prevenção sem recorrer a nenhuma forma de coerção.

No entanto, confiarmo-nos neste domínio a todos e a ninguém, ou "ao espírito de iniciativa" das massas, sem dúvida que não é uma solução completamente satisfatória e que se mostrará, quer impraticável, quer bastante ambígua. Se for necessário "tomar medidas", quem se encarregará disso e a partir de que critérios? Seguramente que soluções concretas podem e devem já estar elaboradas, mas nem todas interessam.

Os limites do neo-realismo anarquista

A este propósito, ainda mais perigoso para nós anarquistas seria, por preocupação de colar à realidade as coisas, assustarmo-nos com a ideia do desencadeamento de uma "liberdade selvagem", retomar por nossa conta, ou entrar numa lógica que prosseguisse, de uma maneira ou de outra, as formas repressivas do velho mundo.

Neste domínio, como aliás noutro qualquer, o maior perigo ao qual nós anarquistas estamos expostos, não é o de fazer muito, mas sim, de não fazer o bastante!... de recuarmos perante a dimensão da tarefa e de não ousarmos pôr em prática, chegado o momento, das reformas verdadeiramente radicais que se situam para além de qualquer lógica autoritária.

Trata-se, de facto, não apenas de suprimir as instituições jurídicas actuais (polícia, prisão, magistratura, asilo) mas, mais ainda, de fazer de tal forma que não se reconstruam de forma disfarçada.

A segurança é, sem dúvida, um desejo legítimo e uma necessidade primordial. Será preciso salientar que se somos anarquistas, é porque a sociedade actual, tal como está, não assegura a segurança dos seus membros? Em nenhum caso, no entanto, poderemos ser os promotores, sob qualquer pretexto, numa sociedade libertária, da manutenção ou da constituição de organismos especializados e estáveis aos quais seja reservado pela colectividade o papel de estabelecer ou de restabelecer a ordem. Da mesma forma, não se colocará a questão de manter formas de controlo, ainda que limitadas ou temporais.

Por maioria de razão, uma sociedade anarquista não poderá tolerar a existência de medidas abertamente repressivas contra indivíduos perigosos ou julgados "irrecuperáveis" e que poderão ir até à exclusão ou à "segregação" do desviante.

Uma tal escolha do tratamento da "criminalidade", típica de uma sociedade autoritária, não é concebível para nós, seja qual for a dimensão do crime.

Porque é que uma sociedade libertária, tendo feito tábua rasa do passado, não escolherá modalidades de integração do desvio também libertárias? Propor, por exemplo, "lugares de vida fechada" para substituir prisões ou asilos, seria, na boca de um anarquista, uma contradição perniciosa. Não tendo imagens de lugares de vida fechada (para os que não pudessem ser largados na natureza) muito próximos de nós para que neles nos debrucemos, no livro ***Le meilleur des mondes,*** de Huxley, é-nos dada uma descrição bastante convincente do que poderiam ser esses lugares de vida, onde as pessoas "não assimiláveis" são livres de fazerem o que entenderem, mas "para além de barreiras severamente controladas".

Sabemos que o caminho do inferno está cheio de boas intenções. Mas, nós anarquistas acreditamos ter encontrado a chave dos erros passados, presentes e... futuros, nos quais incorreram os reformadores sociais: não terem acreditado bastante na liberdade.

E se controlo social tivesse de ha-

ver, este deveria ser apenas pontual, caso a caso, segundo as circunstâncias e as necessidades do momento, mas que não recorresse a nenhum mecanismo de segregação ou de isolamento, mesmo que tivesse o ar de um tratamento "doce" ou de reeducação do desviante.

Com efeito, qualquer ideia de "terapia social", por muito generalizada que fosse, parece-nos que apresentaria riscos elevados de manipulação do indivíduo e, logo, não poderia ser tida em conta como tal. Para além disso, como se diz, não há verdadeira diferença qualitativa entre uma terapia baseada numa pena e uma com carácter sócio-moral.

É, contudo, evidente que uma tal abordagem está longe de esgotar a questão. Já que, de qualquer forma, uma sociedade anarquista não se realizará de um dia para o outro, a ideia de que a designada "criminalidade" deve desaparecer com as condições burguesas que a geraram – e que, portanto, a sociedade futura não deveria prever modalidades de defesa contra os ataques internos ou externos efectuados contra ela –, é uma coisa perigosa para a sobrevivência da revolução.

Quem é louco?

De qualquer forma, pensamos que um discurso sobre o desvio em sociedade anarquista não poderia passar da própria análise do conceito de desviante; e antes de começar a encarar as medidas apropriadas a tomar, será de questionar a quem e porque é que seriam aplicadas. Com efeito, o que é um desviante, um criminoso numa sociedade sem classes nem

Estados? Desviante e criminoso em relação a quê?

É preciso não esquecer nesta perspectiva que um acto ou um comportamento é "desviante" na medida em que faz um ataque a valores comuns. Os anarquistas deveriam sancionar o que recusa o sistema de valores libertários ou o que guarda uma recordação muito viva do antigo regime? Claro que não!

De facto, quando se fala de necessidade de segurança, de autodefesa do corpo social e dos meios de a isso prover, os companheiros visam apenas os actos ditos anti-sociais. Entre os "actos desviantes" são apenas considerados repreensíveis os que atacam directamente as próprias condições da vida social. É, contudo, necessário salientar como é difícil dar uma definição do que é uma acção anti-social e os perigos que tais generalizações podem ter para a liberdade individual.

Existe, bem entendido, uma espécie de limiar, de nível mínimo, de ataque conduzido contra os membros de uma colectividade como o assassínio ou a violação (actos anti-sociais por definição), para além do qual os interesses da colectividade estão em jogo e que precisa pois de uma resposta "adequada" da sua parte. Mas este limiar de violência primária, ele próprio, e a história está aí para no-lo ensinar, pode ser mais ou menos extensível. Infelizmente, não existem actos anti-sociais em si, e crer poder circunscrever os comportamentos desviantes (e a justa resposta da sociedade) ao simples exercício directo e injustificado da violência sobre os seres vivos ou sobre os bens colectivos, não é necessariamente um critério operacional.

O problema da segurança numa sociedade anarquista não está em saber apenas como prevenir-se dos loucos, dos sádicos, dos monstros. Até porque são raros e não mordem sempre! Em qualquer caso, o seu tratamento não necessitaria da existência de corpos especializados. Também não esqueçamos que cada sociedade tem os monstros que merece... então?

Abordar a questão sob este ângulo parece-nos, de qualquer forma, uma maneira muito "redutora" de ver as coisas. O problema da segurança não pode, com efeito, ser dissociado do esforço de construção da própria sociedade libertária. Um problema dinâmico, que se alteraria ao longo do tempo, exigindo respostas diferentes de acordo com os lugares e que mereceria todo um desenvolvimento específico. Mas, para permanecermos dentro dos limites do nosso assunto, salientemos como o vício escondido de todos os que raciocinam nestes termos está no facto de partirem da hipótese, ou darem como adquirida, a existência de uma sociedade libertária "perfeita", harmónica no todo e nas partes, uma sociedade onde, em qualquer caso, ou em qualquer forma, os conflitos ou o desvio já não teriam razões "objectivas" para existirem.

Por aqui, não se encaram os desviantes, todos os que cometem actos anti-sociais, como sendo forçosamente "desequilibrados" a quem é preciso fazer entender as razões pelas quais se colocaram em contradição com eles mesmos e com o meio.

O desvio, deste ponto de vista, é forçosamente uma anomalia e é pois "justo" e necessário que a sociedade o trate como tal. Ora, raciocinar a partir de tais abstracções não tem, para nós, muito sentido e apenas nos pode conduzir a um duplo impasse da "exclusão" ou do tratamento do desvio de que demonstrámos os limites.

A aposta da liberdade

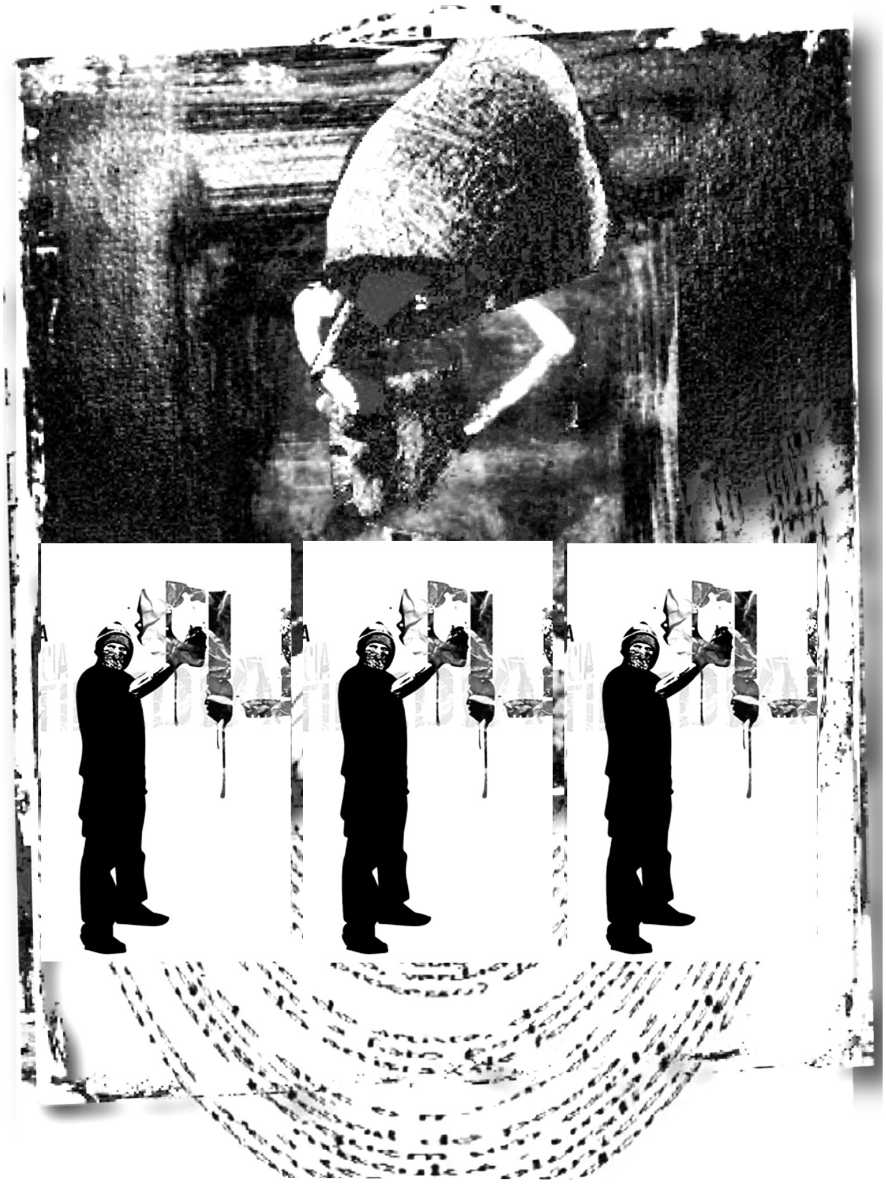
Qualquer sociedade tem os seus desviantes, as suas lutas, as suas violências e, repitamo-lo, a sociedade anarquista também terá o seu lote de tudo isto. Pensamos que seria inútil e perigoso correr atrás, ou encarar no abstracto, a realização de uma sociedade perfeita, "sem crime", na medida em que todas as acções preventivas ou coercivas que se encarassem, não poderiam por definição resolver o que quer que fosse.

O desvio não é um simples resíduo de contradições actuais, um "resíduo" que seria possível reabsorver pouco a pouco. Convencidos como Proudhon de que o conflito, o antagonismo, em suma o "mal", não estão necessariamente votados a desaparecer, o desvio não pode, nem deve, ser considerado como qualquer coisa que vai contra as relações sociais libertárias e igualitárias.

Pelo contrário, pensamos mesmo que em certa medida uma sociedade anarquista pode ser encarada como uma sociedade de "desviantes", isto é, que se apoia não na adesão passiva dos seus membros a um corpo de normas ditas libertárias, mas que pratica a transgressão, a valorização, a diversidade, que é tanto o motor como a energia essencial de qualquer dinâmica social libertária. Uma sociedade que em vez de excluir ou de marginalizar o que está fora das normas, vive com ele. Melhor ainda, poderíamos dizer que ela é baseada num estado de desvio generalizado. Deste ponto de vista, pensamos que se possa falar de normalidade da transgressão em sociedade anarquista e não de anomalia.

Isto não quer dizer, bem entendido, que não existiria alguma garantia e que cada um estaria à mercê do outro. Mas o direito de auto defesa da sociedade, a reacção legítima do corpo social, poder-se-ia conceber apenas se circunscrita, se possível, aos únicos domínios onde houvesse falta de envolvimentos livremente contratados.

Desembaraçada da sua abordagem abstracta, não deveria respeitar, no limite, senão as questões para as quais os indivíduos contrataram envolvimentos directos. Tratar-se-ia de preconizar uma espécie de ***modus vivendi*** sobre bases contratuais e federativas que fixariam ou delimitariam os direitos e deveres de cada um. Pacto ou contrato de que estaria excluído qualquer juízo moral e em torno dos quais seria possível realizar um embrião de direito contratual que substituísse o princípio da punição pelo da restituição ou reparação dos estragos provocados.



De qualquer forma, a única força auto reguladora da sociedade deveria ser apenas a própria liberdade. Nós, anarquistas, tomamos o risco da liberdade.

Tradução de Guadalupe Subtil

BLACK BLOCK: VIOLENTO?

josé janela

Fora do movimento libertário, os anarquistas são muitas vezes conotados com a violência, quer pelas reminiscências da memória no «imaginário colectivo» do «anarquista bombista» do século XIX, quer pelas barricadas do Maio de 1968, quer pelas mais recentes manifestações antiglobalização, onde, nalgumas delas, se verificaram vários tipos de violência. Um grupo que surge nos mass media associado à violência é o Black Block. Um Black Block é um conjunto de indivíduos ou de grupos afinitários, que se agrupam de maneira espontânea ou organizada num dado momento, por ocasião de manifestações ou acções políticas. Não é uma organização nem uma rede centralizada de alguma maneira. Não se pode falar «do» Black Block, mas «de um» Black Block entre outros, mudando a composição e flutuando ao sabor das suas aparições. O que caracteriza um Black Block é antes de mais o facto dos indivíduos e grupos que o compõem se definirem maioritariamente como anarquistas e proporem uma perspectiva libertária sobre o tema da manifestação ou acção em questão. O Black Block surgiu dos movimentos autónomos europeus, particularmente do movimento autónomo alemão dos anos 1980. Os autónomos alemães criaram a ideia do schwarze block (bloco negro) durante acções directas para a protecção de squats e de locais autogeridos. Também apoiaram a Rote Armee Fraktion em manifestações de solidariedade. As roupas que caracterizam os manifestantes advêm dos blusões de cabedal que os okupas utilizavam para se protegerem das bastonadas da polícia e das máscaras de esqui utilizadas para ocultar a identidade e proteger do gás lacrimogéneo. Esses okupas foram denominados der schwarze Block pelos media alemães. A cor negra está historicamente associada ao anarquismo desde que bandeiras negras acompanharam a revolta dos "canuts" de Lyon em 1831.

«Nós consideramos que a destruição da propriedade não é um gesto violento, a não ser que isso destrua vidas ou cause ferimentos. Segundo essa definição, a propriedade privada – em particular a propriedade privada das empresas – é infinitamente mais violenta que qualquer acção empreendida contra ela» (in Comunicado de um Black Block de Seattle, colectivo ACME, 5 de Dezembro de 1999)
O Black Block atraiu particularmente a atenção dos mass media a 30 de Novembro de 1999 em Seattle, aquando das acções de resistência ao congresso da Organização Mundial do Comércio, em que conseguiram impedir a chegada dos congressistas e anular algumas reuniões.

«Quebrar vitrinas de bancos e de multinacionais são acções simbólicas. Contudo, não estamos de acordo com a destruição e pilhagem de pequenas lojas e pequenos carros. Não faz parte das nossas práticas» (Participantes do Black Block, Génova, 21 de Julho de 2001)

A cimeira do G8 em Julho de 2001, em Génova, ficou marcada pela morte de Carlo Giuliano por um tiro da polícia. Nessa cimeira registou-se a contestação generalizada dos manifestantes ao G8 e pela tentativa, por parte de milhares de pessoas, de chegar à «zona vermelha» onde estavam os chefes dos 8 Estados mais industrializados. Muitos media tentaram fazer passar a ideia que o Black Block era arruaceiro, quando o Black Block fez o que uma maioria dos manifestantes tentava: perturbar a reunião, tentando chegar ao local e, para isso, resistia às ofensivas da polícia contra os manifestantes. Nesses dias a polícia violou as próprias leis, invadindo dormitórios, prendendo arbitrariamente, torturando…

A actividade do Black Block não pode ser considerada uma forma de violência, porquanto não se dirige a agredir seres humanos, e, quando causa ferimentos, é em situações de legítima defesa. Houve contudo manifestações em que a polícia se infiltrou no Black Block para provocar distúrbios e assim desencadear a repressão violenta da polícia sobre os manifestantes, dando a ideia que os manifestantes é que iniciaram os distúrbios.

O Black Block pode ser considerado parcialmente como uma res-

posta à enorme repressão do FBI (e outras polícias) durante os anos 1960, 70 e 80 contra os grupos de activistas. É uma resposta encontrada para lutar contra os símbolos e as cimeiras da globalização capitalista. Desde Seattle que os poderosos deste mundo nunca mais se puderam pavonear junto das populações dos locais onde se encontram, nem puderam mais apanhar «banhos de multidão». Tiveram de deslocar as suas cimeiras para sítios isolados ou onde é mais fácil impedir manifestações. Só isso já é um feito notável do Black Block. O discurso das multinacionais também mudou. A Coca-Cola, por exemplo, já faz campanhas no âmbito da luta contra a SIDA. Claro que é só para dourar a pílula, mas as multinacionais tentaram maquilhar a sua imagem, pois ficam incomodados quando os seus produtos, ou pontos de venda, são destruídos. Quando há manifestações «pacíficas» os detentores do poder político dizem que «cada um tem o direito de se manifestar, desde que seja de uma forma ordeira, de acordo com as regras democráticas, cumprindo a lei». Pois os governantes têm horror à actuação do Black Block, pois são eleitos em campanhas financiadas pelo grande capital para que os seus negócios, os seus produtos, os seus locais de venda sejam protegidos. Os estadistas e capitalistas ficam aterrorizados com a ideia de serem incomodados nas suas salas de reunião, por indivíduos vestidos de preto que não respeitam o sistema e que o querem destruir. Por isso tentam fazer passar a ideia que o Black Block é terrorista. O Black Block pode não ter a capacidade de destruir o sistema da globalização capitalista, para transformar o mundo em algo mais justo, livre e solidário; as cimeiras até podem deixar de existir pois não são essenciais ao sistema. Para atacar eficazmente o capital, enquanto sistema produtivo e relação social, teria que juntar-se à luta dos trabalhadores nos locais de produção e dos explorados nos seus locais de exploração. Mas o Black Block é uma expressão do descontentamento de muita gente em muitos países, não conhece fronteiras. O Black Block não mata mas mói.

A SURDEZ VERSUS VIOLÊNCIA

Ilídio dos Santos

Porque existem vários tipos e graus de surdez, quero referir apenas dois, os dois que mais me atormentam a existência. A surdez por deficiência física e a surdez por ignorância. O meu caso particular diz respeito ao primeiro caso.

Muitos autores e cientistas médicos são unânimes em concordar que a ausência de um sentido produz, como compensação, o desenvolvimento dos outros ou do próprio noutra direcção. Por vezes, até falam, no caso dos surdos, de percepção extra-sensorial. No meu caso particular, não detecto qualquer alteração nos outros sentidos a não ser uma melhor percepção do que observo.

A violência pode revestir-se de várias matizes. Há violência conduzida pelo Estado, pelas Igrejas dentro de uma nação, pelos grupos, pelos indivíduos particularmente. Também pode ser vista em grau. Não me vou debruçar contra qualquer tipo de violência que exista fora de mim. Só pretendo abordar aquela que sofro, desde há 36 anos, como resultado de um acidente de moto.

No início, no período de adaptação à minha nova realidade, tinha dificuldade em locomover-me pois o meu sentido de equilíbrio foi muito atingido e qualquer movimento mais brusco levava-me a cair, assim como se tornava difícil o saltar do paralelepípedo do passeio para a estrada ou jardim. Não conseguia mergulhar na praia ou na banheira. Claro que com esta nova situação tanto a minha companheira, como o meu filho e eu próprio tivemos que fazer uma nova aprendizagem.

Devido a ter ficado 100% surdo, nunca ouvi a palavra do meu filho e, por maior razão, da minha neta, família e amigos. Contudo, nem tudo são espinhos de violência na minha trajectória de vida. Felizmente, devido a uma experiência ‘‘docente’’ num colégio interno, Casa Pia de Lisboa, na minha juventude, aprendi a linguagem gestual e ensinei a ler nos lábios. Esta experiência feliz dotou-me da capacidade de me integrar na minha nova condição.

A música, que fazia parte do meu universo estudantil, já que toquei flautim e flauta em duas bandas de música distintas, ao ficar surdo, foi uma das perdas que mais me afectou e que tornou a minha existência mais pobre. Hoje, com 64 anos, consigo conduzir-me com naturalidade, de tal maneira que, muitas vezes, os meus interlocutores ficam admirados e não acreditam na minha facilidade/habilidade de comunicação através da leitura labial.

Mas, como não é para historiar o meu caso particular de surdez, passemos ao caso da violência que me proponho descrever neste pequeno trabalho. Esta violência, salvo algumas excepções, não me é exterior, faz parte da minha realidade.

O primeiro choque, foi quando acordei do coma no hospital de Lourenço Marques e, passada uma hora, tomei conhecimento de que tinha ficado completamente surdo. Após a minha convalescença no hospital e em casa, e de ter sido desenganado pelos médicos, pois estes garantiram-me que não voltaria a ouvir e que, possivelmente, com o desenrolar do problema, deixaria de falar. Tive de aprender a lidar com a minha nova condição.

Esta perspectiva de deixar de falar, constituiu, para mim, uma experiência que me causou alguns momentos de grande insegurança. Durante os primeiros anos, vivi com esta espada de Damôcles sobre mim. Felizmente consegui viver com esta terrível dúvida e, passados 36 anos, deixei de me preocupar com semelhante possibilidade. Contudo, ainda não existem garantias fiáveis de que será sempre assim até ao fim dos meus dias.

Mas, adiante. Ao retomar a minha actividade profissional como linotipista, aconteceu que os meus colegas tipógrafos não acreditavam na minha possibilidade de trabalhar com a linotype. No entanto, objectei, que deveria ser eu a decidir e que tinha capacidade para isso e que não me inibiria de confirmar a minha incapacidade se tal fosse o caso. Não foi necessário. Continuei a ser o mesmo profissional não obstante a violência estar sempre presente, através da descrença dos meus colegas, que amiúde faziam comentá-rios jocosos e estavam sempre prontos a diminuir-me embora eu fosse chamado, muitas vezes, para resolver as dificuldades que eles tinham ao manusearem a máquina de com-posição a quente.

Também, durante a minha frequência universitária, um ou outro professor, tinha um comportamento de quem não aceitava/acreditava na minha surdez e, nem por isso, procuraram dissipar as suas dúvidas e, dessa forma, criaram em mim alguma desilusão e desinteresse.

Quando entro num autocarro, a minha primeira preocupação é encontrar um assento/espaço livre a fim de não ser interpelado pelas costas e não ficar sujeito a ser empur-rado/agredido por a outra pessoa pensar que a estou a ignorar.

Outro tipo de violência a que estou sujeito diz respeito aos familiares e amigos que não consigo perceber por motivo da dicção ou usarem cobertura capilar no rosto que, por vezes, devido a cobrir o lábio superior, me impede de fazer a leitura labial e eles mostrarem desagrado pela minha incompreensão.

Nestes casos extremos sinto toda a violência que se abate sobre mim. Também me sinto violentado quando alguém põe, deliberadamente, a mão à frente da boca para evitar que eu entenda o que está a dizer.

É bem certo que todos os meus interlocutores devem manter numa posição frontal pois, caso virem a cabeça ou, eu próprio, é o bastante para eu perder o sentido do diálogo. Por exemplo: nas repartições públicas, guichets, os funcionários que atendem o público, nem sempre procedem de modo lhano e procuram fazer-se entender. Também acontece, quando declaro ser surdo, elevarem a voz e gritarem-me aos ouvidos o que tem um efeito deveras violento e esmagador pois a voz tem uma sonoridade estrídula e produz-me mal-estar e dores de cabeça.

Outro dos aspectos violentos da vida na cidade são as ambulâncias, carros de polícia ou bombeiros, ou outras viaturas similares, quando circulam com as sirenes ligadas. Quando estou presente junto de pessoas que riem/falam demasiado alto ou ruídos persistentes e contínuos, é frequente sobrevir dores de cabeça incontroláveis acompanhadas de vómitos e vertigens que passam logo que cessa a causa.

Muito mais poderia dizer sobre a violência a que um surdo pode estar sujeito mas quero apenas referir um caso que se passou numa repartição pública. Ao dirigir-me ao guichet para me informar sobre um determinado assunto, deparei-me com um funcionário invisual. Foi um choque. Fui incapaz de me fazer entender e de entender o referido funcionário. Optei por me desculpar e abandonar a repartição sem ter tido oportunidade de resolver o meu assunto porque fiquei perturbado.

Isto aconteceu porque o referido funcionário não tinha forma de estar quieto e, frequentemente, falava para outras pessoas da fila ou da repartição o que me impedia de concentrar na leitura labial que me interessava pois que não sou capaz de diferenciar, nestes casos específicos, se estão ou não a falar comigo.

A vida de um surdo, como no meu caso específico, pois não nasci nessa condição, não é fácil e requer uma aprendizagem e uma atenção constante de modo a poder adaptar-se às nuances da vida.

Este é o meu caso. Não o desejo para ninguém.

"DA "VIOLÂNCIA" DOS DOMÌNANTES ÀS VIOLÊNCIAS DOS DOMÌNADOS"

Igor Reitzman

Nota Prévia do Tradutor: uma vez que a palavra «violance» não existe em francês, tendo sido expressamente criada pelo autor a partir da palavra «violence» (violência), iremos traduzi-la em português por «violância», à semelhança de violência e porque também já existem palavras assim terminadas como, por exemplo, fragrância e jactância.

Para além da violência que nos estigmatiza, e que é principalmente sofrida pelos dominados, há frequentemente uma «violância» difusa, permanente e fortemente legitimada que nos incita a não considerar como relevante a violência. É sobre aquela «violância» que o psicólogo Igor Reitzman reflecte ao longo do seu livro Longuement subir puis détruire: de la violance des dominants aux violences des dominés, publicado em Dezembro de 2002 pelas Editions Dissonances, reflexões que, de seguida, traduziremos apenas algumas.

"(...) Não podemos realmente avançar na reflexão sobre a violência senão quando renunciarmos a utilizar esta palavra.

☐ para falarmos das acções que têm por alvo (consciente ou não) humilhar, ferir ou matar, acções que preferimos designar de agressões (da micro agressão à maior agressão);

☐ para falarmos das condutas que visam (conscientemente ou não) forçar, constranger, aprisionar, anexar, confiscar, instrumentalizar, programar, coisificar, tornar dependente, condutas que ouso apelidar de «violâncias» (da micro «violância» à maior «violância»).

Tomei, assim, a decisão difícil de criar este novo termo, não para satisfazer um capricho, mas para preencher um vazio criado pela distorção do sentido do termo em tempos legítimo. A crer no dicionário, a palavra violência, aparece no fim da Idade Média, principalmente com o significado de "agir sobre alguém ou fazer agir alguém contra a sua vontade, empregando a força da intimidação. Forçar, obrigar."

Para se estar à altura de exercer violência sobre os indivíduos e sobretudo sobre populações, é preciso ocupar uma posição de poder. Dito de outra forma, é necessário ser um dominante: príncipe na sua província, patrão na empresa, proprietário face aos escravos, etc. E quando se é um dominante não se tem interesse em que exista uma palavra

que desvende a realidade da opressão. É difícil prescrever a palavra. É muito mais hábil dar-lhe novos significados, do que redefinir o significado original e fazê-la esquecer. Assim, a força brutal que não estava na origem de um dos meios em que a violência se tornou – por derivação metonímica (processo estilístico pelo qual se exprime o efeito pela causa, o todo pela parte, etc.) – a própria violência, funciona como hiper agressão, brutalidade, expressão intensa de raiva, assassínio, explosão, guerra, etc.

O sucesso desta manipulação simbólica é total quando se utiliza a palavra para referir as explosões dos dominados. A submissão do oprimido advém da ordem estabelecida. Que ele quebre esta ordem e bata no senhor, eis o grande escândalo. Na linguagem dos senhores tornada linguagem comum, o violento não é aquele que faz a violência, mas o vilão que ousa revoltar-se.

Como perceber profundamente uma realidade quando não há nenhuma palavra para se falar dela? Recriar uma palavra nova que retome o significado antigo enriquecendo-o, é fornecer aos dominados um instrumento de clarificação daquilo que suportam, um meio que lhes deve permitir a lucidez, a reflexão e a reivindicação de novos direitos, em vez da explosão de termos que deixam para eles o papel de mau da fita.

Há já algumas décadas, graças sobretudo aos movimentos feministas, que surge o interesse pelo quotidiano da opressão, por estas «violâncias» subtis, discretas, muitas vezes instaladas numa continuidade e numa insidiosa doçura que lhes assegura uma aparência de legitimidade. São, claro, as «violâncias» que mobilizam a indignação pública: escravatura, proxenetismo, violação, inclusive a que se verifica entre casais, «violância» pedófila, uniões forçadas, etc. Outras «violâncias» significativas, e apesar de muito frequentes, passam ainda despercebidas, em particular as que se distribuem em pequenos golpes como domesticar para a submissão que alguns designam de "educastração".

A palavra «violância» está carregada de imagens muito pesadas e de repente torna-se difícil de a utilizar para factos seguros cuja qualificação, no entanto, merece consideração, principalmente quando nos interessamos pela longa duração e pelos fenómenos cumulativos. (...)"

A «violância» é maior quando há confiscação total, permanente e definitiva (escravatura). A «violância» é maior quando atinge a mutilação psíquica de forma irremediável, por exemplo, quando o esforço para tornar o outro completamente louco é plenamente conseguido. Mas, para além do que a opinião pública considera habitualmente como loucura, existe toda uma série de patologias graves que, até ao presente, mobilizaram muito mais a indignação e a sede de vingança das multidões do que uma necessidade de compreender para prevenir. Percebemos cada vez mais claramente que as pessoas não nascem torcionárias ou ditadoras, paranóicas ou pedófilas activas; e que não se trata também de infeliz acaso. É «violância» maior, a massa de interacções familiares e sociais que conseguem estruturar a personalidade de um grande criminoso.

Há alguns anos, um documentário "Le fils de ton voisin", revelou como na Grécia dos Coronéis, a polícia política conseguia transformar em poucos meses os jovens rurais em torcionários. Via-se a eficácia da máquina, mas também os seus limites, já que um pequeno número de recrutas resistia à lavagem ao cérebro. Isto acontecia porque a primeira mensagem da família não estava sempre em coerência total com a segunda mensagem encetada pelos mestres-torcionários. Em «La mort est mon métier», Robert Merle demonstra como, com uma «violância» maior e complexa, podemos fabricar um dócil comandante de campo de exterminação. Seria preciso interessarmo-nos sistematicamente pela infância dos carrascos como pela infância dos que não chegam a ser carrascos. É, aliás, o que Alice Miller começou a fazer em vários dos seus livros.

Há «violância» maior quando os adultos conseguirem eliminar, de uma vez por todas, a capacidade de recusa de uma criança, quando instalarem uma submissão absoluta e definitiva, quando a própria ideia de que poderia dizer NÃO a alguém ou a qualquer coisa se torna, para ela, impensável. Esta violência maior resume e facilita todas as outras violências posteriores.

Há «violância» maior quando um estado impõe aos que estão sob a sua alçada que se transformem em máquinas de matar e

tor-
turar. O exemplo
da guerra da Argélia demonstra
o que está aqui em causa. Não é apenas
a passagem em uniforme, com as armas na mão,
mas, também, o que foi definitivamente instalado no
psiquismo que para alguns se tornou irremediável. Os doc-
umentários televisivos marcantes como "L'Ennemi intime" de
Patrick Rotman ou "Algérie: paroles de tortionnaires" podem aju-
dar-nos a perceber, mas o que neles descobrimos é ainda e apenas uma
parte ínfima do sofrimento vivido nesta história de 132 anos. Fiquei sensi-
bilizado pelo sofrimento destes homens, 40 anos depois do fim de uma guerra
inesquecível. Pertencem àquela zona cinzenta de que fala Primo Levi em Les
naufragés et les rescapés (...). Os que aceitaram testemunhar eram, nitidamente, per-
seguidos pela recordação do que haviam feito e do que tinham deixado fazer. A educa-
ção recebida não tinha impedido o crime, mas mostrava-se eficaz numa culpabilização
talvez definitiva.

Há «violância» maior quando, através de um conjunto de manipulações mentais, uma seita consegue controlar os espíritos.

Há «violância» maior quando é o mais íntimo de um corpo que é violado, mesmo que por dez minutos, dito de outra forma quando se trata de uma violação.

A exploração massiva de crianças nas minas e fábricas, sendo hoje interdita nas nossas sociedades, não impede que alguns pais encontrem novas formas de exploração mais individualizadas. Ontem tratava-se de sobrevivência económica, hoje, o que é asperamente cobiçado, o que é preciso custe o que custar conseguir, é a riqueza e a notoriedade. Para aí chegar, a coisificação brutal da criança passa a revestir formas muito variadas:

ROLANDO que tem apenas três anos e meio, participa já em competições de moto-cross. O essencial do seu quotidiano desenrola-se em torno da obsessão dos pais; o seu futuro limitado está traçado: ele será campeão... talvez, mutilado certamente! Lemos na sua cara muito sofrimento, mas os seus pais apenas vêm capacetes e botas...

Excerto do Livro "Longuement subir puis détruire: De la violance des dominants aux violences des dominés''. Éditions Dissonances, 2002.

Tradução de Guadalupe Subtil

IMAGENS & MEMÓRIAS

abdul
affi

as imagens arquétipas resultam parecer sempre contemporâneas. reconhecemo-las. habitam o nosso mais profundo subconsciente. entre elas, as muitas que nos perturbam - que nos metem medo, que nos limitam enquanto pessoas livres.
cabe ao mago trazê-las à superfície, exibi-las.
eis a grande acção performativa - o performer desempenha a função de xamã e, num estalar de dedos exibe o coelho extraído da cartola - clarifica a leitura da imagem, actualiza-a...
e
tudo isto a despropósito?... não. a propósito de.
e de quê?...
perguntas tu.

eu não respondo por não ousar a violência.
voltas a perguntar.
e eu rio
então rimos os dois porque já tínhamos lido as respostas todas algures.
num livro?...
na memória?...
sim as respostas estavam lá todas.
na cabeça. a nossa.
e
não eram, de todo, neo-realistas.
porque não podiam ser. se o fossem estariam arrumadas nas gavetas bolorentas do socialismo científico.
e não no nosso subconsciente.
então, só então, demos corda às memórias e tudo ficou mais claro.
navegámos no evangelho como relógios.
e
o grande acrobata, no trapézio que se arma no topo da tenda de circo, transmitiu-nos a parábola.
e
nós acreditámos.
estava frio.
muito.
encolhemos por causa disso.
foi nessa altura que soubemos que o património dos velhos militantes fora entregue à biblioteca real. assim. gratuitamente, por uma ideia... (fechado a sete chaves pelos burocratas do reino - não vá cair em mãos erradas).
foi a primeira revelação do apocalipse a ritmo vertiginoso.
os poderosos aplaudiram o acto com palmas e ofereceram um lugar ministeriável à iniciada do grande ideólogo.
aqui, os quatro cavaleiros avançam a todo o vapor...
sem armas, a revolução é irrealizável.
reformemos.
ou
reformulemos
o nosso pensamento.
quando nos encontramos, é sempre de revolta o pensamento que nos une... um pensamento duplo de destruição - somos amantes do fogo posto.
o fogo aquece
e
com este frio...
a morte do tirano pendurado numa corda é, para uns, caso de adiamento. para quê matar?
dizem...
porque não matar?...
dizemos nós.
adiar adianta? que medos assombram as mentes deste progresso apodrecido? tiranos e traidores sobrevivem na paz podre dos bem pensantes.
não faremos - não? - aquilo que eles fazem por sistema aos seus opositores...
e porquê?...
brindamos à saúde da escumalha?...
o dramaturgo alemão escreveu qualquer coisa como: “das águas que tudo arrastam chamamos violentas. não chamamos de violentas as margens que as oprimem...”
- envergonha-me o comportamento dos que se dizem “descamisados” hoje.

disseste-me um dia.
um dia sem outra história.
concordei.
concordo sempre contigo. é pavoroso.
se nós fossemos uns deles. dos de verdade.
numa paisagem igualmente verdadeira,
jamais nos preocuparíamos com polícias e ladrões. porque simplesmente (nessa paisagem) não haveria nem uns nem outros. sim.
está tudo no grande livro. foi o profeta que o disse. assim:
- se não há polícias... não há criminosos. se não há criminosos... desnecessários são os polícias.
e nós que sempre desprezamos as teses de semiótica avançamos:
- as assistentes sociais irão finalmente acabar e, com elas, os soldados, os marinheiros os ministros.
e a luz fez-se.
a ideia morreu porque era uma ideia demasiado ténue
e
sobretudo iluminada por mentes demasiado marcadas pelo servilismo ao antigo regime (demasiado, digamos, colada a interesses sem grande interesse para esta história).
dedicámo-nos, em seguida a rever filmes de "amor e anarquia" e dizendo: "irei como um cavalo louco", "se...." puder, devorarei ainda um "filme doce". ah!... neste último, delicio-me sempre com a cena amorosa entre o marinheiro bakunine e a madame louise michelle que é convidada para um passeio marítimo a bordo da nau carl marx. estas imagens antigas prendem-se à memória como lapas.
e
o doce sabor a mar, o ritmo cadenciado das ondas ajudam a reviver situações.
o xamã, esse grande iniciado, manipula a chama do conhecimento, as águas da grande deusa, os ventos da revolta, as sementes do novo mundo.
então calça as sandálias e atravessa o deserto. um percurso de 7 dias e 7 noites.
o telemóvel tocou.
ouve-se um tiro. uma bomba. o bairro incendeia-se
e
logo, em seguida, um pesado silêncio seguido de um violento escuro total. quando o pano volta a subir para se iniciar o segundo acto, tomamos conhecimento que sofremos (do nosso lado) algumas baixas. não tantas quanto as do inimigo.

NOTAS

1 as ideias expressas não fazem uma mínima ideia. e os filmes indicados podem ser pirateados à força toda.
2 os especialistas em semiótica preocupados, que estão, em decifrar o simbolismo das imagens descritas, planeiam um suicídio colectivo (no caso de insucesso, claro).
3 o autor acaba de falecer. no leito, o moribundo, recusou a extrema-unção e, solicitou a presença de anjos pálidos e nus. estas criaturas estranhas tiveram ainda tempo para representar cenas de alguns capítulos de "a filosofia de alcova" do divino marquês.
4 o segundo acto, referenciado no texto, deverá ser narrado num futuro próximo. possivelmente quando amigos do autor conseguirem um contacto directo através de sessões espíritas em torno de uma mesa de pé de galo.

Livraria letra livre

Os livros impossíveis

Calçada do Combro, 139 / 1200 - 113 LISBOA

"A Mandrágora" - texto de M. Almeida e Sousa com base na obra de Nicolau Maquiavel. É o novo espectáculo do colectivo MANDRÁGORA em fase de ensaios

GUERRA & MANIFESTOS

A INTERNACIONAL ANARQUISTA E A GUERRA

Londres, 12 de Fevereiro de 1915

A Europa em fogo, uma dezena de milhões de homens em luta, na mais horrível carnificina que a história jamais registou, milhões de mulheres e crianças em lágrimas, a vida económica, intelectual e moral de sete grandes povos brutalmente suspensa, a ameaça cada dia mais grave de novas complicações, este é, desde há sete meses, o penoso, angustiante e odioso espectáculo que nos oferece o mundo civilizado. Mas espectáculo esperado, pelo menos para os anarquistas, porque para eles nunca houve, nem há, qualquer dúvida, e os terríveis acontecimentos de hoje fortificam esta certeza, que a guerra é em permanente gestação no organismo social actual e que o conflito armado, restrito ou generalizado, colonial ou europeu, é a consequência natural e o fim necessário e fatal de um regime que tem como base a desigualdade económica dos cidadãos, repousa sobre o antagonismo selvagem dos interesses e coloca o mundo do trabalho sob a estreita e dolorosa dependência de uma minoria de parasitas, detentores ao mesmo tempo do poder político e do poder económico.

A guerra era inevitável e devia explodir a qualquer momento. Não foi em vão que desde há meio século se prepara febrilmente os mais formidáveis armamentos e que se aumenta todos os dias os orçamentos da morte. Não se trabalha para a paz aperfeiçoando constantemente o material de guerra, empurrando continuamente todos os espíritos e todas as vontades para a melhor organização da máquina militar. Também é ingénuo e pueril, depois de ter multiplicado as causas e as ocasiões de conflitos, procurar-se determinar as responsabilidades deste ou daquele governo. Não há distinção possível entre as guerras ofensivas e as guerras defensivas. No conflito actual, os governos de Berlim e de Viena justificaram-se com documentos tão autênticos como os governos de Paris, de Londres e de Pétrogrado; qualquer deles produzirá os documentos mais indiscutíveis e decisivos para estabelecer a sua boa fé e se apresentar como o imaculado defensor do direito e da liberdade, o campeão da civilização.

A civilização? Quem a representa então neste momento? Será o estado alemão, com o seu formidável e poderoso militarismo que asfixiou qualquer veleidade de revolta? Será o estado russo, no qual o chicote, a forca e a Sibéria são os únicos meios de persuasão? Será o estado francês, com Biribi, as conquistas sangrentas de Tonkin, de Madagáscar, de Marrocos, com o recrutamento forçado das tropas negras? A França que há muitos anos mantém nas suas prisões camaradas culpados somente de terem falado e escrito contra a guerra? Será a Inglaterra que explora, divide, mata à fome e oprime as populações do seu imenso império colonial? Não. Nenhum dos beligerantes tem o direito de se reclamar da civilização, como nenhum tem o direito de se declarar em estado de legítima defesa.

A verdade é que a causa das guerras, desta que ensanguenta actualmente as planícies da Europa, como de todas as que a precederam, reside unicamente na existência do estado, que é a forma política do privilégio. O estado nasceu da força militar; desenvolveu-se servindo-se da força militar; e é ainda sobre a força militar que deve logicamente apoiar-se para se manter todo-poderoso. Qualquer que seja a forma que revista, o estado não é mais que a opressão organizada em benefício de uma minoria de privilegiados. O conflito actual ilustra isto

de forma impressionante: todas as formas
de estado encontram-se envolvidas na guerra actual: o absolutismo com a Rússia, o absolutismo mitigado de parlamentarismo com a Alemanha, o estado reinando sobre povos de raças bem diferentes como a Áustria, o regime democrático constitucional com a Inglaterra e o regime democrático republicano com a França.

A infelicidade dos povos, que eram todos profundamente crentes na paz, foi de terem confiado no estado, com os seus diplomatas intrigantes, na democracia e nos partidos políticos (mesmo da oposição, como o socialismo parlamentar) para evitarem a guerra. Esta confiança foi traída, e continua a ser, enquanto os governos, com a ajuda de toda a sua imprensa, persuadem os seus respectivos povos que esta guerra é uma guerra de libertação.

Nós somos resolutamente contra qualquer guerra entre povos; e, nos países neutros, como a Itália, onde os governos pretendem ainda lançar novos povos na fornalha guerreira, os nossos camaradas opuseram-se, opõem-se e opor-se-ão sempre à guerra, com toda a energia. O papel dos anarquistas na tragédia actual, qualquer que seja o lugar ou a situação em que se encontram, é de continuar a proclamar que só há uma guerra de libertação: a que, em todos os países, é feita pelos oprimidos contra os opressores, pelos explorados contra os exploradores. O nosso papel é de chamar os escravos à revolta contra os seus amos. A propaganda e a acção anarquistas devem procurar, com perseverança, enfraquecer e desagregar os diversos estados, cultivar o espírito de revolta e fazer nascer o descontentamento nos povos e nos exércitos.

A todos os soldados de todos os países, que têm a fé de combater pela justiça e pela liberdade, devemos explicar que o seu heroísmo e a sua valentia só servirão a perpetuar o ódio, a tirania e a miséria. Aos operários da fábrica, é preciso lembrar que as espingardas que têm agora entre as mãos foram utilizadas contra eles nos dias de greve e de legítima revolta e que, depois, servirão de novo contra eles para os obrigar a aceitar a exploração patronal. Aos camponeses, mostrar que, depois da guerra, deverão mais uma vez curvar-se perante o jugo, continuar a cultivar a terra dos seus senhores e alimentar os ricos. A todos os párias, que eles não devem abandonar as armas sem primeiro terem acertado as suas contas com os seus opressores, antes de se terem apropriado da terra e da fábrica. Às mães, companheiras e filhas, vítimas de um aumento de miséria e de privações, mostremos quais são os verdadeiros responsáveis das suas dores e do massacre dos seus pais, filhos e maridos.

Devemos tirar partido de todos os movimentos de revolta, de todos os descontentamentos, para fomentar a insurreição, para organizar a revolução, da qual esperamos o fim de todas as iniquidades sociais. Nada de descorçoamento mesmo perante uma calamidade como a guerra actual. É em períodos tão agitados, nos quais milhares de homens dão heroicamente a sua vida por uma ideia, que é preciso que mostremos a estes ho-

mens
a gen-
erosidade,
a grandeza
e a beleza do
ideal anarquista;
a justiça social al-
cançada com a or-
ganização livre dos
produtores; a guerra
e o militarismo para
sempre suprimidos; a
liberdade plena conquis-
tada pela destruição total
do estado e dos seus or-
ganismos de coerção.
Viva a anarquia!

Léonard d'Abbet, Alexandre Berckmann, L. Bertoni, L. Bersani, G. Bernard, A. Bernado, G. Barett, E. Boudot, A. Gazitta, Joseph-J Cohen, Henri Combes, Nestor Ciek van Diepen, F.W. Dunn, Ch. Frigerio, Emma Goldman, V. Garcia, Hippolyte Havel, T.H. Keell, Harry Kelly, L. Lecoin, J. Lemarie, E. Malatesta, Domela Nieuwenhuis, Noel Paravich, E. Recchioni, G. Rijuders, J. Rochtenine, A. Savioli, A. Schapiro, William Shatoff, V.J.C. Schermerhorn, C. Trombetti, P. Vallina, G. Vignati, L.J. Wolf, S. Yanosky.

O MANIFESTO DOS DEZASSEIS

28 de Fevereiro de 1916

De diversos lados elevam-se vozes para pedir a paz imediata. Basta de sangue derramado, basta de destruição, clama-se, é tempo de acabar com isto de uma maneira ou de outra. Mais que ninguém, e há muito tempo, que escrevemos nos nossos jornais contra qualquer guerra de agressão entre os povos e contra o militarismo, seja imperial ou republicano. Também ficaríamos encantados de ver as condições de paz discutidas se possível pelos trabalhadores europeus, reunidos num congresso internacional. Tanto mais que o povo alemão se deixou enganar em Agosto de 1914 e, se acreditou realmente que o mobilizavam para a defesa do seu território, já teve tempo de perceber que o enganaram para o lançar numa guerra de conquistas. Com efeito, os trabalhadores alemães, pelo menos as suas organizações mais ou menos avançadas, devem compreender agora que os planos de invasão da França, da Bélgica e da Rússia foram preparados há muito tempo e que, se esta guerra não explodiu em 1875, em 1886, em 1911 ou em 1913 foi porque as relações internacionais não se mostravam então sob um aspecto tão favorável e porque os preparativos militares não estavam tão completos para prometer a vitória à Alemanha (linhas estratégicas por completar, canal de Kiel por alargar, os grandes canhões de cerco por aperfeiçoar). E agora, após vinte meses de guerra e de perdas horríveis, deveriam aperceber-se que as conquistas feitas pelo exército alemão não poderão ser mantidas. Tanto mais que é preciso reconhecer o princípio (já reconhecido pela França em 1859, após a derrota da Áustria) que é a população de cada território que deve exprimir se consente ou não em ser anexada.

Se os trabalhadores alemães começassem a compreender a situação como nós a compreendemos, e como a

compreende já uma fraca minoria dos seus sociais-democratas, e se pudessem fazer-se ouvir pelos seus governantes, poderia haver um campo de entendimento para um início de discussão sobre a paz. Mas então deveriam declarar que se recusam completamente a fazer anexações ou a aprová-las; que renunciam à pretensão de lançar "contribuições" sobre as nações invadidas; que reconhecem o dever do estado alemão de reparar, o mais possível, os estragos materiais causados pelos invasores nos seus vizinhos e que não pretendem impor-lhes condições de sujeição económica, sob o nome de tratados comerciais. Infelizmente, não se vê até agora, no povo alemão, sintomas de despertar neste sentido.

Falou-se da conferência de Zimmerwald, mas faltou a esta conferência o essencial: a representação dos trabalhadores alemães. Deu-se também muita importância a algumas lutas que tiveram lugar na Alemanha em seguimento à carestia de víveres. Mas esquece-se que tais lutas ocorreram sempre durante as grandes guerras, sem influenciar a sua duração. Também todas as disposições tomadas neste momento pelo governo alemão provam que se prepara para novas agressões no retorno da primavera. Mas, como sabe que, na Primavera, os Aliados lhe oporão novos exércitos, equipados com novo armamento, e uma artilharia bem mais poderosa que antigamente, trabalha também para semear a discórdia no seio das populações aliadas. E emprega neste objectivo um meio tão velho como a própria guerra: o de retomar o rumor de uma paz próxima, à qual não haveria, entre os adversários, que de militares e de fornecedores de armamento para se oporem. Foi a isto que se dedicou Bulow, com os seus secretários, durante a sua última estadia na Suiça. Mas em que condições propõe ele de concluir a paz?

O Neue Zuercher Zeitung crê saber, e o jornal oficial Nord-deutsche Zeitung não o contradiz, que a Bélgica seria evacuada, mas na condição de dar garantias de não repetir o que fez em Agosto de 1914, quando se opôs à passagem das tropas alemãs. Quais seriam estas garantias? As minas de carvão belgas? O Congo? Não se diz. Mas pede-se já uma forte contribuição anual. O território conquistado em França seria restituído, assim como a parte da Lorena onde se fala francês. Mas em troca, a França transferiria para o estado alemão todos os empréstimos russos, cujo valor ascende a dezoito biliões de francos. Dito de outra forma, uma contribuição de dezoito biliões de francos que teriam de ser pagos pelos trabalhadores agrícolas e industriais franceses, visto que são eles que pagam os impostos. Dezoito biliões para comprar dez departamentos que, pelo seu trabalho, eles tornaram ricos e opulentos e que lhes devolverão arruinados e devastados.

Quanto a saber o que se pensa na Alemanha das condições de paz, um facto é certo: a imprensa burguesa prepara a nação para a ideia de anexação pura e simples da Bélgica e dos departamentos do norte da França. E não há na Alemanha força capaz de se opor a isto. Os trabalhadores que deveriam levantar a sua voz contra as conquistas não o fazem. Os operários sindicalizados deixam-se levar pela febre imperialista e o partido social-democrata, demasiado fraco para influenciar as decisões do governo quanto à paz mesmo se representasse uma massa compacta, encontra-se dividido, nesta matéria, em dois partidos hostis, sendo que a maioria alinha com o governo. O império alemão, sabendo que os seus exércitos estão, desde há dezoito meses, a 90 quilómetros de Paris, e apoiado pelo povo alemão nos seus sonhos de novas conquistas, não vê porque não deverá aproveitar as conquistas já feitas. Crê-se capaz de ditar as condições de paz que lhe permitirão utilizar os novos biliões de contribuições em novos armamentos, a fim de atacar a França quando lhe parecer melhor, tirar-lhe as colónias, assim como outras províncias e de não ter mais a temer da sua resistência,

Falar de paz neste momento é precisamente fazer o jogo do partido alemão no poder, de Bulow e dos seus agentes. Pela nossa parte, recusamo-nos absolutamente a partilhar as ilusões de alguns dos nossos camaradas, quanto às disposições pacíficas dos que dirigem os destinos da Alemanha. Preferimos olhar o perigo de frente e procurar o que há a fazer para o parar. Ignorar este perigo seria aumentá-lo.

Na nossa consciência, a agressão alemã é uma ameaça posta em prática não só contra os nossos desejos de emancipação, mas contra toda a evolução humana. Por causa disto, nós, anarquistas, nós, antimilitaristas, nós, inimigos da guerra, nós, defensores apaixonados da paz e da fraternidade dos povos, nos colocámos do lado da resistência e não acreditamos dever separar o nosso destino do resto da população. Não cremos necessário insistir que teríamos preferido ver esta população tomar nas suas próprias mãos o rumo da sua defesa. Sendo isto impossível, só há que aceitar o que não pode ser mudado. E com os que lutam, pensamos que não pode haver paz, a menos que a população alemã, voltando às mais sãs noções da justiça e do direito, renuncie enfim a servir mais tempo de instrumento aos projectos de dominação política pangermanista. Sem dúvida que, apesar da guerra, apesar das mortes, não esquecemos que somos internacionalistas, que queremos a união dos povos, o desaparecimento das fronteiras. E é porque queremos a reconciliação dos povos, incluindo a do povo alemão, que pensamos ser preciso resistir a um agressor que representa o enfraquecimento de todas as nossas esperanças de libertação.

Falar de paz, enquanto o partido que durante quarenta e cinco anos fez da Europa um vasto campo fortificado pode ditar as suas condições, seria o erro mais desastroso que se poderia cometer. Resistir e fazer gorar os seus planos, é abrir caminho à população alemã que continua sã e dar-lhe meios para se desembaraçar deste partido. Que os nossos camaradas alemães compreendam que é a única saída vantajosa para os dois lados e que estamos prontos a colaborar com eles.

Christian Cornelissen, Henri Fuss, Jean Grave, Jacques Guérin, Pierre Kropotkine, A. Laisant, F. Le Lève (Lorient), Charles Malato, Jules Moineau (Liège), A. Orfila, Hussein Dey (Argélia), M. Pierrot, Paul Reclus, Richard (Argélia), Tchikawa (Japão), W. Tcherkesoff.

RESPOSTA DE ERRICO MALATESTA AO MANIFESTO DOS DEZASSEIS

Acaba de ser lançado um manifesto, assinado por Kropotkine, Grave, Malato e mais uma dúzia de velhos camaradas, no qual, fazendo-se eco dos apelos dos governos da Aliança, que pedem uma luta até ao fim e o esmagamento da Alemanha, elevam a voz contra qualquer ideia de paz prematura.

A imprensa capitalista publica, com uma satisfação natural, extractos deste manifesto e declara que ele é obra dos "chefes do movimento anarquista

internacional". Os anarquistas, que quase todos permaneceram fiéis às suas convicções, devem protestar contra esta tentativa de implicar o anarquismo na continuação de um massacre feroz, que nunca perspectivou qualquer beneficio para a causa da Justiça e da Liberdade e que se mostra agora, por si mesmo, completamente desprovido de sentido, mesmo para os dirigentes dos dois campos.

A boa fé e as boas intenções dos que assinaram o manifesto estão fora de qualquer dúvida. Mas, por mais penoso que seja estar em desacordo com velhos amigos que, no passado, prestaram tantos serviços à nossa causa comum, a sinceridade e o interesse do nosso movimento de emancipação faz-nos ter o dever de nos dissociarmos de camaradas que se crêem capazes de reconciliar as ideias anarquistas com a colaboração com os governos e as classes capitalistas de certas nações na sua luta contra os capitalistas e os governos de outras nações.

Durante a presente guerra vimos republicanos porem-se ao serviço de reis, socialistas fazerem causa comum com a classe dirigente, trabalhadores servir os interesses dos capitalistas mas, na realidade, todos estes homens são, em graus distintos, conservadores acreditando na missão do Estado e a sua hesitação pode-se compreender quando o único remédio de que se dispõe consiste na destruição de qualquer grilheta governamental e no desencadear da revolução social. Mas uma tal hesitação é incompreensível da parte de anarquistas.

Nós pensamos que o Estado é incapaz do bem. No domínio internacional, como no domínio das relações individuais, ele não pode combater a agressão, senão fazendo-se ele mesmo agressor; não pode impedir o crime, senão organizando e cometendo um crime sempre maior.

Mesmo supondo – o que está longe de ser a verdade – que a Alemanha é a responsável única de guerra actual, está provado que, enquanto nos restringirmos aos métodos governamentais, não se pode resistir à Alemanha, senão suprimindo toda a liberdade e revivificando o poder de todas as forças da reacção. Exceptuando a revolução popular, não há outra maneira de resistir à ameaça de um exército disciplinado que de tentar ter um exército mais forte e mais disciplinado, de forma que os antimilitaristas mais resolutos, se não são anarquistas e acreditam na destruição do Estado, são inevitavelmente conduzidos a tornarem-se ardentes militaristas.

De facto, na esperança duvidosa de destruir o militarismo prussiano, renunciaram a todas as tradições de liberdade: prussianizaram a Inglaterra e a França; submeteram-se ao czarismo; restauraram o prestígio do trono instável da Itália.

Podem os anarquistas aceitar este estado de coisas um só instante, sem renunciar ao direito de se chamarem anarquistas? Para mim, mesmo a dominação estrangeira imposta à força e conduzindo à revolta é preferível à opressão interior voluntariamente aceite, quase com gratidão, na crença de que, por este meio, seremos preservados de um mal maior.

É inútil de dizer que se trata de circunstâncias excepcionais e que, após ter contribuído para a vitória da Aliança "nesta guerra", retornaremos cada um ao seu próprio campo e lutaremos pelo nosso próprio ideal.

Se é necessário hoje trabalhar em harmonia com o governo e os capitalistas para nos defendermos contra a "ameaça alemã", isso será necessário depois, tanto como durante a guerra.

Por maior que possa ser a derrota do exército alemão, não será nunca possível de impedir os patriotas alemães de pensarem numa vingança e de a prepararem; e os patriotas dos outros países, muito ra-

z o a v e l -
mente do seu ponto
de vista, quererão também estar
preparados de maneira a não serem sur-
preendidos por um ataque. Isto significa que o
militarismo prussiano tornar-se-á uma instituição per-
manente e regular em todos os países.
Que dirão então estes anarquistas que querem hoje a vitória de
um dos grupos de beligerantes? Recomeçarão a intitular-se anti-
militaristas, a apregoar o desarmamento, a recusa ao serviço militar e
a sabotagem da defesa nacional para se tornarem, à primeira ameaça de
guerra, os sargentos recrutadores dos governos que eles tentaram desarmar
e paralisar?
Dir-se-á que estas coisas acabarão quando os alemães se desembaraçarem dos seus tiranos e cessarem de ser uma ameaça para a Europa, destruindo o seu militarismo. Mas, se é assim, os alemães que pensarem, com razão, que a dominação inglesa e francesa (já para não falar da Rússia czarista) não lhes será mais agradável que a dominação alemã aos franceses e aos ingleses, quererão primeiro esperar que os russos e os outros destruam o seu próprio militarismo e, ao esperarem, contribuirão para o crescimento do exército do seu país. E então por quanto tempo será adiada a Revolução? Por quanto tempo a anarquia? Deveremos sempre esperar que os outros comecem?

A linha de conduta dos anarquistas está claramente traçada pela própria lógica das suas aspirações. A guerra deveria ter sido impedida pela Revolução ou, pelo menos, inspirando aos governos o medo da Revolução. Faltaram a força ou a audácia necessária. A paz deve ser imposta pela Revolução ou, pelo menos, pela ameaça de a fazer. Até ao presente, faltaram a força ou a vontade. Bem! Só há um remédio: fazer melhor no futuro. Mais do que nunca devemos evitar os compromissos, atravessar o fosso entre capitalistas e servos do salariado, entre governantes e governados; apregoar a expropriação da propriedade individual e a destruição dos Estados como únicos meios de garantir a fraternidade entre os povos e a justiça e a liberdade para todos;
e devemos preparar-nos para conseguir estas coisas.
No entretanto, parece-me criminoso fazer o que quer que seja para prolongar a guerra, este massacre de homens, que destrói a riqueza colectiva e paralisa toda a retoma da luta pela emancipação. Parece-me que apregoar "a guerra até ao fim" é fazer realmente o jogo dos dirigentes alemães que enganam o seu povo e o excitam ao combate, persuadindo-o que
os seus adversários o querem esmagar e subjugar.
Hoje, como sempre, a nossa divisa deve ser: Abaixo os capitalistas e os governos, todos os capitalistas e todos os
governos.
Vivam os povos, todos os povos!

Errico Malatesta

UTOPIA

Louis Lecoin (1888-1971)

Pai da objecção de consciência, Louis Lecoin nasceu em Saint-Amand-Montrond, a 30 de Setembro de 1888, no seio de uma família modesta. Marcado desde muito jovem pelo sentimento de injustiça e de miséria, passou três anos no colégio de Laumoy, perto de Morlac, e daí saiu com um diploma de agricultura.

Em 1905, Louis Lecoin partiu para Paris onde foi sucessivamente jardineiro, operário na construção ou ainda servente. É nesta época que inicia os seus primeiros combates que lhe valeram, então, ser condenado a cinco anos de prisão por ter publicado um anúncio antimilitarista. Libertado, foi incorporado em 1907 mas recusou-se a marchar contra os ferroviários em greve. O Conselho de Guerra de Bourges condenou-o de novo a seis meses de prisão, mas recusando sucessivas incorporações, Louis Lecoin passará de facto mais de 12 anos em prisão por insubmissão antes de ser perdoado em 1920. Sindicalista activo, Louis Lecoin casou com Marie Morand, filha de um militante anarco sindicalista, operário também na sua profissão e os dois vão para o Sul.

Em Agosto de 1921, Lecoin assiste em Lille ao Congresso da CGT e perante a recusa dos dirigentes da CGT de deixarem exprimir-se livremente os representantes dos sindicatos revolucionários, puxa do seu revólver e atira para o ar alguns tiros. Louis Lecoin teve, assim, direito a palavra e pronunciou um discurso pacifista nas barbas de Léon Jouhaux e do seu grupo, todos sindicalistas de guerra. Embora partidário da não-violência e opositor à guerra e aos conflitos, Lecoin não deixava, no entanto, que o pisassem.

Louis Lecoin tomou, também, abertamente a defesa do movimento anarquista e não hesitou em exigir a libertação de Emile Cottin, jovem anarquista de 23 anos que tinha disparado dez tiros em Clemenceau, a 19 de Fevereiro de 1919. Num artigo de uma violência extrema dirigido ao presidente Poincaré, afirmou que este último era «o homem mais repugnante deste tempo» e que estava «manchado de sangue de quinze milhões de homens mortos devido à sua guerra». Claro que foi preso e começou uma greve de fome. Perante os inúmeros protestos e face à mobilização da opinião pública, o governo cedeu.

Quando surge o caso Sacco-Vanzetti, Louis Lecoin debate-se com veemência contra a sua execução. Em simultâneo, toma a defesa de militantes anarquistas espanhóis (Ascaso, Durutti e Jover) que deveriam ser extraditados. Sob o impulso de Lecoin, o caso de extradição dos «três mosqueteiros» (é assim que se designavam então os três espanhóis) conhece um forte abrandamento e com medo que isso se torne um caso de Estado, o governo Poincaré cedeu e ordenou a sua libertação.

Em contrapartida, não tendo conseguido impedir a execução de Sacco e Vanzetti, Louis Lecoin veste o uniforme da Legião Americana e vai protestar

numa reunião em que o governo francês tinha sido convidado. Aí gritou com força «Viva Sacco e Vanzetti!». Foi de novo encarcerado e culpado pela «apologia de factos considerados crimes». Robert Lazurick, futuro presidente da câmara de Saint-Amand-Montrond, dá-lhe o seu apoio, se bem que Lecoin permaneça preso apenas sete dias.

Com a declaração da Segunda Guerra Mundial em Setembro de 1939, Lecoin publica um folheto com o título Paz imediata, novo manifesto contra a guerra. De novo é preso uma série de anos, sendo libertado em 1943.

Em 1958, após a morte da sua companheira, Louis Lecoin volta para Paris. Estamos na época da infeliz guerra da Argélia. Deixa para Louis Dorlet a sua excelente revista Défense de l´Homme, que seguirá o seu caminho até 1970. Por sua vez, Lecoin funda o semanário Liberté para sustentar a sua campanha pelo reconhecimento do estatuto de objecção de consciência. Naquela época, de facto, prendiam-se os objectores, na sua maioria religiosos. No fim de vários anos de campanha, Louis Lecoin obtém a libertação dos objectores que tivessem mais de cinco anos de prisão.

Mas a campanha arrastava-se demasiado devido à guerra colonial. Depois de muito ter esperado, de promessa em promessa, o general de Gaulle reenviou para as calendas gregas o estatuto, cuja redacção de um projecto tinha sido confiada a Lecoin, a Nicolas Faucier e a Albert Camus. A 22 de Junho de 1962, Louis Lecoin decide finalmente levar a cabo uma greve de fome até à obtenção do texto legislativo. Os apoios surgem com dificuldades. Felizmente havia o Canard enchaîné sem o qual Lecoin nada teria obtido. A greve de fome durou 22 dias, tendo Lecoin 74 anos.

— Si vous acceptiez tout simplement de tuer, un vieil homme n'aurait pas a se sacrifier pour vous !

Finalmente o governo cedeu. O projecto de lei deu entrada na Câmara, mas foi asperamente discutido e consideravelmente modificado pelos parlamentares sob o impulso de Michel Debré, e isto apesar dos protestos enérgicos de Louis Lecoin que assistia à discussão parlamentar. O estatuto de objector de consciência, embora muito distante do projecto inicial é finalmente votado. Algum tempo mais tarde, uma outra lei interdita qualquer um de o propagar a de o divulgar!

Louis Lecoin viveu ainda alguns anos em que se ocupou de vários assuntos: a Espanha livre, a anti escravatura e o desarmamento unilateral… Em 1964, é proposto para Prémio Nobel da Paz, mas insistiu que o retirassem perante o pastor Martin Luther King.

A 21 de Junho de 1971, milhares de pessoas assistiram às suas exéquias em no cemitério do Père-Lachaise onde foi incinerado.

Para além das dificuldades, Louis Lecoin foi um daqueles que nunca renunciou. O seu envolvimento, o seu combate permanecem um exemplo para todos.
«Se um bom revolucionário deve permanecer insensível ao sofrimento que vê ou que adivinha, eu sou um mau revolucionário porque não sou eu que desejaria alguma vez que os regimes abomináveis acumulem mais horrores para poderem reunir mais argumentos contra eles.»
Louis LECOIN (1965)

Texto traduzido de http://perso.orange.fr/archisam/lecoin.htm

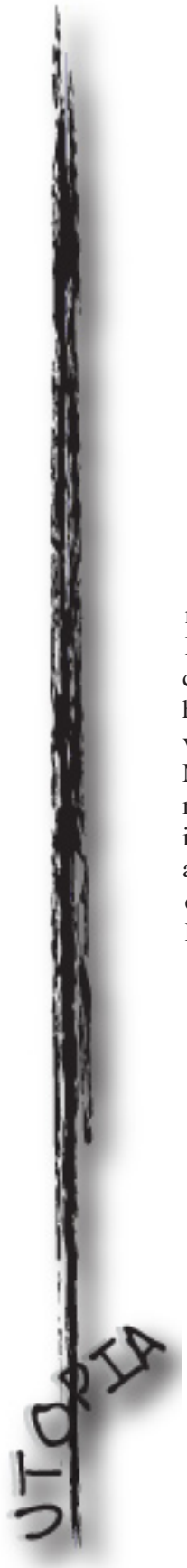
Tradução de Guadalupe Subtil

Louis Lecoin e a "Grande Guerra": Declaração no Conselho de Guerra em 1917

Por ter feito propaganda antimilitarista (principalmente através do jornal Libertaire), Louis Lecoin comparece perante o segundo conselho de guerra a 18 de Dezembro de 1917. Durante a sua prisão, ele recebe ordens de mobilização para se reunir a uma unidade de combatentes quando saísse da prisão. Ele enviará ao governador militar de Paris a seguinte carta:

Eu penso firmemente que um homem pode e deve recusar-se a assassinar outros. A guerra fomentada pelo capitalismo mundial é o pior dos crimes, eu protesto contra ela não respondendo à ordem de mobilização. Não obedecendo ás ordens da soldadesca, recusando deixar-me militarizar, eu estou a agir de acordo com o meu ideal anarquista. Sou lógico com as minhas ideias e permaneço de acordo com o meu coração que sofre com o espectáculo destas fealdades e com a minha consciência que se indigna com o facto de os indivíduos acumularem tantas misérias.
Evidentemente que Louis Lecoin foi reenviado ao conselho de guerra sob a acusação de "insubmissão". Não foi mesmo ouvido, já que, quando ia tomar a palavra, esta foi-lhe bruscamente retirada. Sem outra forma, foi condenado – na sua ausência – a cinco anos de prisão militar e a 18 meses de prisão por perturbação da ordem pública.
Eis o texto que Lecoin não teve tempo de ler no tribunal:

"A minha presença nestes bancos, a razão que aqui me trouxe, indicam o meu horror pela guerra e a minha reprovação pelos governantes franceses responsáveis da mesma forma que os dos outros países beligerantes deste massacre de seres humanos e culpados de os prolongarem. Pela Luta social, para levar o combate que libertará as massas trabalhadoras da opressão capitalista, as minhas preferências vão pelos métodos revolucionários e de acção directa.
Se as circunstâncias se tivessem prestado a isso, teria empregue, para favorecer as minhas ideias, para estigmatizar tamanha loucura de destruição, protestos menos benignos que aquele que vai ser traduzido aqui nesta barra de tribunal. Assim, a minha recusa em me deixar militarizar deve ser interpretada, não como o acto, honroso certamente de um discípulo de Tolstoi, mas como o de um anarquista que, tendo apenas operado segundo a lógica das suas convicções, sofre pela sua impotência em travar os crimes que o comovem e indignam, mas que se opõe a que se sirvam dele para satisfazer os seus apetites inconfessáveis.
Vós, meus juízes, eu não espero convencer-vos…
Vós fazeis parte da classe dominante que quis a guerra.

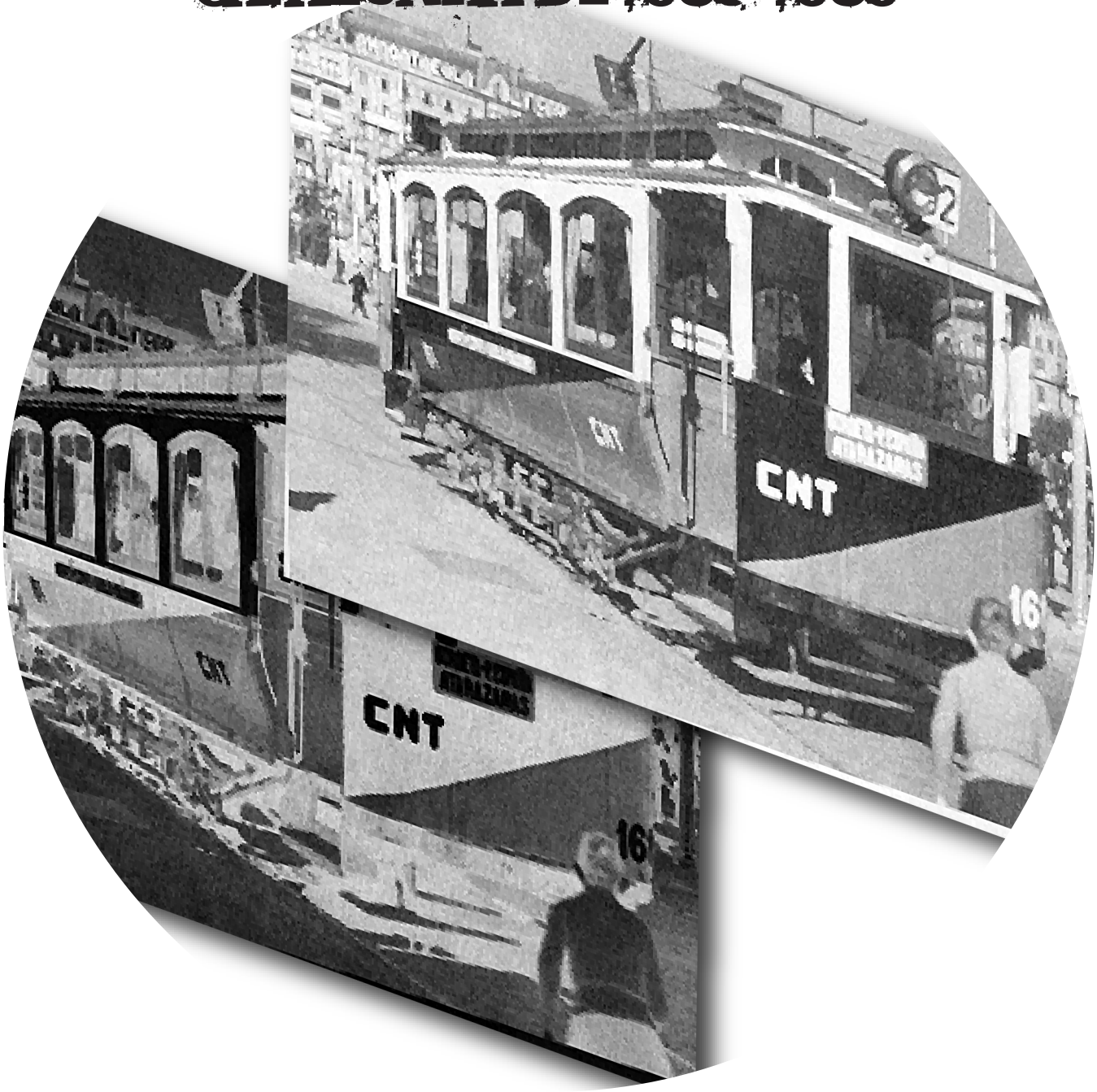


Logo,
vósjamais
reconhecereis
os estúpidos
motivos de ordem
política e económica
que fizeram com que a
burguesia desencadeasse
esta calamidade.
Não, Senhores, não vos re-
conheço, são muitos os inter-
esses que vos ligam ao mapa
funesto que vos paga. Também
não me alargarei perante vós so-
bre as responsabilidades em que
incorrem os poderosos da finan-
ça, da metalurgia, da política, da
imprensa francesa, nesta guerra.
Responsabilidades idênticas, aliás,
ás dos seus colegas e cúmplices de
além Reno; que aqui os do poder
nos buzinaram bastante.
Depois o tempo não está para dis-
cussões ociosas; em épocas semel-
hantes, não se mudam os pontos de
vista, impõem-se…
Mais de quinze milhões de homens
mortos não apaziguam a fome de
impostores sangrentos que dispõem
a seu belo prazer da vida e do bem-
estar relativo de multidões. Os
Rothschild, os Schneider, os Clem-
enceau, os Bunau-Varilla não atingi-
ram os seus objectivos de guerra.
A ocasião é única para encherem
os seus cofres-fortes. Pouco lhes
importa que seja ao preço de tan-
to sangue e de infâmias. Resta
saber se, para a boa sorte dos
burgueses, os proletários ali-
mentarão indefinidamente este
abate monstruoso. A favor
dos escândalos que surgem
de todos os lados, enlame-
ando e desmascarando os
beneficiários do regime;
devido a misérias in-
calculáveis que eles
só suportam o far-
do, os operários,
à semelhança
dos da
Rús-
s i a
que reti-
ram enfim os
benefícios da sua
revolução, com-
preenderão segura-
mente que abusam deles
e deixarão de ser papalvos
das promessas falaciosas e
das tiradas patrióticas com
as quais os sinistros palhaços
Poincaré, Guillaume II, George
V e outros Wilson os matracam
e os fazem auto destruir-se.
Senhores do Conselho de guerra,
apresentei a minha recusa de aju-
dar à guerra; sabeis as motivações
que me guiam e podeis apreciá-las
como vos convier.
Podeis condenar-me…
Terei satisfeito as exigências da minha
consciência e o grande contentamen-
to moral que sentirei fará com que su-
porte quase alegremente a prisão que
me infligireis.
Consolar-me-ei ainda pela vossa sen-
tença pensando que, mais cedo ou
mais tarde, apesar de todos os apoios
do capitalismo fomentador das guer-
ras, os povos que nela martirizam
hoje, revoltar-se-ão, libertar-se-ão do
jugo que os esmaga e substituirão a
vossa sociedade anti social por uma
outra na qual eles sentirão a alegria
de caminhar sobre uma terra fecunda
em alegrias puras, igualmente repar-
tidas."

Texto traduzido de:
http://increvablesanarchistes.
org/articles/1914_20/1418_le-
coinconseilguer.htm

Tradução de Guadalupe
Subtil

A TRANSFORMAÇÃO COLECTIVISTA NA INDÚSTRIA E NOS SERVIÇOS DA CATALUNHA DE 1936-1939



Antoni Castells Duran

ANTECEDENTES

Durante o período compreendido entre Julho de 1936 e Janeiro de 1939, desenvolveu-se em Barcelona, e no conjunto da Catalunha, uma das transformações económico-sociais mais radicais que tiveram lugar no século XX, a qual teve como principais protagonistas os trabalhadores manuais da indústria e serviços. A oportunidade para o início da transformação colectivista na Catalunha proporcionou-a a sublevação militar de 18 de Julho de 1936 (17 em Marrocos) contra o governo da República, sustentada e mantida pelos sectores mais reaccionários do Estado espanhol - a Igreja Católica, os grandes latifundiários e a grande banca - e o seu fracasso parcial, ao ser derrotada na maior parte das cidades importantes, o que deu origem à guerra civil espanhola de 1936-39. Apesar da derrota dos militares sublevados em Barcelona e, por extensão, na Catalunha, ter-se constituido na ocasião para a posterior transformação revolucionária, não significa que esta fosse a sua causa.

As causas e razões do processo revolucionário iniciado a partir de Julho de 1936, assim como as características do mesmo, encontram-se nas próprias características económicas, sociais e políticas da sociedade catalã em 1936, entre as quais cabe destacar, pela sua importância, as seguintes.

Pelo que se refere ao aspecto económico, há que assinalar que a Catalunha, em 1930, com uma população de 2.791.000 habitantes, dos quais 1.005.565 viviam na cidade de Barcelona (1), era uma região com um nível de industrialização elevado, em que 54% da população activa se encontrava ocupada na indústria, percentagem que na província de Barcelona se elevava a 68%, estando a sua economia fortemente imbricada na do conjunto do Estado espanhol, cuja actividade produtiva predominante, diferente da catalã, era a do sector primário, cerca de 52% da população activa, incluída a catalã, trabalhava no mesmo (2).

Ora bem, apesar do importante peso específico que na economia catalã tinha a indústria, esta estava constituída, na sua maior parte, por empresas de tamanho médio e pequeno, as quais, em geral, dispunham de instalações e maquinaria pouco avançada tecnologicamente e, inclusive, uma parte delas envelhecida fisicamente, a qual, unida a uma estrutura empresarial e comercial pouco eficaz, dava lugar a que os níveis médios de produtividade da indústria fossem baixos e a que a competitividade da mesma, a nível internacional, fosse reduzida (3). A tudo isto há que acrescentar a importante presença do capital estrangeiro – inglês, francês, belga, suíço, etc. – o qual controlava grande parte da produção de alguns sectores básicos – minas, produção eléctrica, etc. – assim como uma elevada percentagem das empresas de maior volume e de tecnologia mais avançada das distintas especialidades industriais (4).

Na altura, o sector financeiro catalão, em especial depois do fecho dos principais bancos do país – em Dezembro de 1920 o Banco de Barcelona, em Julho de 1931 o Banco de Catalunha, entre os mais importantes –, era particularmente débil, com as consequências negativas que isso representava para o conjunto da economia catalã.

A economia catalã, além disso, viu-se, desde o início da década de trinta, afectada pela crise internacional do capitalismo liberal, a denominada crise de 29, ainda que a incidência da mesma fosse menor da que teve na maior parte dos países capitalistas da Europa e América, devido ao relativo isolamento da economia espanhola (5).

Em 1936, portanto, a economia catalã, devido a uma série de factores internos, sobre os quais incidiu uma situação internacional desfavorável, encontrava-se em decadência, com baixos níveis de eficácia e competitividade, podendo afirmar-se que era o próprio modelo de desenvolvimento que havia impulsionado a burguesia liberal que se encontrava em crise, a qual, apesar das suas particularidades, se circunscrevia na profunda crise que, por aqueles anos, sofria o capitalismo à escala internacional. Esta crise do tipo do modelo de desenvolvimento colocava a necessidade de proceder à substituição do mesmo por outro que permitisse, ao país, a reestruturação da sua actividade económica.

No período precedente a Julho de 1936, os protagonistas da vida político-social catalã eram:

A alta burguesia industrial e comercial, a classe dominante do país,

que depois do fracasso dos intentos realizados no século XIX para transformar o Estado espanhol num estado capitalista moderno, à semelhança dos existentes na Europa Ocidental, se limitava, através da sua representação política, a Liga catalã, a exercer um certo catalanismo frente ao Estado centralista e a requerer a utilização da força repressiva do mesmo frente aos trabalhadores, conforme o requeressem a defesa dos seus interesses e as circunstâncias do momento.

As classes médias, constituídas por pequenos industriais e comerciantes, técnicos, funcionários e empregados da banca e comércio, etc., com condições materiais, em muitos casos, bastante precárias, e em cujo seio se encontrava fortemente implantado o republicanismo e o nacionalismo catalão, mutuamente interpenetrados, o que as conduziu a um aberto enfrentamento com o Estado centralista e com as instituições

e forças conservadoras do Estado espanhol. A sua representação política era maioritariamente ostentada pela Esquerda Republicana de Catalunha, desde 1931 o partido político maioritário. O republicanismo e o nacionalismo exerceram, também, a sua influência entre alguns sectores da classe trabalhadora catalã, tal como pode comprovar-se ao analisar-se o processo de formação dos partidos marxistas existentes, em 1936, na Catalunha.

Um movimento operário forte, combativo e radicalizado, em cujo seio, com a decepção sofrida pelos trabalhadores ante a incapacidade do regime republicano de melhorar a sua situação colectiva, aumentou a influência de quem propugnava pela necessidade de protagonizar uma transformação radical da sociedade. Este movimento obreiro contava com uma série de características que o diferenciavam, claramente, dos restantes movimentos operários europeus e americanos, destacando entre eles pela sua relevância, os seguintes.

A incontestável maioria de que dispunha a central sindical de orientação anarco-sindicalista, a CNT (Confederação Nacional do Trabalho), que em 1932 contava na Catalunha com uns 200.000 filiados, a maior parte na cidade e província de Barcelona, enquanto que a UGT (União Geral dos Trabalhadores), a segunda central sindical tinha, tão só, cerca de 32.000 (6). Enquanto que, na prática, na totalidade dos países industrializados da Europa e América, o movimento anarquista encontrava-se, de facto, reduzido à actividade espalhada por pequenos núcleos de militantes com escassa incidência no movimento operário. A Catalunha constituía uma excepção, ao contar com um amplo e combativo movimento libertário, a CNT, que enquadrava grande parte do proletariado catalão.

A escassa presença de organizações políticas e sindicais sociais-democratas, as quais, pelo contrário, contavam com uma força importante na maioria dos países industrializados.

A reduzida incidência das organizações marxistas não sociais-democratas, às que temos de acrescentar a particularidade da existência, neste âmbito político, junto a um partido, o PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha) (7), aderente à III Internacional, de outro partido, o POUM (Partido Obreiro de Unificação Marxista) (8), de orientação marxista revolucionária, que mantinha uma posição crítica frente à III Internacional, e que tinha uma incidência real, ainda que reduzida, no movimento operário, o qual, na década de trinta, constituía, também, uma excepção.

O PROCESSO DE COLECTIVIZAÇÃO-SOCIALIZAÇÃO

Em Barcelona e no conjunto da Catalunha, a derrota da sublevação militar, depois dos combates do 19 e 20 de Julho, levou a que o Estado, detentor do poder político e da força militar e garante da manutenção da organização económica e social do país, caísse por completo. O fundamento do poder do Estado e com ele, o do conjunto entramado de poderes que legitimava e nos que por sua vez se sustinha, o dos detentores da propriedade nas empresas, ou das câmaras nas cidades e povoações, ou dos tribunais, ou dos comandos nas forças armadas e da ordem pública, etc., deu lugar a que o poder se dispersasse em múltiplos centros, o qual aproximou o seu exercício aos membros da sociedade, na sua qualidade de trabalhadores, vizinhos, milicianos, etc. Os tribunais populares, as colunas de milicianos, os comités de bairro, as as-

sembleias e conselhos de empresa e de agrupamentos, os comités locais de milícias antifascistas – que substituíram as câmaras –, etc., foram centros de poder real com capacidade de decisão efectiva (9).

Com a desintegração do Estado, os trabalhadores, manuais em particular, que tinham desempenhado um importante papel na obtenção da vitória sobre os sublevados, foram os que obtiveram a vitória política (10) e iniciaram uma ampla e profunda transformação revolucionária da sociedade catalã. Dita transformação, que se baseou nos planeamentos anarquistas e anarco-sindicalistas da CNT-FAI (11), ao ser esta organização a que contava com uma maior influência entre os trabalhadores, tratou de levar à prática os princípios do socialismo libertário, dando lugar a uma experiência original, única no mundo, afastada tanto do capitalismo como do socialismo de Estado. O seu valor como modelo ou alternativa económico-social demarca-se, por sua vez, no período compreendido entre o início da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda em 1945, período que, perante a crise que sofreu o capitalismo liberal e a sua incapacidade para superá-la, se propugnaram e levaram à prática uma série de alternativas, entre as que além desta, cabe citar pela sua importância e significado a do socialismo de Estado na URSS, a fascista e a nacional-socialista em Itália e Alemanha respectivamente e a do New Deal nos Estados Unidos.

A experiência colectivista que se desenvolveu na Catalunha, entre Julho de 1936 e Janeiro de 1939, apesar de não ter alcançado, plenamente, os seus objectivos, devido aos condicionamentos e dificuldades com que teve que enfrentar-se, constitui tal como se disse, uma das transformações mais radicais que tiveram lugar no século XX afectando, praticamente, todos os aspectos da actividade política, económica e social. E, ainda, quando forma parte da revolução espanhola, possui características próprias e específicas, distintas, pelo menos em parte, das de outras regiões da Espanha republicana.

Sufocada a rebelião militar, ao voltarem à actividade produtiva, os trabalhadores procederam imediatamente por própria iniciativa – nos dias e semanas seguintes –, ao início do processo de colectivização, tomando directamente nas suas mãos o controlo e a direcção da maior parte das empresas, interessando destacar que tudo isso se realizou de forma espontânea (12).

O carácter espontâneo da colectivização-socialização significa que esta não foi levada a cabo seguindo as instruções ou directrizes de algum órgão de direcção central do Estado ou de algum partido ou sindicato (13), mas a partir da decisão dos próprios trabalhadores, os quais, através das suas organizações de fábrica e específicas, puseram em prática as ideias e concepções que tinham a respeito de como devia organizar-se e funcionar a sociedade em geral e a actividade económica em particular, sendo as mencionadas ideias, em grande parte, fruto da propaganda e formação libertária desenvolvidas durante anos através dos ateneus, sindicatos, cooperativas, etc.

A colectivização da empresa significava que a sua propriedade passava de privada a pública e que eram os seus próprios trabalhadores que dirigiam e geriam mas, para os colectivistas, isso não constituía mais que o início de um processo mais amplo, de colectivização-socialização, o qual a partir da colectivização das empresas devia, e assim sucedeu parcialmente, ir avançando na coordenação da actividade económica, por ramos e localidades, de baixo para cima, até alcançar a plena socialização da riqueza.

De repente, sem embargo, produziu-se a renúncia dos órgãos dirigentes da CNT e da FAI ao intentarem que o processo de colectivização-socialização (14) pudesse culminar no seu desenvolvimento, quer dizer, levar à prática, globalmente, as posições e alternativas que durante anos tinham propagado entre os trabalhadores, alegando que, naquelas circunstâncias, isso tivesse representado impor a sua ditadura. Renúncia que os conduziu ao progressivo abandono das suas propostas e princípios.

O processo de colectivização-socialização, impulsionado e apoiado pela grande maioria dos trabalhadores manuais da indústria e serviços, das grandes e pequenas empresas (nos ramos industriais onde mais abundava a pequena e média empresa foi onde mais proliferaram

os agrupamentos), deparou-se com a oposição de uma série de sectores sociais (boa parte da pequena burguesia da indústria e do comércio, assim como dos técnicos, funcionários e trabalhadores administrativos e comerciais), que em conjunto constituíam uma base social importante, quantitativa e qualitativamente. Estes, ainda quando maioritariamente se posicionaram contra a sublevação militar, opunham-se à alternativa colectivista, não só porque defendiam a propriedade privada dos meios de produção, como porque defendiam a propriedade estatal dos mesmos, oposição que foi canalizada e defendida pela ERC (Esquerda Republicana de Catalunha), ACR (Acção Catalã Republicana), UR (União de Rabassaires), PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha) e UGT (União Geral dos Trabalhadores).

O posicionamento e actuação da pequena burguesia da indústria, dos serviços e dos técnicos, incidiram, de forma importante, no desenvolvimento da transformação colectivista.

Ainda quando o Decreto das Colectivizações garantia a subsistência da pequena propriedade privada (15), os colectivistas, em numerosas ocasiões, prescindiram do dito decreto, apesar da oposição da Generalitat, e procederam à colectivização das pequenas empresas da indústria e serviços (16), em especial ao constituir as associações ou concentrações de empresas.

Os colectivistas desenvolveram, ao mesmo tempo, uma intensa campanha de explicação e persuasão dirigida à pequena burguesia em que insistiam nas vantagens que comportava, para eles, o passar de uma vida de estreitezas económicas e de implorar à burguesia uma vida de trabalhador, para um trabalhojusto,numa sociedadelivree solidária.

Totalmente distinta foi a posição que mantiveram tanto os partidos republicanos ERC e ACR, como o PSUC e a UGT, que defenderam a subsistência da pequena burguesia, como classe, e assumiram a defesa dos seus interesses, a qual foi realizada com especial eficácia pelo PSUC e a UGT, propiciando que numerosos membros da pequena burguesia passassem a engrossar as suas fileiras, em particular a partir da criação, por iniciativa do PSUC, do GEPCI (Gremis e Entitats de Petits Comerciants e Industrials), que se constituiu numa secção da UGT.

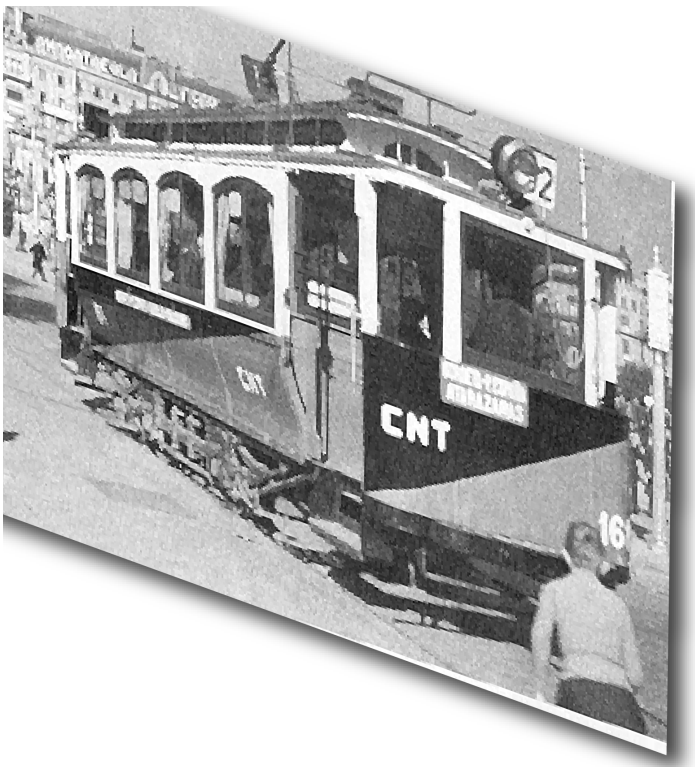
A actuação da pequena burguesia, se bem que não homogénea e mesmo nos sectores económicos, como o da madeira de Barcelona, em que não se opôs à colectivização, foi maioritariamente contrária à socialização da economia, constituindo, em numerosas ocasiões, a ponta de lança da oposição à mesma e da defesa da propriedade privada.

Pelo que se refere aos técnicos, os colectivistas, baseando-se em que a actividade económica é o fruto do esforço conjunto desenvolvido pelos técnicos e os demais trabalhadores, sustinham que o adequado desenvolvimento da actividade produtiva só podia conseguir-se mediante o estabelecimento de uma estreita colaboração entre todos eles, em cujas mãos, por sua vez, devia encontrar-se a direcção e gestão do processo produtivo. Ao mesmo tempo, ao considerar que os esforços dos diversos participantes no processo produtivo eram igualmente necessários e valiosos, os colectivistas propugnavam a igualdade económica e social entre os mesmos. A alternativa colectivista, por consequência, implicava que os técnicos pudessem participar, em igual com os demais trabalhadores, na di-

recção e gestão da actividade económica, mas ao mesmo tempo, implicava também que os técnicos perdessem as suas prerrogativas ou privilégios, em relação aos restantes trabalhadores, tanto económicos (17), como de poder ou autoridade.

Os defensores da colectivização-socialização intentaram atrair os técnicos apelando à sua condição de trabalhadores, ainda que privilegiados, eram também explorados pelo capital, argumentando que se bem que a colectivização significasse a perda da sua situação privilegiada em relação aos demais trabalhadores, significava também a construção de uma sociedade mais justa e livre, na qual poderiam desenvolver plenamente a sua capacidade e iniciativa, o que lhes estava vedado sob o capitalismo.

Entre os técnicos, sem embargo, desenvolveu-se, naqueles anos, um projecto alternativo próprio, o da tecnocracia, crítica em relação à sociedade burguesa existente pelas irracionalidades e partilha injusta da riqueza e que propugnava a ordenação da sociedade em general e da actividade económica em particular a partir de critérios científicos e de racionalidade técnica. Os colectivistas, se bem que admitissem que as críticas que continha este projecto eram em parte acertadas, criticavam-no, por sua vez, por considerar que o que propunham era a instauração de uma sociedade ordenada e dirigida exclusivamente pelos possuidores do conhecimento, o que comportava a imposição da dominação de uma nova aristocracia: a do conhecimento, que substituiria a do dinheiro, como este havia substituído a do sangue (18).



Na prática, a actuação dos técnicos frente à transformação colectivista, caracterizou-se por:

a) A maioria dos técnicos permaneceram e continuaram a trabalhar no país, não provocando a transformação colectivista, ao contrário do que ocorreu com outras transformações revolucionárias, um êxodo importante dos mesmos.

b) Uma parte minoritária dos técnicos colaborou activamente no processo de colectivização-socialização.

c) A maior parte dos técnicos, quando os colectivistas dispunham da hegemonia política, colaboraram com a transformação que se estava desenvolvendo, ainda que com críticas e reticências, mas quando se modificou a correlação de forças a favor dos anticolectivistas, recearam as suas críticas e oposição à colectivização, passando a colaborar e apoiar decididamente o processo estatizador – muito mais afim à alternativa tecnocrática –, constituindo-se num dos seus principais suportes sociais.

O processo de colectivização-socialização foi evoluindo no decurso do tempo, devido por uma parte à própria lógica interna do processo de colectivização e, por outra, às mudanças que se produziram na relação de forças entre os defensores e os detractores da colectivização.

Esta evolução deu lugar à existência de quatro etapas: a primeira, que vai de Julho até finais de Outubro de 1936, é a etapa em que iniciou, de forma espontânea, a colectivização, desenvolvendo-se a autogestão operária. Foi durante esta etapa que se realizaram a maior parte das colectivizações de empresas e quando se iniciou a constituição da maioria das associações.

A segunda etapa, compreendida entre Outubro de 1936 e Maio de 1937, iniciou-se com o De-

creto de Col-
ectivizações, e nela avançou-se na coordenação da economia colectivista, tendo sido o período em que tiveram lugar o maior número de legalizações de empresas colectivizadas e associações. Assim, por um lado, desenvolveu-se e consolidou-se a colectivização-socialização mas, por outro, a utilização dos organismos estatais, apesar do predomínio que exercia neles a CNT-FAI, implicou uma grave contradição com os princípios e pressupostos em que se baseava a alternativa colectivista.

A terceira etapa, que vai de Maio de 1937 a Fevereiro de 1938, iniciou-se com a perda do predomínio político da CNT-FAI, a repressão do POUM e o reforço do poder da Generalitat, como consequência dos "acontecimentos de Maio", em que ocorreu a luta armada entre os que impulsionavam as transformações revolucionárias e os que se opunham às mesmas, luta que acabou com a vitória política destes últimos. Nesta etapa, aumentou o controlo estatal da economia, ao mesmo tempo que a CNT, onde dominava, intentou aumentar o controlo sindical de cima para baixo. Em relação às mudanças no seio da CNT, são muito significativas as resoluções do Pleno celebrado em Valência em Janeiro de 1938: abandono da defesa do salário único, criação dos inspectores de trabalho, procedimentos para sancionar… etc.

A quarta etapa, de Fevereiro de 1938 a Janeiro de 1939, caracterizou-se pelo crescimento do intervencionismo do governo da República, o incremento dos ataques à colectivização para favorecer a estatização e a reprivatização e o abandono, por parte da direcção da CNT, da defesa da autogestão, bem como a aceitação da estatização, tal como se reflectia no pacto UGT-CNT de 18 de Março de 1938. Apesar de tudo, até que as tropas franquistas ocuparam a Catalunha, continuaram a funcionar numerosas empresas colectivizadas e associações.

O processo de transformação colectivista na indústria e nos serviços alcançou rapidamente uma grande extensão, no que respeita ao primeiro nível: o da colectivização das empresas – entre 70% a 80% das empresas foram colectivizadas –, chegando também, na maior parte dos ramos, a um segundo nível: o da constituição de associações, detendo-se aqui, ao fracassar os intentos de avançar até um terceiro nível: o da socialização global dos grupos industriais.

A associação consistia na reunião e concentração de todas ou parte das empresas de um sector económico e de uma área espacial determinada (uma localidad, uma comarca, Catalunha,…), numa nova unidade económica de maior volume, em regime de propriedade colectiva, dirigida e gerida pelos seus trabalhadores. Em consequência, as empresas que passavam a formar parte de uma associação, deixavam de existir como tais, passando o seu activo e o seu passivo, assim como os seus trabalhadores, para a nova unidade produtiva.

As grandes empresas colectivizadas, como os caminhos de ferro de Barcelona (3.442 empregados dos quais, a 19 de Julho de 1936, 3.322 estavam filiados na CNT), as empresas colectivizadas Hispano Suiza (metalurgia), CAMPSA (petróleo), a Espanha Industrial (têxtil), Rivière (metalurgia), Cervecerías DAMM (bebidas) e as associações como a Colectiva da Construção de Barcelona (11.000 trabalhadores), a Madera Socializada de Barcelona (8.000 trabalhadores), a dos Establecimientos de Barbería e Peluquería Colectivizados de Barcelona (4.000 trabalhadores), a dos Espectáculos Públicos de Barcelona Socializados (10.000 trabalhadores), a dos Servicios Eléctricos Unificados de Catalunha (11.500 trabalhadores), a da indústria Colectivizada Espejos, Cristales e Vidrios Planos, a Colectividad Óptica de Barcelona, a indústria da Fundição Colectivizada, a de Productores de Maquinaria e Material Frigorífico, a

Colectividad de Básculas, Arcas, Muebles Metálicos e Balanzas, a dos Servicios de Gas Unificados de Catalunha, a da indústria Gastronómica,… etc., constituem as experiências mais importantes e significativas da colectivização da indústria e serviços e ao ser a associação a forma mais complexa e elevada de organização, faz que a sua análise seja fundamental para o conhecimento de dita experiência e que, da mesma, se possam extrair elementos importantes da socialização global a que aspirava a alternativa colectivista.

AS ASSOCIAÇÕES NA INDÚSTRIA E NOS SERVIÇOS

As associações apresentavam entre si uma série de diferenças, por pertencer a sectores com características e problemáticas distintas, pelo âmbito que abarcavam: local ou nacional (de Catalunha), pelo tipo de concentração: só horizontal ou horizontal e vertical à vez, por estarem ou não legalizadas (um grande número delas nunca foram legalizadas), por terem participado na sua criação e desenvolvimento os sindicatos, a CNT e a UGT, ou só a CNT, por terem desenvolvido normalmente a sua actividade até à ocupação de Catalunha pelas tropas de Franco ou terem desaparecido antes como associação, seja por imposição política, ou por dificuldades financeiras… etc.

Apesar da sua diversidade e diferenças, encontram-se nas associações um conjunto de elementos comuns ou similares no que se refere às novas formas de organização e funcionamento internos, assim como à reestruturação e racionalização da actividade produtiva e à actuação no aspecto social.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMIENTO INTERNO

Na organização e funcionamento interno das associações existiram importantes elementos comuns, similares por sua vez à das empresas colectivizadas, devido ao carácter espontâneo da sua constituição, os nomes dos diferentes órgãos das associações e empresas colectivizadas variavam de um a outro caso; mas não assim o seu conteúdo e funções que eram muito similares como consequência da propagação e assimilação pelo proletariado da Catalunha de um conjunto de concepções, nas décadas precedentes. Neste artigo adoptou-se a nomenclatura única estabelecida pelo Decreto das Colectivizações. Entre os citados elementos comuns destacam-se:

A Assembleia Geral, formada por todos os trabalhadores (manuais, administrativos, comerciais, técnicos) da associação, constituía o órgão máximo de decisão, no qual se discutiam e definiam as linhas gerais de actuação, se elegiam e se revogavam os membros dos órgãos de decisão quotidiana e se controlava a actuação dos ditos órgãos.

O Conselho de Empresa era o órgão encarregado da direcção quotidiana técnico-económica. No seu seio procedeu-se, em geral e com base na divisão do trabalho entre os seus membros, à constituição de comissões para a realização de funções ou tarefas específicas. Estas comissões eram responsáveis perante o Conselho de Empresa, o órgão que as havia criado, o qual, por sua vez, respondia globalmente pela actuação das mesmas perante a assembleia que o havia elegido.

Os membros do Conselho de Empresa eram elegidos e revogáveis pela assembleia que os havia elegido. No geral, uma parte, eram eleitos nas assembleias das distintas secções que compunham a associação, a fim de que se encontrassem representadas as suas problemáticas específicas, e outra parte na Assembleia Geral da associação.

O Comité Sindical, que era o órgão encarregado da defesa quotidiana dos interesses imediatos dos trabalhadores – remuneração, condições de trabalho, de higiene e salubridade, assistência médica, férias, … etc. Apesar da direcção técnico-económica quotidiana se encontrar nas mãos do Conselho de Empresa, eleito e controlado pela Assembleia, considerou-se que o referido Conselho, preocupado com a gestão económica, podia em certas ocasiões, chegar a molestar, injustamente, os mencionados interesses imediatos e daí a necessidade do Comité Sindical. A existência de dois órgãos, constituía, além disso, um meio de evitar a concentração de poder num só órgão e

em determinadas pessoas.

Além destes três órgãos a nível global da associação, existiam também os seus equivalentes em cada um dos outros níveis da mesma – secção, centro de trabalho, localidade, … etc. – os quais dispunham de autonomia para resolver as questões que afectavam exclusivamente o seu âmbito, enquanto que as questões que afectavam o conjunto da associação eram decididas pelos órgãos centrais. Com isso pretendia-se alargar ao máximo a tomada de decisão aos trabalhadores e agilizá-la, preservando ao mesmo tempo os interesses comuns da associação.

Nas associações legalizadas, havia também o Interventor da Generalitat, nomeado pelo "Conseller de Economia" (19) de acordo com os trabalhadores, que era o encarregado de manter a relação com os organismos superiores (o Conselheiro de Economia, o Conselho de Economia e, a partir da sua constituição no período posterior aos "acontecimentos de Maio", os Conselhos Gerais de Indústria e as Federações Económicas de Indústria) e de fazer cumprir as suas directrizes. O seu papel real foi variando em função da relação de forças existente. Mesmo assim, nas associações legalizadas, existiram as figuras do director, subdirector, secretário e comité de gerência, eleitos pelo Conselho de Empresa, entre os seus próprios membros.

Outros dos aspectos importantes do funcionamento das associações foram, em primeiro lugar, a grande importância que se deu à existência no seu seio da intercomunicação, vertical e horizontal, rápida e fluída. E, em segundo lugar, procurou-se simplificar ao máximo o aparato decisor e reduzir ao mínimo o número de elementos dedicados exclusivamente às tarefas de direcção. Em muitas associações, a maior parte dos membros do Conselho de Empresa, continuaram a desenvolver com normalidade a sua jornada laboral habitual. Ao mesmo tempo, os membros do Conselho de Empresa e dos demais órgãos de direcção recebiam, exclusivamente, o salário que lhes correspondia pela categoria profissional a que pertenciam. Tudo isso tinha por finalidade não diminuir a capacidade produtiva, impedir a formação de um grupo específico, com privilégios e interesses particulares, diferenciado do resto dos trabalhadores, isto é, uma burocracia interna.

REESTRUCTURAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PRODUTIVA

Em 1936 a economia catalã encontrava-se imersa, como já referido, numa grave depressão e sofria graves problemas estruturais. A partir desta realidade, à constituição e desenvolvimento das associações depararam-se, também, uma série de dificuldades, produto da nova situação surgida com o 19 de Julho.

As principais dificuldades com que se depararam as associações foram, por um lado, as derivadas da guerra e que afectaram o conjunto da economia catalã, tais como a escassez e o encarecimento do preço das matérias-primas e dos combustíveis, dos que a Catalunha era deficitária; a perda de mercados que representou a divisão de Espanha; a destruição de fábricas e instalações; a sangria de trabalhadores em idade para o trabalho; a necessidade de transformar e adaptar a produção às necessidades bélicas e a crise que provocou a guerra em alguns sectores, como o da construção.

Por outro lado existiram, também, outro conjunto de dificuldades, que afectaram especificamente as empresas colectivizadas e as associações, entre as quais destacamos as derivadas da colocação em marcha da transformação colectivista, em particular as devidas à inércia social, quer dizer, à mentalidade, hábitos e costumes adquiridos como consequência das características próprias e funcionamento da anterior organização social, tais como a resistência do trabalhador a esforçar-se no trabalho, devido à exploração a que estava submetido; as carências em autodisciplina e assunção de responsabilidades, devido à anterior estrutura hierárquica, e à falta de preparação, em especial, em relação às tarefas de direcção. Estas dificuldades foram, em geral, superadas com bastante rapidez, devido à vontade e entusiasmo existentes. As originadas pela actuação dos organismos governamentais, em especial a discriminação que sofreram as associações em relação à aquisição de ma-

térias-primas e combustíveis; o atraso e, inclusive, o incumprimento dos pagamentos por parte dos organismos oficiais, o que provocou graves problemas financeiros a diversas associações; medidas de carácter não económico, como a realização de registos policiais, requisições temporais, apoio e ajuda aos pedidos dos ex-proprietários, etc. As devidas à oposição do capitalismo estrangeiro, que comportou para as associações dois tipos de problemas, um dos quais as exportações, que deviam realizar através da Generalitat, a fim de evitar que fossem arrestadas ao chegar ao seu destino, com o que não podiam dispor directamente das divisas; e o outro, o das empresas com capital estrangeiro, que colocava as associações perante a alternativa de não incluí-las na associação, ou que limitava o seu desenvolvimento, ou tratá-las por igual às empresas catalãs, o que além de provocar as represálias do capital estrangeiro, representava enfrentar a legalidade vigente que só admitia o seu arresto quando o interesse nacional o requeria e dando uma indemnização.

Apesar destas dificuldades, as associações realizaram um importante trabalho de reestruturação e racionalização do aparelho produtivo.

Concentraram a produção em unidades de maior volume, eliminando centros de trabalho e concentrando os trabalhadores e a maquinaria em melhor estado, nos locais mais adequados, o que deu lugar a um aumento da produtividade, redução dos gastos gerais e à melhoria das condições de trabalho. Assim, os sommieristas do ramo da madeira de Barcelona reduziram o número de oficinas de mais de 80 a 4; a indústria Colectivizada Espejos, Cristales e Vidrios Plaños passou de uma centena de centros de trabalho a 29; a indústria da Fundição Colectivizada passou de uma centena de fundições a 24; a associação de Estabelecimentos de Barbería e Peluquería Colectivizados de Barcelona reduziu o número de locais de 1100 a 235; as Blanquerías Colectivizadas de Barcelona reduziu o número de instalações de 71 a 40; a indústria Láctica Socializada passou a realizar a sua produção em 9 fábricas em vez de 50, etc.

Elaboraram estatísticas e contas de exploração, a fim de conhecerem os meios, possibilidades e desenvolvimento da associação e poderem planificar a produção.

Aumentaram a especialização dos centros de trabalho e a racionalidade da produção global do sector (unificação de tensões e voltagem das linhas de alta tensão pelos Serviços Eléctricos Unificados; divisão de Barcelona em zonas para manutenção e reparação das habitações, pelo agrupamento da Construção de Barcelona, etc.), com o que aumentou a produtividade e a qualidade da produção, ao mesmo tempo que diminuíram os custos.

Melhoraram tecnicamente e modernizaram o equipamento produtivo, retirando o que se encontrava em piores condições e adquirindo novo. Com a finalidade de aproveitar ao máximo, em muitos casos, aumentaram o número de turnos de trabalho.

Centralizaram os serviços administrativos, contabilísticos e comerciais, o que facilitou a elaboração das estatísticas e de documentos de contabilidade, permitindo racionalizar e especializar o trabalho, reduzir o pessoal, estabelecer melhores canais de comercialização, etc.

Suprimiram os intermediários parasitas, aproximando a produção do consumidor em benefício de ambas as partes e, em especial, nas associações com concentração horizontal e vertical, como a Madeira Socializada de Barcelona (20), eliminando-se a actividade comercial entre as empresas do sector e os gastos correspondentes.

As associações levaram também a cabo outras acções de ordem económica, entre as quais se destacam as seguintes:

As mudanças nos tipos de produtos, devido às necessidades da guerra e às novas prioridades sociais (cobertura das necesidades básicas, ensino e formação, saúde e salubridade, etc.) e à importância que se concedeu aos valores éticos e estéticos (reconversão da actividade dos trabalhadores que obtinham os seus ingressos em actividades consideradas perniciosas ou degradantes, como o boxe, as apostas, as raparigas de alterne, etc.).

A política de substituição de importações, com a finalidade de poupar divisas, contribuir para a eliminação do desemprego e emancipar-se da dependência estrangeira. Realizaram-se, assim, com êxito, substituições tanto de matérias-primas e de produtos utilizados na produção industrial – diversas classes de madeiras, colas e vernizes, que se utilizavam na indústria da madeira; diversos tipos de fibras naturais utilizadas na indústria têxtil, etc. – como de produtos industriais – fabricação de artigos ópticos, que antes se importavam, pela indústria óptica; produção de diversos tipos de aços rápidos e algumas variedades de aços especiais, que antes não se fabricavam no país, pela indústria da fundição, etc. (21).

Promoveu-se a investigação, a fim de aumentar a produção, poder contar com uma capacidade investigadora autónoma, potenciar a produção de artigos de tecnologia avançada e servir de base à política de substituição de importações.

ACTUAÇÃO NO ASPECTO SOCIAL

As principais questões em que se concretizou a actuação das associações no aspecto social foram:

A melhoria das condições de trabalho, higiene e salubridade nos centros de trabalho.

A diminuição das diferenças na remuneração do trabalho, mediante a eliminação dos elevados pagamentos aos ex-directivos, ex-conselheiros, etc., o estabelecimento de um salário igual para os trabalhadores da mesma categoria, a redução do número de categorias profissionais e a redução das diferenças salariais entre elas, chegando, inclusive, em alguns casos, à sua eliminação. Houve, também, casos em que o salário podia ser aumentado por motivos familiares, fixado em função do número de pessoas cuja manutenção se encontrava a cargo do trabalhador.

A criação de serviços de assistência e previsão, geridos e controlados pelos próprios trabalhadores, que cobriam a assistência médica, clínica e farmacêutica de forma gratuita e as necessidades dos trabalhadores que haviam interrompido a sua actividade laboral temporária – por acidente, enfermidade ou parto – ou definitivamente por reforma ou incapacidade de trabalho.

A actuação contra o desemprego, dirigida em primeiro lugar para aumentar o número de postos de trabalho e, em segundo lugar, quando o referido aumento era insuficiente, para eliminar o desemprego, a inclusão de novos trabalhadores com base na repartição do trabalho existente, ainda que isso desse lugar ao denominado desemprego encoberto.

A realização de importantes esforços para aumentar o nível de preparação dos trabalhadores na tripla vertente física, intelectual e profissional, construindo-se instalações desportivas, piscinas, bibliotecas, salas de leitura, escolas, centros de formação profissional, etc.

A atenção aos interesses dos consumidores, tal como põem em evidência, o interesse em melhorar a qualidade dos produtos e serviços para aumentar a sua satisfação, o aumento da higiene e da sanidade – caso das barbearias, da indústria láctea, etc. – a fim de preservar a sua saúde, e o interesse em facilitar-lhes o acesso aos artigos e serviços, racionalizando a distribuição geográfica dos estabelecimentos de vendas, com o que se obteve, também, um aumento das vendas.

A INDÚSTRIA DE GUERRA

Em 1936, ao iniciar-se a guerra civil, Barcelona e o resto de Catalunha careciam, por completo, de instalações e indústrias dedicadas à fabricação de armamento pelo que, para poder prover de material bélico os combatentes, teve-se que proceder e adaptar ou transformar a indústria

civil existente, em especial a metalúrgica e a química, em indústria de guerra.

A transformação e adequação da indústria catalã à produção de guerra iniciou-se imediatamente depois do 19 de Julho, sendo os próprios trabalhadores quem, depois de confiscar as empresas, a puseram em marcha, na Hispano Suiza, Barret, Elizalde, General Motors, Torras, Vulcano, Girona, Ford Motor Ibérica, a Maquinista Terrestre e Marítima, Cros, Sociedade Electroquímica de Flix, União Espanhola de Explosivos, Rivière, Productos Pirelli, Metalgraf Espanhola, etc. De pronto, também os sindicatos da CNT dedicaram uma especial atenção ao desenvolvimento e coordenação das indústrias de guerra, designando a 21 de Julho Eugenio Vallejo, do sindicato Metalúrgico, para dirigir a organização destas indústrias.

A 7 de Agosto de 1936, a Generalitat criou, por decreto, a Comissão da Indústria de Guerra, encarregada da coordenação e controlo do conjunto das indústrias de guerra, Comissão esta que foi aceite, não sem antes a CNT ter obtido uma série de garantias, em armas, necessárias ao esforço bélico que exigiam as circunstâncias. A partir deste momento, a direcção e gestão destas indústrias adquiriram uma forma mixta entre a colectivização e a estatização, já que, por um lado, cada uma das empresas estava dirigida e gerida pelos seus trabalhadores e, ao mesmo tempo, o conjunto destas indústrias tinha que cumprir as directrizes da Comissão, um organismo administrativo da Generalitat. Na prática, a colaboração que se estabeleceu entre os comités das empresas e a Comissão foi muito satisfatória. A Comissão, além de coordenar as empresas metalúrgicas e químicas transformadas em indústrias de guerra, também criou novas empresas e manteve relações com empresas que elaboravam produtos auxiliares para a guerra, do sector têxtil, da óptica e da madeira.

Em Outubro de 1937 a indústria de guerra contava com mais de 400 fábricas e cerca de 85.000 trabalhadores e fabricava uma importante quantidade de uma extensa gama de produtos: cartuchos diversos, peças de substituição para espingardas, pistolas, metralhadoras, carregadores, diversos tipos de explosivos e de detonadores, projécteis para canhão e morteiros, granadas de mão, bombas de aviação, granadas de artilharia, minas submarinas, máscaras antigás, motores de aviação, veículos blindados, etc. (22).

Além disso, para a magnitude e importância da indústria de guerra há que salientar também o curto espaço de tempo que se empregou na sua criação. Referindo-se à indústria de guerra catalã, Andrés Aultmares, catedrático da Universidade de Genebra, escreveu: "os sindicatos operários realizaram, em sete semanas, o que a França realizou nos primeiros catorze meses da guerra mundial." (23).

O Governo da República desde o princípio que viu com receio a criação de uma indústria de guerra na Catalunha, que não estava sob o seu controlo, e boicotou-a tanto quanto pôde, negando-se a facilitar-lhe as matérias-primas e as divisas de que precisava, e chegando, inclusive, a permitir que as tropas de Franco se apoderassem de uma fábrica de armas situada em Toledo, antes de autorizar a sua mudança para a Catalunha (naquele momento uma zona segura) tal como havia solicitado a Generalitat (24). Posteriormente, à medida que pôde ir impondo o seu poder, tentou controlá-la, o que não conseguiu até 11 de Agosto de 1938 em que decretou a sua militarização, à qual se opuseram tanto o Governo da Generalitat (provocou a demissão do governo central do ministro catalão J. Ayguadé e do basco M. Irujo), como os trabalhadores destas indústrias, o que provocou a diminuição do interesse e rendimento dos mesmos e em consequência uma importante descida da produção.

O PROCESSO ESTATIZADOR

Depois da desintegração do Estado, em Julho de 1936, as forças políticas catalãs, de imediato iniciaram a sua reconstrução, no que conseguiram implicar os dirigentes da CNT e da FAI, de forma que a 26 de Setembro de 1936 constituíu-se um novo governo da Generalitat com a participação de todas as organizações políticas e sindicais antifascistas. Ainda que o poder da Generalitat existisse quase exclusivamente no papel (o cumprimento e eficácia dos seus decretos eram escassos), este era o único representante do Estado com alguma

presença, já que a autoridade do Governo da República espanhola praticamente havia desaparecido na Catalunha (entre Julho de 1936 e Maio de 1937 é o período da história contemporânea da Catalunha em que esta gozou de maior soberania), estes foram os primeiros passos da reconstrução do Estado que, posteriormente, permitiram ao aparelho estatal ir-se consolidando e alcançando maiores níveis de controlo e poder.

Paralelamente, e a partir também do acordo entre todos os partidos e sindicatos, criaram-se novos órgãos e instrumentos estatais encarregados de coordenar e dirigir a economia catalã, o Conselho de Economia da Catalunha, a Comissão da Indústria de Guerra, os Interventores da Generalitat, etc. Ainda que, devido à supremacia de que dispunha a CNT-FAI, a instauração destes organismos e instrumentos não tenha impedido, em geral, o desenvolvimento do processo de colectivização-socialização, acabou por hipotecar o seu futuro ao impedir que pudesse culminar com a socialização global, ao tempo que assentava as bases e proporcionava os meios para que mais adiante pudesse desenvolver-se o processo de estatização (25).

O controlo estatal da indústria e serviços só alcançou uma certa importância e significação na segunda metade de 1937, quando começaram a manifestar-se as consequências dos "acontecimentos de Maio", a partir de cuja data foi aumentando progressivamente, ainda que sem conseguir eliminar por completo as conquistas colectivistas nem, por conseguinte, impor-se plenamente, devido à oposição de amplos sectores de trabalhadores.

A estatização da economia comportava que as decisões e o controlo da actividade produtiva se estabeleceriam de cima para baixo, passando o poder de decisão integralmente aos órgãos superiores, a partir dos quais, através de organismos intermédios, desciam até aos centros de trabalho. Assim, com a estatização, o poder de decisão nos diversos níveis foi desprezado desde os órgãos de democracia directa aos órgãos governamentais de carácter "técnico-económico" e eliminou-se o controlo que os trabalhadores exerciam sobre os órgãos decisores, ao mesmo tempo que se impunha o controlo destes sobre a actividade desenvolvida pelos trabalhadores. Quer dizer, a estatização restabelecia a organização e métodos de direcção baseados na hierarquização e autoritarismo que a colectivização-socialização havia eliminado, o que, segundo os seus defensores, era necessário para aumentar a produção e eficácia da economia.

No entanto, à medida que se foi reconstruindo o poder estatal, o governo central foi participando cada vez mais de forma importante na estatização da economia catalã, bem como na própria reorganização estatal catalã, o que provocou conflitos de competência entre ambos os governos, ao pretender o Governo da República não só eliminar as conquistas colectivistas, como reduzir ou eliminar, também, a autonomia que a Catalunha havia alcançado. Nas empresas e sectores onde o poder central pôde levar a cabo a sua intervenção, esta representou o culminar do processo anticolectivista, ao eliminar toda a participação dos trabalhadores na gestão e direcção dos centros de trabalho, assim como nas formas de organização e racionalização que estes haviam desenvolvido e substituí-la pela imposição da direcção e controlo dos funcionários a seu serviço, bem como pela devolução dos meios de produção aos seus antigos proprietários sob a tutela do Estado.

A estatização, apesar do que aduziam os seus defensores, comportou em numerosas ocasiões um retrocesso na racionalização económica alcançada, como no caso da intervenção dos SEUC (Servicios Eléctricos Unificados daCatalunha) e dos SGUC (Servicios de Gas Unificados da Catalunha), que em Abril-Maio de 1938 foram dissolvidos pelo Governo da República, que os desmembrou, restabelecendo a divisão entre empresas existente em 1936, assim como uma perda de produtividade e eficácia, tal como ocorreu com a privatização das indústrias de guerra. Isto foi devido a um conjunto de factores, entre os quais se destacam:

A oposição de um amplo sector de trabalhadores à estatização, o que fez diminuir o seu interesse pelo trabalho e provocou uma queda da produtividade.

A presença de elevado número de funcionários no aparelho produtivo que levou à estatização, funcionários que com a sua actuação entorpeciam o desenvolvimento da produção e cujo trabalho controlador provocava mal-estar entre os trabalhadores, o que por sua vez se repercutia negativamente na actividade produtiva.

A carência, por parte do Estado, da estrutura organizativa e dos elementos – técnicos e buro-

cratas – preparados que precisava para levar a bom termo a estatização.
A preponderância, que no desenvolvimento da estatização, adquiriram em muitas ocasiões os critérios político-ideológicos sobre os de eficiência económica, o que levava a sacrificar os segundos aos primeiros.
As desavenças e conflitos que às vezes se deram entre as diversas instâncias estatais e em especial entre os governos central e catalão.
Ainda quando os efeitos da estatização não foram muito distintos, tem que se esclarecer que esta, apesar do importante papel que o PSUC e a UGT desempenharam nela, não correspondia à concepção marxista da socialização centralizada através do Estado, posto que o Estado que a levava a cabo não era o Estado proletário, concebido pelo marxismo como o instrumento de que se serve a classe trabalhadora para reorganizar e gerir a actividade económica em benefício da maioria, mas um Estado democrata-burguês à frente do qual se encontrava um governo interclassista. A actuação anticolectivista deste Estado, dirigida para reprivatizar uma parte da economia e estatizar a restante – em particular a grande indústria e a relacionada com as necessidades bélicas –, contou tão só com o apoio da burguesia republicana, a burocracia e a maioria dos técnicos, mas também com a da maior parte dos aparelhos e direcções das organizações dos trabalhadores, incluindo a CNT-FAI, em particular a partir de Março de 1938.
Em resumo, a estatização significou a expropriação dos trabalhadores pelo Estado, que os despossuíu da direcção e gestão directa que estes exerciam na actividade produtiva; expropriação que foi levada a cabo com a cumplicidade e apoio das direcções e aparelhos das organizações dos trabalhadores. Esta experiência pôs claramente em relevo que a acção expropriadora do Estado, apoiada pelas organizações que actuavam em nome dos trabalhadores, não tem que

dirigir-se forçosamente contra a burguesia, mas como neste caso, pode ser dirigida contra os próprios trabalhadores (26).

CONSIDERAÇÃO FINAL

A experiência colectivista desenvolvida na Catalunha durante o período de 1936-1939, constituíu a única experiência que existiu até ao presente de levar à prática os princípios do socialismo libertário numa sociedade industrial, o que lhe confere, a nível mundial, uma importância excepcional, tanto do ponto de vista histórico como económico-social.
Com a colectivização-socialização da economia catalã, os colectivistas pretendiam levar até ao fim a transformação da propriedade individual dos meios de produção em propriedade colectiva e estabelecer o exercício directo da direcção e controlo da actividade produtiva pelos trabalhadores, com a finalidade de avançar na construção de uma sociedade mais livre

e igualitária. Os colectivistas propugnavam pelo exercício da democracia directa frente à delegação do poder de decisão nos profissionais da política e da economia, ao mesmo tempo que consideravam que a democracia e o socialismo se realizavam a partir dos centros de trabalho e habitação ou não constituíam mais do que um simples reflexo, sem conteúdo algum.

Ainda quando a colectivização-socialização da indústria e serviços de Catalunha esteve condicionada por um conjunto de factores, como a guerra e divisão de Espanha em duas zonas e a divisão e enfrentamento, no seio da própria sociedade catalã, entre os defensores de alternativas económico-sociais opostas, que impossibilitaram o culminar do seu desenvolvimento, estes não impediram que a colectivização-socialização alcançasse um conjunto de importantes resultados, tanto na esfera económica como social.

A partir da análise da experiência colectivista, pode-se afirmar que a colectivização-socialização da indústria e serviços de Catalunha obteve resultados positivos no sentido de conseguir uma maior igualdade social – supressão das rendas não procedentes do trabalho, desaparecimento ou diminuição das diferenças salariais, implantação ou melhoria das prestações de assistência sanitária, reforma, etc. – e de aumentar o nível cultural e de formação dos trabalhadores. A colectivização-socialização alcançou também importantes avanços no aspecto económico, ao aumentar de forma geral a racionalização e eficácia do aparelho produtivo e dos serviços, e obteve em geral resultados económicos positivos.

A experiência colectivista desenvolvida na Catalunha contou com o apoio decidido da maior parte dos trabalhadores e assim o evidencia, entre outros factos, a defesa que realizaram pelas conquistas colectivistas quando estas se viram ameaçadas e o nível de absentismo laboral nas empresas colectivizadas e associações. Sem dúvida, foi derrotada no âmbito político-militar pelos que se opunham à mesma, os quais com a sua vitória em Maio de 1937 lograram deter e fazer retroceder a colectivização-socialização e com a ocupação pelas tropas do general Franco, em Janeiro de 1939, conseguiram eliminá-la por completo.

NOTAS

(1) *Serviço Central de Estatística da Generalitat, Població de Catalunha (População de Catalunha) 1937.*

(2) Instituto de Economia da Empresa, Análisis espacio-temporal da população activa em España 1860-1965 (Análise espaço-temporal da população activa em Espanha (1860-1965)).

(3) J. ALZINA, L'Economia da Catalunha Autònoma (A Economia da Catalunha Autónoma). Barcelona, Tipografía Emporium, 1933.

(4) A. CASTELLS DURAN, Les grans potències devant a guerra civil espanyola 1936-39 (As grandes potências diante da guerra civil espanhola), "L'Avenç", 140 (Setembro 1990), pp. 22 a 28.

(5) J. P. FÀBREGAS, Els factors econòmics da revolució. Barcelona, Bosch Casa Editorial, 1937, pp.107-108.

(6) GIRALT. BALCELLS. TERMES. Els moviments socials a Catalunha, País Valencià e les Illes (Os movimentos sociais em Catalunha, País de Valência e Ilhas). Barcelona, Editorial Lavínia, S.A., 1967, p. 110.

(7) A constituição do PSUC teve lugar a 21 de Julho de 1936, ao fundir-se o Partido Comunista da Catalunha, a União Socialista de Catalunha, o Partido Catalão Proletário e a Federação Catalã do Partido Socialista.

(8) O POUM fundou-se em Novembro de 1935 ao fundir-se o Bloco Obreiro e Campesino com a Esquerda Comunista dirigida por Andreu Nin.

(9) A. CASTELLS DURAN, Poder e Collectivització a Catalunha durant a guerra civil (Poder e Colectivização em Catalunha durante a Guerra Civil), "El Contemporani", 9 (maig-agost 1996), pp. 27 a 30.

(10) Entre outras coisas, põe-se em relevo a entrevista que Companys manteve com os dirigentes da CNT-FAI para que tomassem cargos do Governo da Generalitat e o posterior fracasso do intento de constituir um governo à margem da CNT, a 2 de Agosto de 1936. D. ABAD DE SANTILLÁN, Por que perdimos a guerra. Madrid, G. do Toro Editor, 1975, p. 72. D. IBÁRRURI, O Único Camino. Moscú, Edições em língua estrangeira, pp. 532-533.

(11) A FAI (Federação Anarquista Ibérica) possuía uma grande influência no seio da CNT.
(12) No próprio preâmbulo do Decreto das Colectivizaões reconhece-se este facto. Com este decreto a Generalitat intentou "aprisionar", quer dizer, controlar o processo colectivizador. Diário Oficial da Generalitat de Catalunha. Barcelona, 28 de Outubro de 1936.
(13) Inclusive os primeiros comunicados da FAI e da CNT, nos dias 26 e 28 de Julho de 1936, limitavam-se a realizar um chamamento à luta contra o fascismo o primeiro; e a ordenar a regresso ao trabalho o segundo quando, já a partir de 21 de Julho, os trabalhadores começaram a apoderar-se das empresas.
(14) O início da renúncia encontra-se já na aceitação e participação da CNT-FAI no Conselho da Economia, organismo coordenador da vida económica, criado por decreto da Generalitat a 11 de Agosto de 1936 e na sua participação no Governo da Generalitat, a 26 de Setembro de 1936.
(15) O Decreto das Colectivizações e Controlo Operário foi uma solução de compromisso, sendo aprovado por todas as organizações políticas e sindicais antifascistas, a 24 de Outubro de 1936. Constituiu a normativa básica sobre a nova realidade económico-social. Nele se dizia "La sustituição da propiedad individual pela colectividad es concebida… colectivizando os bienes da grande empresa… y dejando subsistir a propiedad privada… de a pequena industria."(«A substituição da propriedade individual pela colectividade está concebida… colectivizando os bens da grande empresa… e deixando subsistir a propriedade privada… da pequena indústria.»).
(16) Em todas as ocasiões em que se colectivizaram pequenas empresas enfraqueceu-se o Decreto das Colectivizações, já que houve bastantes casos em que a dita colectivização se realizou com o consentimento do proprietario, ainda que seja difícil precisar se o dito consentimento foi ou não forçado e em que medida pelas circunstâncias.
(17) Os colectivistas propugnavam pelo estabelecimento do salário único e familiar. Na prática, ainda quando não se alcançou a igualdade dos salários, limitou-se de forma importante o leque salarial. A. CASTELLS DURAN, Criteris per a fixar a remuneració do treball: dues concepcions (Critérios para fixar a remuneração do trabalho: duas concepções), "Polémica", 62-63 (Verão-Outono 1996), pp. 25 a 27.
(18) J. P. FÀBREGAS, Els factors econòmics da revolució. Cap. X: a Tecnocràcia e a Revolució (Os factores económicos da Revolução Cap. X: A Tecnocracia e a Revolução). Bosch, Casa Editorial. Barcelona, 1937, pp. 86 a 99.
(19) Era o equivalente ao Ministro de Economia da Generalitat.
(20) A. CASTELLS DURAN, As transformações colectivistas na industria e os servicios de Barcelona (1936-1939) (As transformações colectivistas na indústia e serviços de Barcelona 1936-1939). Madrid, Fundação Salvador Seguí Edições, 1992, pp. 35 a 58.
(21) A. CASTELLS DURAN, Les collectivitzacions a Barcelona 1936-1939 (As colectivizações em Barcelona 1936-1939). Barcelona, Editorial Hacer, 1993, pp. 140, 141, 152, 153, 173, 174, 190, 191 e 193.
(22) Comissão da Indústria de Guerra de Catalunha, Outubro de 1937, Report d'actuació (Reportagem de Actuação). Buenos Aires, Edições do Serviço de Propaganda da CNT, 1939.
(23) R. ROCKER, Extranjeros em España (Estrangeiros em Espanha). Buenos Aires, Edições Iman, 1938, p. 74.
(24) Carta de Companys a Indalecio Prieto, 13 de Dezembro de 1937. Buenos Aires, Edições do Serviço de Propaganda da CNT, 1939, pp. 12 e 13.
(25) A. CASTELLS DURAN, Les collectivitzacions a Barcelona 1936-1939 (As colectivizações em Barcelona 1936-1939). Barcelona, Editorial Hacer, 1993, pp. 43 a 49. A. CASTELLS DURAN. O processo estatizador na experiencia colectivista catalã (1936-1939) (O processo estatizador na experiência colectivista catalã 1936-1939), Madrid, Nossa e Jara Editores, 1996, pp. 40 a 95.
(26) A. CASTELLS DURAN, O processo estatizador na experiencia colectivista catalã (1936-1939) (O processo estatizador na experiência colectvista catalã 1936-1939). Madrid, Nossa e Jara Editores, 1996, pp. 135 a 141.

UTOPIA

ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da Revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da Revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada. Poderá também solicitar o envio dos números anteriores ainda não esgotados.

Nome _____

_____

Morada _____

_____

Assinatura anual (2 números): - Portugal 12,00 €uros Estrangeiro 15,00 €uros

Pagamento através de dinheiro, cheque ou vale postal á ordem de:

Associação Cultural A Vida
Apartado 2537
1113 Lisboa Codex – Portugal
E-mail: CulturalAVida@sapo.pt
Web site: www.utopia.pt

ENSINO ARTÍSTICO... EM PORTUGAL

m. almeida e sousa

sim.
não!... talvez... a
ver se... pois... como?...
é assim.
e
as coisas seguem ao sabor dos ventos.
nada se decide.
o problema do ensino artístico no nosso país pode ser resumido precisamente assim:
- sim. não!... talvez... a ver se... pois... como?...
e
com o passar do tempo, os projectos e experiências mais sedutores e criativos do nosso ensino básico e secundário são fagogitados pelos senhores que os "nossos votos" colocaram nas cadeiras do ministério da educação.
cada um que vem, destrói o que o anterior fez - é a sede de apresentar serviço.
apresentam serviço...
e
a arrogância do poder impede-os de dialogar, de solicitar um parecer, de avaliar...

sempre foi assim!...
dizem alguns - acomodados.
e
ninguém diz mais nada.
ninguém questiona.
tão pouco os que deram horas e horas de trabalho gratuito para que as expressões artísticas se implementassem no espaço escola.

- acabou. portanto, está dispensado dos nossos serviços, o senhor é contratado... bem vê...
(e nem sequer vale a pena agradecer. para quê? foi um serviço patriótico e a pátria sempre foi merecedora dos esforços dos seus cidadãos. tudo pela nação!...)

no que respeita às várias experiências no campo do teatro-educação, assim foi (também) - desde os tempos da opção de teatro no 9º ano de escolaridade, passando pelas oficinas de expressão dramática do secundário.
tudo acabou sem uma pergunta, sem um

diálogo com os dinamizadores (vários)
que entraram pelas portas das escolas.
sem, enfim, uma avaliação das acções.

acabou
e
ponto final.
o confronto com as artes, com a criatividade, com espontaneidade... sempre incomodou aqueles que gerem o país.
é.
é assim.
e
pronto.
agora vem aí uma nova ideia, a do ensino artístico no 1º ciclo do ensino básico - um pouco na sequência da ideia do inglês ao mesmo nível de ensino...
mas,
se o projecto do inglês não está cumprido... (e para quê cumprir um projecto com língua estrangeira quando a língua materna é descurada e maltratada?)
... vamos entrar noutra aventura sem perspectivas?
para quê?

ah!...
para que as criancinhas estejam muitas horas na escola.
para fazer o favor aos encarregados de educação...

- com estas novas medidas podem depositar os vossos filhos às sete e meia da manhã e vir levantá-los às sete da tarde.
sim. depois das compras no centro comercial.

e quem vai ser o professor de música, de teatro, de dança, de pintura, de cerâmica?...
resposta:
bem... os recursos locais...
muito bem.
está bem.
certo!...
e a formação? e a habilitação?

como sempre:
problemas menores...
entrementes os espaços universitários abrem licenciaturas, formam professores nas diversas expressões artísticas. dizem que "os meninos" vão ser professores, vão ser integrados numa carreira docente... (é mentira. as universidades estão divorciadas da realidade, entenda-se mercado de trabalho - e não parecem sequer interessadas em defender os seus alunos. é facto).

que bom. vou ser professor...

- e se o senhor professor de física-quimica (por exemplo) tiver na escola básica ou secundária onde está colocado um horário zero?
então o senhor professor de física-quimica vai a uma acção de formação de qualquer expressão artística - com créditos, claro - e passa a ocupar o espaço daquele que frequentou uma universidade que lhe deu formação específica no campo artístico...
tão simples quanto isso.
claro que o inverso não é, de todo, possível.
onde é que se viu um professor do ensino artístico a leccionar física-química?...
estamos num país do terceiro mundo, ou quê?...

Pietro Ferrua

INTENCIONALIDADE, ANARQUISMO E ARTE

Numa colecção de cartazes da CNT-AIT espanhola existe um que tem como objecto um automóvel de luxo. Se não tivesse havido contradições no movimento anarco-sindicalista, poder-se-ia acreditar que se tratava de publicidade do género da que é impressa em papel couché e em policromia distribuída pelos representantes de automóveis topo de gama. Serão suficientes algumas letras «mágicas» para transformar uma mensagem publicitária em propaganda política ou, melhor ainda, em obra artística? A resposta a esta pergunta retórica é sem dúvida negativa. E no entanto! Se exceptuarmos a sensação agradável que a maioria de nós sente ao descobrir num quadro assinado um «A» circulado ou qualquer outro símbolo ou sinal conhecido, qual é o elemento determinante que faz de uma tela uma obra «anarquista»? Penso que, à falta de uma metodologia ou de um parâmetro bem defindo, as respostas variarão.

Como não existe uma estética oficial nem oficiosa do anarquismo, presto homenagem a André Reszler (1) por ter tentado criar uma quando, sobretudo, depurou os textos dos teóricos cuja formação era extra-artística. A propósito de Proudhon, um dos seus pontos de referência, não disse Champfleury que era destituído de qualquer sensibilidade artística? E Courbet (2) não se gabou de ter fornecido a Proudhon inúmeras páginas de notas para que este pudesse construir a sua teoria? Kropotkine, pelo contrário, era um

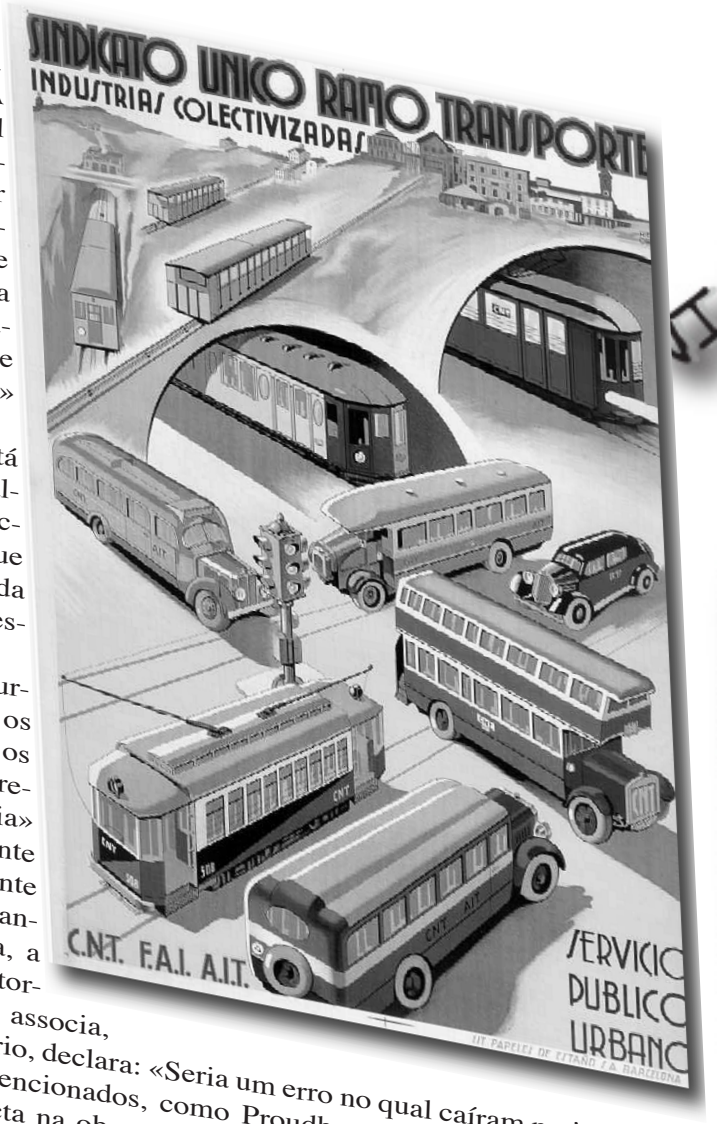
cientista e no domínio do imaginário artístico só se lhe pode atribuir uma «autoridade» moral e apenas teórica. Não será melhor perguntar aos artistas anarquistas o que pensam da arte «anarquista», admitindo que esta existe?

Eu próprio me perdi quando organizei, há uma dúzia de anos, uma exposição (3) muito pouco satisfatória, já que não pôde ser exaustiva, da gesta anarquista ao longo do tempo. Decidi arbitrariamente que a arte anarquista não existia, mas que existiam obras inspiradas no anarquismo, imprimindo assim a esta exposição (4) uma dimensão histórica e documental que pretendia ser uma ilustração do anarquismo no seu conjunto, com todas as tendências misturadas. Havia uma abundância de auto-retratos de Camille Pissarro ou de retratos de Félix Fénéon. O que é que isto poderia ter de «anarquista»? Era preciso considerar isto simplesmente como uma galeria de caras de militantes, uma iconografia sistemática, e não era indiferente para a posteridade saber que o anarquista Fénéon tinha sido retratado por Émile Compard como por Sacha Guitry, por Severino Rappa como por Henri de Toulouse-Lautrec, por Théo Van Dongen e igualmente por Maximilien Luce, mas sobretudo por Paul Signac. A questão é saber se o pintavam por ser bonito ou porque era anarquista, porque era um amigo de quem se gostava ou um crítico que se admirava, ou por quem se tinha reconhecimento porque tinha contribuído para fazer conhecer a obra de tal ou tal artista. Dotado de um faro infalível, é evidente que Fénéon foi o mentor de várias gerações de artistas, impressionistas ou néo-impressionistas, simbolistas ou nabis, pointillistes ou fauves, ou outra coisa qualquer.

Pissarro, pintado pelos seus filhos, por Gauguin, Cézanne, Luce, Piette, Forain, etc., foi-o porque era anarquista ou porque era judeu, porque foi o «pai do impressionismo» ou um grande protector dos artistas jovens? Ou por outras razões ainda? Signac chamou-o de «Mestre» toda a vida, ele que sem dúvida o superou.

Para voltar à exposição referida, salientaram-me igualmente que havia uma superabundância de reproduções de Flavio Costantini, o qual já não era anarquista ou nunca tinha sido militante. A questão pareceu-me tão secundária, que mesmo quando a nossa amizade (5) se desenvolveu, nunca lha coloquei. Ele conferiu uma tal expressividade à técnica do guache, que o seu traço é inimitável e isto parece-me mais importante que uma profissão de fé política (à parte o facto de se ter tornado uma espécie de «cantor da anarquia»). Mas, a propósito, falemos um pouco da fé política dos artistas «anarquistas» e examinemos até que ponto esta afectou a sua arte.

Michel Ragon mostrou-nos como Courbet edificou, graças a Baudelaire e a Proudhon, uma teoria do realismo pictórico. Courbet escreve a propósito de Proudhon: «Nós fazemos em conjunto uma obra importante que liga a minha arte à sua filosofia e a sua obra à minha» (6). Quando surge Sur le principe de l'art et de sa destination sociale, o pintor envia um exemplar aos seus pais dizendo-lhes: «É a coisa mais maravilhosa que é possível ver e é o maior serviço e a maior honra que um homem pode desejar na sua existência» (7). Conquistado para a causa proudhoniana, Courbet vai a partir daí dedicar-se-lhe de corpo e alma, mesmo se isto lhe custar a prisão, primeiro, e a morte no exílio, depois. Courbet consegue viver da sua pintura, sem ceder a compromissos e fez a arte que queria. Escreve ao seu amigo de Montpellier, o pintor Bruyas: «uma causa santa e sagrada que é a causa da liberdade e da independência, à qual consagrei a minha vida inteira como vós» (8). Courbet foi nomeado presidente das Artes durante a Comuna de Paris de 1871 e contava entre os seus colaboradores artistas como Corot, Daumier, Millet et Manet. Comportava-se como libertário. «Creio que para fazer uma revolução social não é preciso fazer qualquer violência ou exigência seja de que ordem for» (9), e, fiel aos seus princípios, opôs-se sempre aos decretos violentos. Uma das primeiras medidas que adoptou foi a de preservar as obras de arte do Louvre et de todos os outros museus parisienses; uma outra foi a de elogiar a independência dos artistas face ao poder. Os estatutos das Federações artísticas da Comuna fazem-se eco das ideias de Courbet et de Proudhon e podem servir-nos de exemplo ainda hoje. Acreditando na função social da arte, os defensores da Comuna deram provas de uma sensibilidade extraordinária do ponto de vista anarquista, bem como do ponto de vista artístico. Eles põem em causa até o ensino



d a Escola de Belas Artes: «A arte, sendo expressão livre e original do pensamento, faz com que, do ponto de vista do ensino, toda e qualquer linha oficial imprimida ao julgamento da obra é fatal e condenável; que ela não possa mesmo pertencer a uma maioria artística, já que, mesmo admitindo esta linha como boa, ela tende contudo a destruir a individualidade» (10).

O realismo de Courbet está longe, vê-se bem, do realismo socialista de tipo estalinista. Benito Rechilongo salientou-o bem (11): «o que Courbet nos propõe é um atelier da Renascença mais do que uma nova escola».

Alguns anos depois da morte de Courbet, em plena época impressionista, os anarquistas são dominantes entre os pintores. A revista L' Art Social pretende-se uma espécie de «academia» da anarquia. Camille Pissarro, militante toda a sua vida, colaborador e assinante das publicações anarquistas, propagandista no seio da sua própria família, a tal ponto que todos os seus filhos se tornarão pintores e anarquistas, não se associa, no entanto, à L'Art Social. Ao contrário, declara: «Seria um erro no qual caíram muitas vezes os revolucionários melhor intencionados, como Proudhon, exigir sistematicamente uma tendência socialista exacta na obra de arte, porque esta tendência encontrar-se-á muito mais forte e eloquente junto dos esteticistas puros, revolucionários por temperamento, os quais se distanciam dos caminhos batidos, pintam o que vêem, tal como o sentem e dão, muitas vezes inconscientemente, um verdadeiro abanão no velho edifício social» (12). Se, na arte, Pissarro pensa que o lado estético deve ter a primazia, não pensa o mesmo na vida quotidiana. Numa carta de Eragny a seu filho Lucien que se encontra em Londres, Camille escreve: «Enviaram-me - não sei quem – um velho livro de Kropotkine. Envio-to. Envio-te também La Révolte que te fará ver alguns lados novos dos acontecimentos recentes. Pouget e Grave foram presos nas prisões em massa que fizeram entre os companheiros, devido às leis que mesmo os jornais burgueses começam a achar imprudentes. Que a república defenda os seus capitalistas, é compreensível. É fácil dar-se conta que estamos em plena revolução – e isto ameaça de todos os lados. As ideias não param face às leis» (13).

Lucien responde a seu pai ter recebido o livro de Kropotkine e estar prestes a lê-lo e declara: «Está muito bem e isto está relacionado com o que dizemos hoje» (14). Conta-lhe depois ter ido a Hyde Park no 1º de Maio e ter assistido à comemoração que aí fazia Louise Michel. O mais militante dos filhos Pissarro (e sem dúvida o mais dotado entre todos como pintor), Lucien colaborou regularmente na imprensa anarquista, mas não partilhava a concepção de arte «engagé». Ele teve de dizer: «…Eu não vejo a paisagem anarquista! Ou antes, vejo-a claramente mas não pela escolha do tema. Corot, Monet, Pissarro pintaram-na, interpretando-a de maneira nova e demolindo assim as convenções estéticas dominantes…» (15). Entre pai e filho havia uma total comunhão de ideias, sobre arte e também sobre política. A influência, aliás, não era de sentido único e foi o fil-

ho que con-
verteu o pai (graças às conversas com Signac
e Seurat, que ele lhos apresentou) ao divisionismo, mesmo que
por um curto período.

Signac aderiu na sua juventude ao movimento anarquista e ficou ligado a este até ao seu fim. Estava sempre disponível, artística e financeiramente, e deixou-nos algumas «belas» peças com a convicção da sua «fé» anarquista, das quais a «destruição do Estado», o «demolidor» e Au pays d'Harmonie, visão idílica da sociedade futura situada no cenário sumptuoso de Saint-Tropez e cujo verdadeiro título deveria ser Au pays d'Anarchie. A coerência anarquista de Signac foi, aliás, superior à de Jean Grave e de Pierre Kropotkine, que aceitaram patrocinar a intervenção na guerra contra a Alemanha, facto que o pintor não deixou de reprovar a Grave com muito tacto e à posteriori, da forma seguinte: «Pela minha parte, permaneci com as mesmas ideias que vós me colocastes no coração e na cabeça, e preferi acreditar que, tomados no remoinho da tormenta, tivestes uma hora de erro mais do que supor que estáveis enganados – involuntariamente – durante trinta anos. A mudança do meu grande amigo Verhaeren, Luce recusando assinar a homenagem a Romain Rolland – o meu amigo Jean Grave admitindo a guerra! … O desabamento de tudo em que eu acreditava. O golpe foi rude: durante três anos não consegui pintar» (16). O que mostra que por vezes o artista vê mais claro que o militante com galões, mesmo nas questões políticas, enquanto que, quando os teóricos se quiseram meter na arte, fizeram muitas vezes asneira.

Maximilien Luce, pese embora o facto de militar há mais de vinte anos no movimento anarquista e de ter dado ao Père Peinard mais de 200 gravuras, cedeu durante a Grande Guerra, ainda que recusasse, por um lado, associar-se à declaração de solidariedade com Romain Rolland, também não assinou o «Manifesto dos 16». Signac perdoou a Luce e substituiu-o na presidência da Sociedade dos Artistas Independentes (da qual era há muito vice-presidente), quando este se demitiu em 1934.

Signac, apesar do seu piscar de olho à anarquia como objecto de arte, não pensará dela menos que «o pintor anarquista não é o que representa quadros anarquistas, mas o que, sem preocupação de lucro, sem desejo de recompensa, lutará, a partir de toda a sua individualidade, por um contributo pessoal contra as convenções burguesas oficiais. O tema não é nada, ou pelo menos apenas uma das partes da obra de arte, não mais importante que os outros elementos, cores, desenho, composição» (17). Mesmo Théophile-Alexandre Steinlen, que ilustrou L'Assiette au Beurre, La Rue, La Feuille, La Révolte e vários livros e brochuras de Kropotkine, Reclus, Faure, Grave, Rictus, Bruant, Lemonnier, Malato, Zo d'Axa, formulou reservas à «utilização do desenho com um objectivo de propaganda». Em 1912, escreve com efeito a Jean Grave: «Tentei em vão realizar um desenho para o que me pedistes, não consegui. Não vejo a solução que permitia fazer um desenho e não uma representação» (18).

Este ponto de vista «formalista» era partilhado por Théo Van Rysselberghe, um outro anarquista desta época: «Um desenho qualquer, mas tendo um interesse puramente plástico, tem suficiente razão de ser se tiver qualquer valor: terá a sua função educadora tanto como, senão melhor, que um desenho com significado literário ou filosófico» (19).

Folheando a imprensa anarquista da Belle Époque, podem-se encontrar vários testemunhos neste sentido nos simbolistas (principalmente em Jan Toorop e a sua Anarchie), nos nabis (Félix Vallotton e as suas gravuras em madeira de temas anarquistas), nos cubistas (com Le Meeting anarchiste de Barcelone de Picasso) (20), nos futuristas (sobretudo Carlo Carrà, ilustrador da nossa imprensa e autor do célebre I Funerali dell' anarchico Galli), na abstracção (com o anarquista checo Kupka (21), ilustrador de Reclus e Kropotkine e amigo de Ferrer), nos dadaístas (principalmente Man Ray) (22), nos surrealistas (Arturo Schwarz, José Pierre e eu próprio (23) tratámos disso) e por aí fora.

O quadro deste artigo não é para que se possa estabelecer um inventário, mesmo que aproximado, do contributo dos artistas à causa do anarquismo.

Mas podem-se traçar algumas ideias mestras que nos permitam estabelecer distinções úteis entre a arte política, social ou «engagé» e o formalis-

mo, as quais é preciso deixar de acreditar que são contraditórias. Se a minha própria visão historiográfica de há uma dezena de anos (24) era muito redutora, e, para além disso, causa involuntária de um mal entendido com Arturo Schwarz durante o colóquio «Arte et anarchisme» que teve lugar em Veneza (25) em Setembro de 1984, creio tê-la enriquecido com uma nova componente, a da «intencionalidade», que juntei ao meu ponto de vista na sequência de uma longa conversa com o realizador cinematográfico brasileiro Carlos Reichenbach (26). É assim que várias obras, cujo tema não é aparentemente anarquista, podem sê-lo se o seu o autor quis que o fossem assim, já que ele atribui um sentido «anarquista» à combinação das cores, das formas, dos sinais e dos símbolos presentes. Se voltarmos ao cartaz que mencionei no início, mas adicionando-lhe a componente da «intencionalidade», poderemos talvez conceber de uma forma diferente aquele automóvel, por exemplo admirando o carácter escultural da carroçaria, ou conceber o refinamento do perfil ou do gabarito como uma glorificação do trabalho, ou ainda a mensagem política segundo a qual o sindicato dos trabalhadores do automóvel está nas mãos da CNT-AIT.

A intencionalidade pode ser uma chave sedutora de aproximação à arte, mas é ainda preciso colocá-la em perspectiva à luz da teoria da «recepção». Enquanto isto, trata-se de decidir qual será a atitude desejável do artista anarquista. Sem dúvida a de um artista independente, heterodoxo, aberto à novidade, sempre pronto a colocar-se em questão. Uma atitude do género Dada, tipificada pela posição filosófica de um Tzara ou de um Feyerabend, ou pela prática de um Jean-Jacques Lebel (para citar apenas um francês) que viveu a aventura surrealista, o neodadaísmo, o happening, a poesia sonora, a arte-acção, etc., e está prestes a partir, imagino, para novas experiências.

Chegou o momento de concluir. O que tenho a propor neste artigo? Um duplo programa: uma parte respeitante ao passado, a seguinte visando o futuro.

Para o passado, proponho um triplo inventário que permita dar a conhecer as riquezas enterradas (tão ignoradas pelos militantes como pelos artistas) da arte «anarquista», sob a forma de: a) uma grande e exaustiva exposição retrospectiva num museu; b) a publicação de uma série de monografias sobre os artistas anarquistas; c) a fundação de uma diapoteca que possa servir de base de pesquisa para professores, jornalistas, críticos, historiadores, tarefa que convirá perfeitamente ao CIRA de Lausanne.

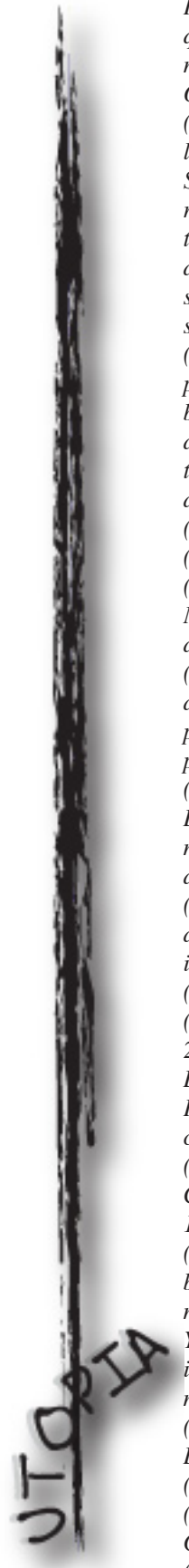
Para o futuro imediato, poderíamos sonhar também com algumas iniciativas:

1. Um atelier de arte, do género, para nos situarmos, do Centro Ferrer de New York que, no início do século, desempenhou um grande papel graças ao ensino livre e gratuito de Robert Henri e George Bellows e que foi determinante para a evolução de muitos artistas. Basta citar Man Ray.
2. A abertura de colunas nos nossos jornais aos artistas da nova geração (o que começou a fazer André Bernard com a série Potlatch), a quem poderemos pedir para ilustrar revistas, capas de livros, cartazes, etc.
3. Colocar à disposição um espaço de exposição para os novos Pissarro, Seurat, Signac, o que poderia motivar Michel Ragon (incansável descobridor de talentos à maneira de Félix Fénéon) e à intenção dos quais esta «galeria» poderia tornar-se um trampolim ou uma tribuna política ou, porque não, as duas coisas.

Tradução de Guadalupe Subtil

Notas

(1)Apesar de nos termos perdido de vista, conheço-o desde que uma amiga comum, Mercês de Quevedo Pessanha, me informou da Alemanha que chegaria à Suiça este emigrante húngaro, do qual eu certamente apreciaria a inteligência e cultura. Na época, fim dos anos 50, ele não se interessava pelo anarquismo e eu fui certamente o primeiro a mencionar-lhe este assunto dadas as pesquisa que fazia sobre o movimento anarquista húngaro.



(2)Ver Michel Ragon, Courbet, Paris: éditions des Vergeures, 1981, 56 p.

(3)Foi em 1979, quando comecei a preparar o Primeiro Simpósio Internacional sobre Anarquismo que teve lugar em Fevereiro de 1980 no Lewis and Clark College de Portland no Oregon.

(4)Esperávamos poder realizá-la no Portland Art Museum, mas isto não foi possível. Sendo o espaço limitado, fomos obrigados a reduzir a uma centena o milhar de obras que tínhamos inventariado. Por fim, por questões de seguro, de direitos alfandegários e de atrasos, poucas obras originais foram mostradas, sendo a maioria reproduções fotográficas.

(5)A tal ponto que se ofereceu amavelmente para ilustrar a capa do meu livro seguinte sobre Ítalo Calvino. Uma honra e uma oportunidade que se juntam ao prazer de ter um ilustrado por Yaacov Agam e outros por Santiago de Santiago e Guadalupe Posada.

(6)Ragon, op. cit., p. 10.

(7)Ragon, op. cit., p. 12.

(8)Philippe Bordes, Courbet à Montpellier, Montpellier: Musée Fabre, 1985, 158 p. Lettre au peintre Bruyas de Maio de 1855, p. 54.

(9)Reproduzido por H. Dubief in L'Actualité de l'Histoire, nº 30 de Janeiro – Março 1960, pp. 27-37, em «Defense de Gustave Courbet par lui-même», p.33.

(10)Ver p. 21 da plaqueta de Paul Hippeau, Les Fédérations artistiques sous la Commune (Souvenirs de 1871), Paris: Comptoir d'édition lettres, sciences et arts.

(11)Ver o seu Camille Pissarro. Grafica anarchica, Roma: Instituto dell'Enciclopedia italiana, 1981, 152 p., p. 48.

(12)Trad. de Recchilongo, op. cit., p. 123.

(13)Datada de 26 de Abril de 1892, pp. 278-280 de Camille Pissarro, Lettres à son fils Lucien (apresentadas, com a ajuda de Lucien Pissarro, por John Rewald), Paris: Albin Michel, 1950, 522 p.

(14)Ibidem, pp. 281-282, carta de Lucien a Camille, datada de Bayswater, 5 de Maio de 1882.

(15)Trad. de Recchilongo, op. cit., p. 126. Sobre Lucien Pissarro ver também: W.S. Headmore, Lucien Pissarro: un coeur simple, New York: A. Knopf, 1963. A sua obra gráfica de interesse anarquista está guardada no Ashmolean Museum de Oxford.

(16)Françoise Cachin, Paul Signac, Paris: Bibliothèque des Arts, 1971, 142 pp., p. 111.

(17)Ibidem, p. 69.

(18)Catálogo da Exposição sobre Steinlen na Galeria das Artes Decorativas S. A. Lausanne (13.12.1973 – 02.02.1974), Lausanne: Gad, 1973, 82 pp., p. 7.

(19)Maurice Pianzola, Théophile-Alexandre Steinlen, Lausanne: Rencontre, 1971, 117 pp., p. 44.

(20)Picasso era notoriamente membro do Partido Comunista, mas esquece-se facilmente que durante a sua juventude colaborou em revistas anarquistas, tendo mesmo co-dirigido uma, estava muito ligado aos anarquistas de Barcelona e rodeado de anarquistas (André Salmon, Mécislas Colberg, Steinlen, Fénéon, etc.) durante os seus primeiros dias parisienses. A fonte mais completa a consultar sobre este assunto é a tese de doutoramento de Phoebe Pool, parcialmente publicada depois em: Anthony Blunt e Phoebe Pool, Picasso: the Formative Years, a Study of his Sources, London: Studio, 1962.

(21)Sobre o passado anarquista de Kupka pode-se consultar de preferência a obra de Ludmila Vachtovà: Franck Kupka, Pioneer of Abstract Art, New York - Toronto: McGraw-Hill Book. Ver também de D. Fédir, L'Oeuvre de Kupka, Paris: Musées nationaux, 1966.

(22)Ver Man Ray, Self Portrait, New York: McGraw-Hill; Maurizio Fagiolo dell'Arco, Man Ray, l'occhio e il suo doppio, Roma: Assessorato Antichità belle arti, 1975; Arturo Schwarz, Man Ray: the Rigour of Imagination, New York: Rizzoli; Francis N. Naumann, «Man Ray and the Ferrer Center: Art and Anarchy in the Pré-Dada period», in Dada/Surrealism nº 14 de 1986, p. 10-30.

(23)Arturo Schwarz, Breton, Trotsky e l'anarchia, Milano: Multhipla, 1980, e Anarchia e Creatività, Milano: La Salamandra, 1981; José Pierre, Tracts surréalistes et déclarations collectives, 1922-1969, tomo II, Paris: le Terrain Vague, 1982, e Surréalisme et Anarchie, Paris, 1983; Pietro Ferrua, Surréalisme et anarchisme, Paris: Monde libertaire, 1982.

(24)No catálogo da exposição de Portland, Anarchists seen by Painters, Portland: Lewis and Clark College, 1980, 60 pp.

(25)Certamente por ter entrado com atraso na sala, e logo ter perdido a explicação inicial que justificava a presença de obras de artistas estranhos ao anarquismo pelo facto de que o tema (cena ou personagem) o era, Schwarz insurgiu-se com veemência durante a projecção de uma pintura mural de Siqueiros, representando o grupo «anarco-magonista» precursor da Revolução mexicana de 1911 e que já tinha organizado, em 1906, a primeira greve revolucionária em Cananea. O meu comentário foi textualmente: «No México, Orozco, Rivera e Siqueiros pintaram cenas revolucionárias ocasionalmente ligadas a acontecimentos anarquistas. Siqueiros, no entanto, é denunciado por André Breton como estalinista duro num manifesto publicado pelo Le Libertaire».

(26)Na 2ª edição de Anarchists seen by Painters (1988), relato esta conversa que teve lugar em São Paulo, Brasil, em Dezembro de 1985.

"A FAMÍLIA DALL'OCA E O ANARQUISMO EM SÃO PAULO"

Marcolino Jeremias

Clara Dall'Oca interprete na peça "como rola a vida"

É muito comum dentro da historiografia do anarquismo, principalmente quando produzida por acadêmicos, o registro biográfico de militantes libertários que foram prolíferos escritores, diretores de jornais, conferencistas, autores de livros ou exímios oradores. Por essa razão, os anarquistas que melhor desenvolveram a habilidade de falar e/ou escrever, com o passar dos anos acabaram sendo mais notados, pesquisados, e por conseqüência lógica desses estudos, tornaram-se mais conhecidos por todas as pessoas que se interessam pelo tema.

Considerando que o movimento anarquista historicamente é formado em sua maioria por trabalhadores braçais, que em geral não puderam completar seus estudos e que em alguns casos, sequer freqüentaram a escola, sendo, portanto, forçados a formarem-se ideologicamente de forma autodidata, e que grande parte desses anarquistas vão optar exclusivamente por serem militantes de base e deixarem funções mais rebuscadas como escrever e/ou falar em público para aqueles que melhor estavam preparados.

Constatamos com facilidade que ignorar os militantes braçais do anarquismo é cometer um grande erro histórico, ao reconhecer apenas um aspecto limitado da trajetória de um movimento social formado majoritariamente por militantes de base, que em muitos momentos decisivos, vão desempenhar uma função de maior importância do que os escritores, oradores ou intelectuais do anarquismo.

Esse texto visa, justamente, resgatar um pouco dessa história renegada, tomando como exemplo a produtiva vida da família Dall'Oca que se desenvolveu em meio ao movimento anarquista na cidade de São Paulo.

Sua trajetória têm início com o nascimento de Virgilio Dall'Oca, em 26 de junho de 1917, na cidade de Ribeirão Preto, filho de Hercole Dall'Oca (italiano de Milão) e Maria Lombo (brasileira de Ribeirão Preto), um casal camponês que teve 8 filhos.

Pouco tempo depois do nascimento de Virgilio, a família mudou-se para a cidade de Araçatuba. Virgilio perdeu sua mãe com 5 anos de idade, estudou até o terceiro ano na escola rural, e foi bem cedo dedicar-se ao trabalho no campo.

O pai de Virgilio era admirador do fascismo de Mussolini e muito severo na criação de seus filhos. Tamanha era a rigidez de Hercole Dall'Oca no trato com seus filhos, que a madrasta de Virgilio, a jovem baiana Olimpia Dall'Oca, tentava impedir (algumas vezes em vão) os constantes castigos corporais. "Uma das poucas qualidades de meu pai, era o fato dele ser ateu", nos diria anos depois, o próprio Virgilio Dall'Oca.

É nesse período difícil que ele vai conhecer a mulher que tornou-se sua companheira por toda a vida, Nair Lazarine Dall'Oca, nascida em 23 de abril de 1923, em Araçatuba, filha de Carmino Lazarine e Rosa Furlan (ambos brasileiros de Ribeirão Preto), um modesto casal que teve 7 filhos. O pai de Nair, além de marceneiro, também lecionou

na escola rural, onde ela estudou durante três anos.

Entretanto, no ano de 1932, por causa dos maus tratos, Virgilio Dall'Oca, então com 15 anos de idade, rebela-se contra o seu pai e foge para morar na casa de sua tia, na cidade de Marília.

Logo em seguida, começa a trabalhar na estrada de ferro Santos-Jundiaí e muda-se para a casa de seus tios Aída e Nicola D'Albenzio, já na cidade de São Paulo.

Nicola D'Albenzio, então ativo militante anarquista da Federação Operária de São Paulo (F.O.S.P.), aos poucos desperta o interesse do jovem Virgilio Dall'Oca pelas idéias libertárias.

A primeira vez que Virgilio Dall'Oca teve contato com outros anarquistas, foi quando ele foi levado pelo seu tio, para conhecer a redação do jornal A Plebe, e lá chegando encontrou o célebre militante Gusmão Soler, com quem pode reforçar suas convicções ácratas. Desde então, Virgilio começou a colaborar com o jornal, inclusive, organizando as páginas de A Plebe, quando ela chegava da gráfica.

Nesse mesmo ano de 1936, Virgilio Dall'Oca conheceu o Centro de Cultura Social de São Paulo, com sede na avenida Rangel Pestana, nº 251 (antiga Ladeira do Carmo, nº 9), que na época contava com muitos freqüentadores, entre eles: Edgard Leuenroth, Germinal Leuenroth, Pedro Catallo, Rodolpho Fellipe, João Rojo, Benedito Romano, Nicola D'Albenzio, Fernando Navarro, Antonio Gomes Gonzales, José Passaro, Paulo Partido, Nair Partido, Justino Salguero, Julieta Salguero, Lucca Gabriel, Lourdes Martin Gabriel, Amor Salguero, Antonio Passos, Antonio Raya Piedrabuena, Cecílio Dias Lopes, Maria Valverde Dias, Nena Valverde, José Valverde Dias, José Pazarini, Luis Chandre, Joaquim Antonio, Alfredo Chaves, Sebastião Gomes, Salvador Arrebola, Eduardo Peralta, Alexandre Pinto, Roque Branco, Manoel Turbilhano, Antonio Martinez, José Oliva Castillo, Cleopatra Boreli e seu companheiro, Martins e Mariasinha(1) (que chegou a ser Tesoureira do Centro de Cultura Social), além dos muitos espanhóis que viriam para São Paulo, após a implantação da ditadura de Franco na Espanha.

Após 4 anos morando com seus tios, Virgilio voltou para Araçatuba para casar-se com Nair, e ambos mudaram-se para São Paulo, para viverem juntamente com Aída e Nicola D'Albenzio. Virgilio chegou a trabalhar como servente de pedreiro, cobrador de ônibus, motorista de caminhão e, por fim, taxista.

Nair trabalhou como costureira, por conta própria. A difícil condição econômica do casal, não os impediu de contribuir financeiramente em inúmeras campanhas de solidariedade, como por exemplo, no apoio aos refugiados anarquistas durante o final da guerra civil espanhola (1939), organizado pelos anarquistas brasileiros respondendo ao apelo do jornal Tierra y Libertad.

Após a implantação do estado novo em novembro de 1937,o Centro de Cultura Social foi obrigado a fechar sua sede. Os anarquistas que desde o início da ditadura de Getúlio Vargas, vinham disputando o espaço nos sindicatos com os reformistas, perdem seu principal refúgio.

É neste contexto social, que um grupo de anarquistas, em sua maioria vegetarianos e naturistas, vai desenvolver um projeto de construção de uma chácara na cidade de Itaim, no interior do estado de São Paulo, que marcará um período completamente novo na trajetória do anarquismo brasileiro.

O grupo de voluntários anarquistas que comprou o terreno e que principiou o trabalho da construção da Nossa Chácara era composto inicialmente por: Germinal Leuenroth, Nicola D'Albenzio, Virgilio Dall'Oca, Justino Salguero, Salvador Arrebola, Antônio Castro, João Rojo, Dito Romano, José Oliva Castillo, Roque Branco, Antônio Valverde, Cecílio Dias Lopes e Lucca Gabriel. Sempre acompanhado de seus familiares.

"Quem derrubou a casa velha, trabalhou a terra, construiu e pagou a Nossa Chácara, foi esse grupo inicial. Posteriormente, outros membros do Centro de Cultura Social e um grupo novo de anarquistas que estava surgindo na Vila Bertioga, em São Paulo, também juntaram-se à iniciativa", nos conta o próprio Virgilio Dall'Oca, acompanhado de sua esposa Nair, provavelmente as únicas pessoas vivas que pertenceram ao grupo pioneiro de Nossa Chácara.

A Sociedade Naturista Amigos

da Nossa Chácara, foi registrada em 9 de novembro de 1939, e mesmo após a reabertura do Centro de Cultura Social em 9 de julho de 1945, a Nossa Chácara continuou sendo palco (além de inúmeras confraternizações) de congressos libertários nacionais e reuniões clandestinas, que foram essenciais e possibilitaram a reorganização do movimento anarquista brasileiro, que havia passado pelo difícil período repressivo da ditadura Vargas.

Virgilio Dall'Oca e o grupo pioneiro da Nossa Chácara, além das doações financeiras, prestaram inúmeras contribuições em trabalho pesado e sofrido, que tornaram-se de valor incalculável devido aos benefícios coletivos que proporcionaram. Com a mesma importância, Aída D'Albenzio e Nair Dall'Oca, muitas vezes, foram as principais responsáveis pela alimentação de todos que freqüentavam a Nossa Chácara.

Virgilio também chegou a trabalhar como taxista no Rio de Janeiro durante 4 meses, enquanto sua família continuou em São Paulo. Durante esse período boa parte do tempo, Virgilio ficou hospedado na casa da família Bottino, em Niterói, e fez contato com muitos anarquistas que viviam no Rio de Janeiro. Quando Virgilio retornou, a família fixou residência em São Paulo.

Quando surgiram os jornais "O Libertário" (outubro de 1960) e "Dealbar" (setembro de 1965), apesar de não escrever artigos, Virgilio contribuiu financeiramente para ambos e ainda colaborava na distribuição. "Nos dias 1º de maio e outras datas, a gente soltava os volantes. Eu mesmo entreguei, nos domingos, quando era mais moço e casado também. Eu os enfiava por debaixo das portas lá na avenida Celso Garcia, cada um fazia sua parte porque divulgava a nossa idéia. O nosso jornal era diferente do jornal burguês, o nosso jornal a gente tinha que dá, compreende? Era assim, eu distribuia.... Acredito que graças a essa turma que fazia isso, é que depois apareceu esse pessoal de hoje."., nos conta Virgilio, que também foi um dos cotistas da Editora Mundo Livre do Rio de Janeiro(2), que chegou a publicar os seguintes livros anarquistas: "O Retrato da Ditadura Portuguesa" de Edgar Rodrigues (1962), "A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos" de José Oiticica (2ª Edição - 1963), "Anarquismo – Roteiro de Libertação Social" de Edgard Leuenroth (1963), "O Humanismo Libertário e a Ciência Moderna" de Pedro Kropotkine (1964) e "Erros e Contradições do Marxismo" de Varlan Tcherkesoff (1964).

Virgílio, Nair e sua filha Clara Dall'Oca em S. Paulo

Após a implantação da ditadura militar no dia 1º de abril de 1964, a Sociedade Naturista Amigos da Nossa Chácara, resolveu vender sua propriedade no Itaim, para comprar um sítio, em Mogi das Cruzes, que seria mais apropriado para a continuação do projeto libertário. A campanha pró-compra do sítio foi iniciada em 28 de agosto e 1965, e foi concluída em 31 de dezembro de 1966. Na lista de pessoas que contribuiram financeiramente para a compra do Nosso Sítio, consta os nomes de Virgilio Dall'Oca e sua filha Clara Dall'Oca(3).

Clara Dall'Oca, além da contribuição financeira, também colaborou com o movimento anarquista, sendo um elemento produtivo na correspondência dos jo-

vens anarquistas de São Paulo, durante o período de 1961 à 1964(4), e principalmente, fazendo parte do "Laboratório de Ensaios" do Centro de Cultura Social, grupo dramático que recebeu comentários eloqüentes do Jornal da Tarde, Diário Popular, City News, A Gazeta, Shoppig News, Canal 2 de Televisão, Última Hora, Folha de São Paulo, e outros veículos de publicidade comercial.

Entre as peças que Clara Dall'Oca encenou constam-se "Como Rola Uma Vida" (1966), de Pedro Catallo, que além de Clara Dall'Oca contava com os seguintes atores: Faria Magalhães, Helena Nunes, Ailso Braz Corrêa, Milton Netto Moreno e Cesário Melantonio Neto, com a direção de Cuberos Neto. E também "Onde Anda a Liberdade" de Waldyr Andrade Kopezky (setembro de 1967), sendo ainda seus intérpretes; Paloma Raya, Tereza Tesouro, Luiz Coelho, Germinal de Amor, Cassiano Nunes e Antonio Raya, sempre sob a precisa direção de Cuberos Neto(5). Salientando que essas peças anarquistas e contestadoras foram representadas durante a ditadura militar, que empregava como prática comum a repressão e a censura, inclusive no meio artístico e teatral.

Em dezembro de 1968, é promulgado o ato institucional nº 5, e o Centro de Cultura Social que já vinha passando por inúmeros problemas internos e financeiros, resolve no início do ano seguinte, encerrar suas atividades, inclusive, por uma questão de segurança. O perigo pressuposto pelos anarquistas paulistas, será corroborado durante os dias 8 e 21 de outubro de 1969, quando o Centro de Estudos Professor José Oiticica (C.E.P.J.O.), dos anarquistas do Rio de Janeiro, foi invadido e assaltado pelos militares da aeronáutica e seus membros foram processados, presos e alguns, inclusive, torturados fisicamente.

Virgilio relembra esses dias difíceis: "Depois da invasão do Centro de Estudos do Rio de Janeiro, os companheiros do Centro de Cultura Social pediram para eu queimar os papéis que podiam comprometer. À noite, eu e a Nair queimamos aos poucos, para não chamar a atenção dos vizinhos: balancetes, listas de sócios contribuintes e outros documentos que possuíam os nomes dos colaboradores em geral".

Durante esse período, os militantes paulistas se organizaram e arrecadaram dinheiro anonimamente (por precaução), para ajudar nos custos do processo militar instaurado contra os anarquistas do Rio de Janeiro que durou até 1972.

Foi uma grande demonstração de solidariedade militante, e a família Dall'Oca estava presente para contribuir com a campanha.

Após ter morado alguns anos em Itanhaem, a família Dall'Oca fixou residência na cidade de Santos, onde vive até hoje.

No dia 10 de dezembro de 2005, Virgilio Dall'Oca participou juntamente com os companheiros Francisco Cuberos, Edgar Rodrigues e Manuel Ramos de um debate no Centro de Cultura Social, onde foi possível tomar conhecimento de um pouco da trajetória militante da família Dall'Oca e legitimar o maior exemplo que eles contribuiram para a prática do anarquismo: a ação direta!

(1) Lista elaborada por Virgilio e Nair Dall'Oca. Posteriormente, acrescentaram os nomes dos seguintes freqüentadores do Centro de Cultura Social de São Paulo: Antonio Ruiz, Antonio Padilha, Antonio Passio, Cristobal Alba, Miguel Morales, José Loureiro, Vicente Algarate, Roberto Schol, José Estevo Lemos, Hermano Mezzetti, José Morales, Eurico Pinto, Francisco Rodrigues, Helio Barrios, Rafael Vitali, Reinaldo Fellippeli, Fernando Navarro e João Alberich.

(2) Segundo carta de Ideal Peres para Pedro Catallo, datada de 19 de dezembro de 1964, contendo uma lista de contribuintes da Editora Mundo Livre. Arquivo do Centro de Cultura Social de São Paulo, gentilmente cedido por Givanildo Oliveira Avelino.

(3) Balanço com data de 31 de dezembro de 1966, assinado pelo então tesoureiro Jaime Cubero, e publicado integralmente no livro "O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)" de Edgar Rodrigues, Editora Achiamé, Rio de Janeiro, 1993, páginas 91 à 94.

(4) Edgar Rodrigues, obra supracitada, página 66.

(5) Edgar Rodrigues, obra supracitada, página 110.

ESCOLA HORTA NATUREZA, DO SONHO À LIBERTAÇÃO

"…Da etérea plaga, levantai-vos heróis do novo inundo..."
(Castro Alves)

Isabela Rodrigues, Luar Aidner e Igor Santana

O nascimento da primeira horta orgânica da Bahia ocorreu nos idos de 1972, fruto de um sonho revolucionário, transformado em prática e realidade por um casal de cearenses de Quixeramobim. Mais uma, dentre os grandes redutos de vanguarda e resistência, celeiro de um sem número de guerreiros e lideranças libertárias do nordeste, a história deste casal se confunde com a própria história do país, pois da forma mais autêntica, poética, chocante retrata um dos mais procazes relatos da resistência e coragem necessárias à sobrevivência do povo e de seus ideais, frente à tirania e forte repressão, monstruosa e desumana. Frente aos preconceitos, frente à seca. A seca, que é vista como professora pelo sertanejo e como problema para os governos. Bem como outros obstáculos que possuem a fama de deixar os nordestinos fortes e combativos, obstáculos estes que são impostos a um povo que não se conforma ou aliena diante de nossa realidade capitalista e autoritária.

Mais do que apenas criticar este caso de descaso e exclusão social, o ato de construir de forma palpável, trazer os castelos dos nossos sonhos a bases de pedra no plano material, realizar espaços alternativos, que em síntese representam uma afronta e oposição à estrutura vigente, sendo como espinhos de mandacaru fincados no âmago do sistema, inchando-o, inflamando-o... destruindo-o. Ou como macambiras agarradas às pernas do opressor, e se enroscando mais a cada movimento leviano em busca da implantação de seu modelo criminoso.

Neste caso, o mandacarú e a macambira são um

"Seu António "Bakunine" com a sua Cipo, vulgarmente conhecida como Coronha ou Dorothea Violacea"

homem, cuja história traz nas marcas do rosto a vivência mais fiel da força inerente ao nordestino de viver em harmonia com a natureza; tanto interna (mesmo contrária ao sistema), quanto externa, o mundo natural que nos cerca.

António Fernandes Mendes, o "Seu António Bakunin", é filho da vanguardista Quixeramobim, Ceará, terra de um parente dele, um tanto ilustre, o António Vicente Mendes Maciel, o "Bom Jesus Conselheiro" ou simplesmente o "António Conselheiro", onde as circunstâncias políticas do país não se aplicavam à singular região do nordeste, forçando e expulsando de sua terra o homem do campo, obrigando-o a cumprir a já velha e conhecida

penalidade aplicada ao povo dos Sertões, o papel duro do sujeito histórico, "o retirante".
Mas seu António sentiu ferver-lhe o sangue de Quixeramobim e não vestiu papel! Buscou nas pessoas ao seu redor, na prática comunitária ancestral, intrínseca e diária, na união de forças, a base para fazer diferente, erguer o castelo... e ergueram mesmo!
Examinemos qual pupilos da história, o contexto camponês nordestino, uma terra inacreditavelmente quente, com plantas urticantes e espinhentas, noite fria, bela e prenhe de cheiros, sons, histórias, lendas e aparições, onde cangaceiros encourados dos pés à cabeça lutam com coronéis de poderes divinos e macabros, onde são vistas fadas voando por entre umbuzeiros e galhadas de incó. Plantas milagrosas, venenosas, alucinogéneas, os cactus povoam toda parte formando o império do mandacaru, lá onde bovinos geneticamente incompetentes sucumbem à sagrada seca e as cabras nativas comem casca de pau, dando leite e crias. Lá vive um povo, um povo descendente de outro povo, que sabia as idades da lua, que conversava com suas deidades e que soube passar para a posterior geração os costumes e mistérios da convivência com a seca.
Este povo possui a sua terra nos pulmões, nos olhos, no peito, no estômago... no útero. Este povo tem no rosto as mesmas cicatrizes que sua terra. Eles sabem lidar e viver o ciclo sazonal de sua terra, são então chamados de revolucionários. Esta terra de essência mística e de dificuldades possibilita o surgimento de grandes intelectuais libertários, bem como líderes messiânicos, profetas e insurreições. Muitos Josés, muitas Marias, muitas Joanas e Antónios, Antónios como o Conselheiro, que assustou o mundo mostrando ser viável a convivência comunitária e libertária. Josés, como Zé Lourenço, que junto ao povo do Caldeirão mostrou o convívio harmonioso e produtivo com a seca, Marias, Joanas, Josefas e Lurdes que enfrentaram raivosas os canhões dos homens incrédulos que profanaram uma forma inexorável de convivência e evolução. E neste contexto místico-natural e revolucionário surgiu outro guerreiro, mais um António, da mesma linhagem nordestina e heróica do conselheiro. António Fernandes Mendes, o Seu "António Bakunin".
Que armado das ideologias libertárias, dos conhecimentos de convívio com a seca e com a ancestral mestria na arte da botânica medicinal popular nordestina, contrapõe-se ao sistema de forma nordestinamente valente, deixando um caminho de flores, raízes e aromas para os que tiverem olhos, nariz, boca e coração.

1. Sindicalismo Rural, Natureza e Anarquia*

"António Bakunin", o apelido é dado não por acaso, e sim pela semelhança com o revolucionário russo Mikhail Bakunin, por sua impenitência enfática contra o sistema.
O revolucionário russo foi um dos fundadores do anarquismo, que em síntese se fundamenta na idéia de uma sociedade sem governo, onde as pessoas podem voluntariamente se organizar e sobreviver em paz e em harmonia. Bakunin, ferrenho opositor das idéias autoritárias de Karl Marx, que defendia uma revolução, pela metade, afastando as elites dominantes detentores do aparelho do Estado e sua burocracia, colocando neste mesmo aparelho burocrático "homens revolucionários e capazes". Já Bakunin defendia a supressão do Estado pelo poder do povo e a derrubada do sistema capitalista. De fato a história fez justiça ao grande pensador e filósofo russo.
O sr. António Fernandes Mendes, político, assentado nas idéias libertárias, contestava abertamente os pelegos e os crápulas oportunistas encastelados no movimento dos trabalhadores do campo e da cidade. Com sua firme coragem e conhecimento universal da história social, fazia tremer as bases das esquerdas autoritárias que desconheciam a profunda filosofia de vários filósofos mundiais do socialismo libertário e da auto-gestão.
Seu António diz que seu pseudônimo deveu-se, de um lado, pelos partidários do anarco-sindicalismo de Bakunin e, por outro lado, pelas esquerdas autoritárias contrárias às idéias revolucionárias de Bakunin.
Podemos afirmar aqui, que o sr. António, no seu singelo modo de ser, tem vastos conhecimentos em outras áreas do pensamento humano, da ecologia, da agricultura orgânica, do uso do solo sustentável, da alimentação vitalizante e natural, do reflorestamento com plantas xerófilas do nordeste e das barragens subterrâneas e da proteção das águas com matas ciliares (plantas pioneiras e protetoras)

às mar-
gens dos rios e dos riachos
secos e periódicos do nordeste brasileiro.

2. Seu "António Bakunin" na clandestinidade

Após a fundação dos primeiros sindicatos era de se esperar que os sistemas não os quisessem vivos, dado o que estava havendo no país de 60 a 68 quando houve um golpe interno que afastou Costa e Silva e delegou poderes a uma "Junta" de Médici, que apertou o cerco às idéias libertárias, e ao próprio Médici que era tipicamente fascista. Seu "António Bakunin" foi então obrigado a exílios clandestinos por todo o país, com a ajuda da organização e de amigos pessoais, com quem seu António já fazia contato, tanto no sul como no Nordeste brasileiro, especificamente Rio de Janeiro e Bahia. Viaja clandestinamente pelas estradas tortuosas, sinuosas e misteriosas no nordeste com a meta de chegar a São Paulo, para os lados de Assis, a comunicação naqueles tempos era difícil e demorado, vários amigos foram presos durante o governo Médici, pois um conflito armado em Canino piorou a situação no campo. Isso ocorreu na cidade Romeira dos idos de 1970, quando o canto do Acauã foi ouvido novamente. Passado algum tempo, seu António encontra na cidade 10 de Maio, o seu irmão Francisco Fernandes Mendes, no interior do Paraná. Juntos trabalham numa oficina de panelas para trabalhadores rurais.

Seu António mantinha contato com os amigos anarquistas em São Paulo e em Assis, conheceu alguém que mostrou-lhe uma nova trincheira, o Francisco Di Idéia, que além de anarquista era vegetariano e neste tempo seu António tomou conhecimento da macrobiótica e do vegetarianismo através dos grandes mestres George Ohsawa e Professor Tomio Kikuchi — que ensinaram a alavancar os processos da vida. Em viagem a Londrina teve acesso ao livro "Macrobiótica Zen", aprofundando seus conhecimentos com relação à medicina popular, adequando o seu conhecimento ao contexto regional.

Francisco Di Idéia era presidente da cooperativa de pequenos Agricultores de Assis e cultivava produtos orgânicos. Francisco Di Idéia falou a seu António sobre a então Colônia Cecília formada por anarquistas estrangeiros, arquitetos entre outros profissionais de ideal libertário, que foram exilados da Europa por conta dos seus ideais libertários. Estes anarquistas vieram para produzir, trabalhar e vivenciar a agricultura comunitária, esta colônia prosperou e foram produzidos muitos alimentos, mas, assim como os sindicatos, a Colônia também foi punida por produzir, sua produção foi roubada pelo governo, provocando novamente a dispersão temporária dos anarquistas pelo país... E seu António? Pregando nos campos de algodão!

Com o tempo e o cerco cada vez mais acirrado da repressão, seu "António Bakunin" e o irmão resolvem ir para Cascavel (PR) na fronteira do Paraguai, próximo a Foz do Iguaçu, onde abrem mais uma oficina. Trabalham na Argentina, na cidade de Pousada e Assuncion, no Paraguai, com

"Um curso de sabonetes, com a presença de Salomé, mulher do seu António "Bakunine"

os "Brasilguaios". A primeira sede da oficina em 1º de Maio continuava funcionando.
Seu António nunca tergiversou com o autoritarismo da direita e da esquerda.

3. Anistia, luz no início do túnel

Seu António se aprofunda cada vez mais nos conhecimentos fitoterápicos e de agricultura orgânica e mantém o contato com a organização e com jornais libertários, escrevendo textos e manifestos acerca dos dois temas.
Enfim, em 1984 o Acauã canta novamente, desta vez um canto de retorno, sai uma "anistia" pois os pseudocrimes contra a ditadura haviam prescrito. Seu "António, Bakunin" e Francisco, seu irmão, resolvem ouvir como antes o chamado da Acauã, vendem as oficinas com a ajuda do amigo anarquista Júlio Cezar Montenegro, na época redator do Jornal "O Globo" do Rio, com quem trocava cartas e atuava como correspondente nos jornais "O Pasquim" e "O Opinião". Vão então para Salvador-Bahia, Bairro de Aguas Claras, o irmão Francisco vai a Fortaleza buscar a sua mulher, a filha Tânia Maria Fernandes Mendes e seu filho Carlos António Fernandes Mendes (portador da síndrome de Down) chamado de carinhosamente por Seu António de Carlinhos, viveu 30 anos de vida, mais um exemplo desse casal cearense de Quixeramobim/Ceará. Sua filha Tânia segue o exemplo do pai, é pedagoga, trabalha na APAE de Fortaleza na recuperação de deficientes físicos desta nobre instituição. Parabéns Tânia!. Que lá se encontravam desde então voltando cerca de dois meses depois. Seu "António Bakunin" e sua mulher Maria Salomé Fernandes Mendes, chamada carinhosamente por seu consorte de "Dona Salomé", arrendam a área que hoje é a Escola Horta Natureza. Na época, o lote desprezado e ocioso servia como depósito de sucata, campo de futebol, ponto de encontro de funcionários de empresas vizinhas...
Aqui estabelecido, seu António observa que não havia por aqui movimento macrobiótico. Todo o consumo era importado do Rio de Janeiro, assunto que comentava em suas cartas ao Jornal e ao amigo Roberto das Neves, então fundador da Editora Germinal, onde Seu António atuava como correspondente dos movimentos anarquistas que tratavam de furos não publicados pela imprensa oficial como cooperativas práticas alternativas e de autogestão, entre idéias do movimento hippie, naturalistas e macrobióticas (informações nordestinas).
O Acauã anuncia a abertura da ditadura no governo Geisel. Surgem os jornais "Opinião" (RJ) e "Ordem do Universo" do Distrito Federal, que seu António fazia circular na Bahia e em outras partes do Nordeste. Os jornais eram lidos por pessoas que buscavam práticas alternativas e harmoniosas de viver e divulgar o ideal libertário, como hippies, beatnicks, comunidades independentes e anarquistas em geral.
Em 1972 a recém fundada escola Horta-Natureza torna-se, então, uma trincheira, mais que um espaço onde estas pessoas vinham buscar conhecimentos sobre fitoterapia, autogestão, vivência comunitária, agricultura sustentável e outras práticas revolucionárias. "A Trincheira de seu António" divulgava comunidades alternativas, alimentação natural, bem como distribuía o jornal libertário de Portugal, "A Batalha", e outros jornais libertários nacionais no "Instituto Universo", sob direção do Professor Ricardo Lipper.

4. Histórico da Escola Horta Natureza

Mais uma vez a ajuda dos amigos Roberto das Neves e o Dr. Leal Perez e sua esposa Éster (os dois eram médicos) foi importante. Leal Perez e sua esposa honraram a Escola Horta Natureza. Para o efeito vieram do Rio visitar ao Sr. António e família. De seguida, vai ao Rio de Janeiro em busca de livros macrobióticos e filosóficos, e como costume pôs para ferver seu sangue de Quixeramobim e usou na prática sua sabedoria e força de guerreiro nordestino, buscando nas pessoas ao seu redor, a junção de forças para fundar a AMBA (Associação Macrobiótica da Bahia). A partir daí compram um moinho para preparação de chás e afins.
Seu António ensinava e escrevia cada vez mais sobre fitoterápicos e anarquia, enquanto o grupo crescia, como as já citadas cadeias de xique-xique. Jornalistas simpatizantes do movimento ajudaram a fundação da Editora Anarquista que posteriormente produzirá o "Inimigo do Rei", jornal subversivo com a ajuda de correspondentes de Salvador, Eduardo Nunes Fernandes, Ricardo Lipper, Alexandre Ferraz e Aurélio Velame.
O movimento macrobiótico sentou aqui e o público consumidor aumentava, seu António Bakunin e sua esposa haviam fundado a primeira horta orgânica da Bahia, e este pioneirismo já rendia resultados: forneciam

frutas e plantas beneficiadas por ele e a AMBA para os restaurantes e lojas de produtos macrobióticos e fitoterápicos (Grão de Arroz e o Beco do Mingua, Gergelim de Dona Neiva). Para além disso, a Escola Horta Natureza sediava sempre encontros e vivências de movimentos libertários afins, realizando debates e palestras, que, ocasionalmente, se estenderam a outras cidades do interior do estado.

Seu António, nordestino nato escrevia também sobre a convivência com a seca e o amor pela terra, usando inclusive o método ultra-revolucionário que o acompanhou desde a fundação de sindicatos, até os campos de algodão passando pela repressão até os dias de hoje: o método regional nordestino da literatura de cordel. Alguns deles se encontram em rascunhos manuscritos como "O Cordel do Parque São Bartolomeu" e outros que contam a saga de um povo valente que não teme nem a Carabina dos Coronéis nem o peso dos coturnos sob o qual vivemos.

Seu "António Bakunin" e sua fiel companheira "Dona Salomé" ergueram um santuário onde o Acauã, se assim o desejar, pode fazer seu ninho...

... Ao viver a tristeza dos retirantes, o Acauã chora em seu canto melancólico, e lembra da mais louca euforia dos bandeirantes ao peneirar terreno tão sólido. Ao ver o silêncio do cemitério, o Acauã chora seu pranto seco e físico, ao lembrar de canudos e seus mistérios, um povo que lutou por um ideal místico. Ao ver a face sofrida do catingueiro o Acauã chora, chora, até que seque seu pranto, pois vê força de um guerreiro misturase a poesia de um santo, ao ver o cantador em seu repente. O Acauã chora, liricamente, de ver o poder que tem essa gente de tornar a dor... dormente! Sr. António está escrevendo a despedida de António Conselheiro de Quixeramobim, uma prosa viva e comovente.

Hoje a Escola Horta Natureza continua funcionando e existindo na resistência. O acervo de documentos, livros, cordéis e uma infinidade de artigos do patrimônio histórico e etnobotânico do nordeste se encontram a disposição para estudo e preservação nas mãos calejadas de um homem que, como disse o poeta no início, deste artigo, "...Contrapõe-se ao sistema de forma nordestinamente valente, deixando um caminho de Flores, Raízes e Aromas para os que tiverem Olhos, Nariz, Boca e Coração".

"José Maria com seu António "Bakunine"

AS LEIS MUDAM, A IMIGRAÇÃO CONTINUA

Charles Reeve

Quando se trata de imigração, os capitalistas e os seus funcionários mostram abertamente o que não ousam dizer sobre a classe operária em geral. As leis sobre imigração sucedem-se, parecendo-se todas na ignóbil intenção de submeter os seres humanos às «necessidades da economia», de os reduzir a um «capital variável». Elas adoçam-se ou endurecem-se, segundo as relações de força entre as classes, as necessidades do lucro e dos que vivem da exploração do trabalho. A última hipocrisia original foi o projecto de «escolher a imigração», quando a emigração se torna por todo o lado a única hipótese de sobrevivência. Esta desumanização dos seres humanos, encontramo-la até na linguagem dos sociólogos e dos jornalistas. Como exemplo, esta expressão tornada hoje corrente e que diz muito sobre o desprezo em relação aos que procuram escapar à miséria, «os fluxos migratórios».

No início do século XX, os sindicalistas revolucionários norte-americanos, os Industrial Workers of the World, entre os quais se encontravam numerosos excluídos, migrantes, emigrantes, ilustres desconhecidos, mas também Joe Hill e Jack London, diziam que «qualquer lei sobre a imigração é uma lei contra a classe operária!». Há, nesta afirmação, a denúncia da separação legal que foi sendo introduzida no seio dos explorados.

A história da imigração é a história das sociedades capitalistas, a história do povo proletário, das suas divisões, das suas fraquezas, dos seus defeitos. Também das suas revoltas e das suas lutas para a dignidade. E as palavras

que lhe são associadas, «clandestino», «barracas», «intermediários», «desenraizamento», são tão velhas como a história das emigrações.

O apagamento da memória é sem dúvida um dos factos que determina a fatalidade e a resignação ao mundo tal como foi, tal como é, tal como será. Como o esquecimento é uma necessidade para a sobrevivência dos que querem acreditar num outro futuro para os seus filhos. Enquanto que a reprodução dos horrores prossegue, infatigavelmente, nos outros e neles próprios.

O trabalho que fez José Vieira (1) é uma pedrada nesta tentativa de esquecimento e de apagamento da memória, é um grito no silêncio consensual, uma correcção da história oficiosa. Reapropriando-se da sua vida – criança de um bidonville da República dos direitos do homem -, ele reconstitui uma fatia da história da emigração. Quando, nos anos 60, milhares e milhares de portugueses partiram, sem papéis e em condições terríveis, para o norte da Europa, quando «vilas inteiras se esvaziaram no segredo e no medo». Uma outra versão dos «30 gloriosos anos» que nos fazem beber hoje. Assim sendo, o trabalho de José Vieira funde as separações, repara as roturas, volta a dar dignidade ao passado. Que não é preciso esquecer, mas contar de cabeça levantada para afrontar o presente. Os portugueses dos seus filmes são os irmãos dos polacos dos anos 30, dos italianos dos anos 40, dos africanos, dos albaneses e dos chineses deste início de século. Sempre este mundo de «ilegais», de viagens em camião fechado ou em embarcações frágeis, de «mercadores de carne», de um quotidiano feito de controlos, de medos e de prisões, de apetites capitalistas por mão de obra fresca e submissa, de utilização politiqueira da miséria. Mas também de aspirações a uma vida melhor.

Será um grave erro se pensarmos que os filmes de José Vieira são apenas filmes sobre a emigração portuguesa! São filmes sobre a emigração, sobre a imigração e assim sobre a nossa sociedade, hoje, aqui e noutros lugares. Um trabalho que se inscreve no generoso projecto que aspira a voltar a dar dignidade à história de milhões de mulheres e homens. Passagem obrigatória para poder-se encarar o fim da condição de estrangeiro. Quer dizer, o fim do sistema que a engendrou.

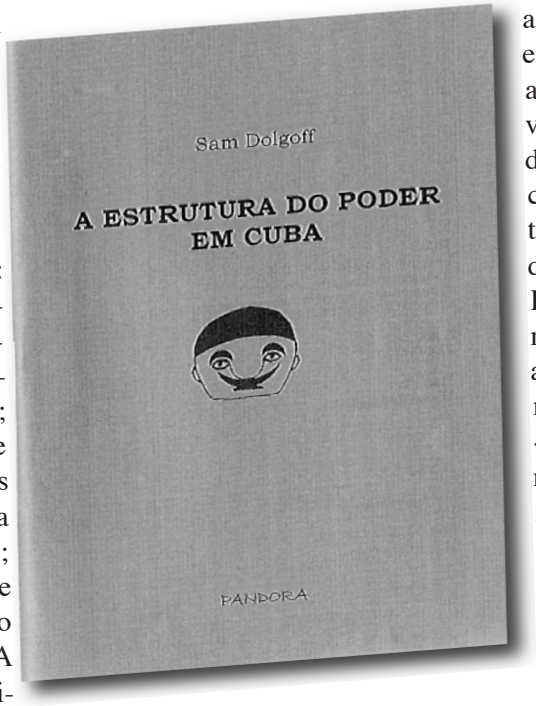
(1) - Les Gens du Salto, (7 filmes), realização de José Vieira, 2005. Caixa de 2 DVD, La Huit Production (218 bis, Rue de Charenton, 75012 Paris) distribution@lahuit.fr

Tradução de Mário Rui

LIVROS

A estrutura do poder em Cuba

Pela mão amiga da editora Pandora, chegou-nos este pequeno grande livro da autoria de Sam Dolgoff, que, de uma forma crítica, se debruça sobre A Estrutura do Poder em Cuba. O conteúdo do livro, que aborda de forma sumária a autonomeada revolução cubana, é desenvolvido através dos seguintes subtítulos: Reorganização da estrutura governamental; O partido comunista de Cuba (PCC); Democracia popular e descentralização; Os comités para a defesa da revolução (CDR); A juventude rebelde de Cuba; A situação dos trabalhadores; A «Democracia» sindical; Controlo operário e autogestão; A militarização do trabalho; As forças armadas; Comentários finais.



Sam Dolgoff escreve sobre aquilo que sabe e, além disso, demonstra um conhecimento elaborado sobre as relações de poder que se desenvolveram em Cuba com Castro. O autor descreve-nos, ao longo das 44 páginas, a realidade que se esconde atrás das boas intenções dos autores da revolução. Assim, uma coisa é dizer e outra, muito diferente, levar à prática.

Dolgoff, logo nas suas primeiras linhas, alerta-nos para o seguinte: «Na primeira fase das revoluções autoritárias, a elite revolucionária (por vezes comandada por um ditador) toma e consolida o poder com o pretexto de que age ''em nome do povo''. Porém, com a finalidade de governar o país e levar a cabo as decisões da direcção, todo o regime tem de, casualmente, institucionalizar o seu poder, por isso, estabelece um aparato burocrático-administrativo legalmente estabelecido e permanente.»

Nesta pequena amostra está sintetizada toda a falsidade que acompanha as boas intenções dos fazedores de revoluções. Todas as revoluções feitas utilizam sempre a mesma retórica. Foi assim com a revolução francesa, com a revolução russa, que encheram de esperanças as massas ignaras para vermos que fomos traídos por todos os mentecaptos do mundo. Aconteceu o mesmo com a dita revolução cubana.

Deixemos que Dolgoff nos ilustre sobre uma realidade que, ainda hoje, nos pretende ofuscar. «O Partido Comunista nunca tinha tido boas relações com Castro, não só devido ao colaboracionismo do Partido Comunista de Cuba com o ditador Batista, como por ter ridicularizado o histórico assalto castrista de 26 de Julho de 1953 ao quartel de Moncada (...). Os comunistas chamaram ao assalto uma ''aventura putschista burguesa''.»

Mas, melhor do que a nossa visão sobre esta problemática, o livro deve ser lido e merece ser levado em consideração para o conhecimento da história recente, de forma a podermos tirar as nossas próprias ilações e impedir que a mentira se sobreponha ao interesse das populações.

«La Estrutura del Poder en Cuba» («A estrutura do poder em Cuba») – (13.º capítulo da obra do mesmo autor («La Revolución Cubana Un Enfoque Crítico» – («A Revolução Cubana Uma Abordagem Crítica»), Campo Abierto ediciones. Madrid 1978. Autor: Sam Dolgoff; tradução: Manuel de Azuos; Correspondência: J. T. – Apartado 21477, 1134 Lisboa codex. Publicado por: Pandora/AcdM, Janeiro de 2004.

Ilídio Santos

José María Nunes, o cineasta intrépido

Nunca é tarde para resgatar a obra e a vida de um cineasta que nasceu em Portugal e se tornou num dos fundadores mais importantes da Escola de Barcelona.

Em boa hora, Joan M. Minguet Batllori escreveu o livro Nunes, El cineasta intrèpid. Para quem nunca se vendeu para atingir o cume da glória no mundo da arte cinematográfica, quedando-se sempre no anonimato e na paixão pela amizade e a liberdade, bem o merece. O apoio da Filmoteca de Catalunya tem sido inestimável para dar a plasticidade social que a arte e o cinema de José María Nunes merecem. Com esta edição em catalão, castelhano e inglês, a Filmoteca de Catalunya praticou um acto de justiça com enorme significado.

Esquecendo, por agora, a amizade que me liga a este cineasta e, por outro lado, ao cingir-me exclusivamente ao conteúdo do livro em análise, no meu entendimento, é crucial extrair três dimensões analíticas importantíssimas: a) o autodidactismo, a autonomia e a criatividade que integram a paixão pelo cinema de José María Nunes; b) o sentido da liberdade, da amizade e do amor como fundamento da anarquia aqui e agora; c) um cinema incrustado pela experimentação, a cultura e a arte, opondo-se visceralmente a qualquer tipo de tipo de dominação e de opressão, fosse ela proveniente do Estado, de Deus ou do Mercado.

José María Nunes nasceu em Faro, no ano de 1930. Não sendo de família abastada, nos tempos iniciáticos da ditadura de Salazar viu-se constrangido, com 11 anos de idade, a emigrar com a sua família para Espanha. Nos primeiros quatros anos de vida como emigrante viveu em Sevilha. Em 1946, seguindo os dilemas da sua família, passa a residir definitivamente em Barcelona.

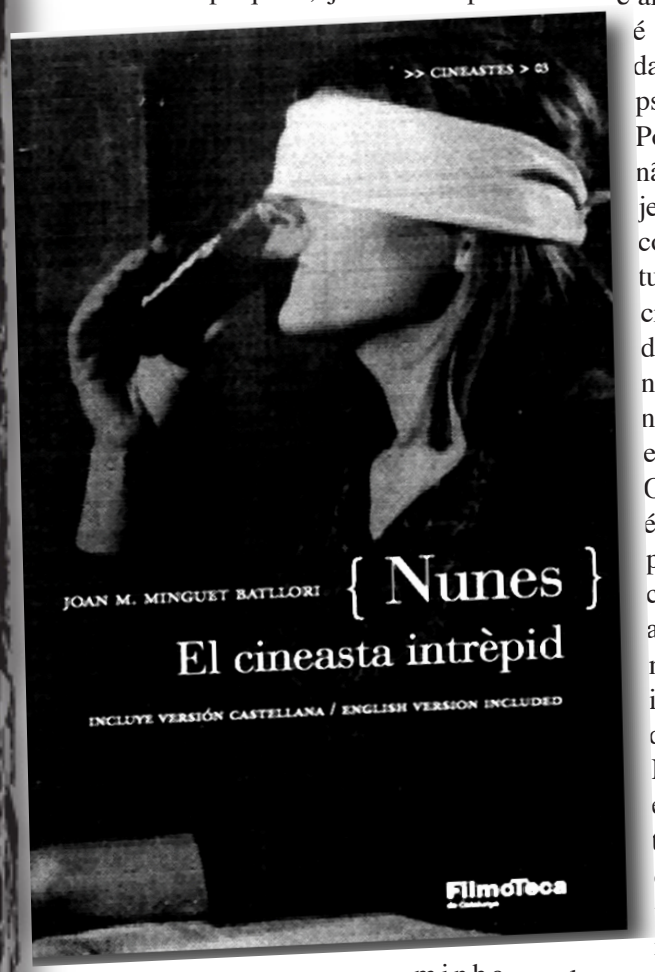
Não obstante ter trabalhado, alguns anos, como operário no sector da construção civil e, por outro lado, não tendo hipóteses de estudar pelas razões já descritas, a sua paixão pelo cinema leva-o a arranjar formas de sobrevivência circunscritas a qualquer profissão que estivesse correlacionada com a 7ª arte: assistente de realização, argumentista, secretário, mecânico, electricista, funcionário administrativo, mas também nos domínios da fotografia, sonoplastia distribuição, produção, etc. A sua personalidade assente na autonomia e num autodidactismo precoces conjugam-se numa simbiose perfeita.

Assim, em 1950, ao ter conhecimento que Enrique Gomez iniciava as rodagens do filme Mi hija Verónica, entrou em contacto com o referido cineasta e pediu-lhe trabalho com secretário de rodagem ou de script. Com entrada em pleno na rodagem deste filme, a sua paixão pelo cinema era tal que, segundo Joan M. Minguett Batllori, José María Nunes trabalhou de noite e de dia e realizou muitas das tarefas que eram vitais para a sua conclusão. A integração e a ascensão no mundo do cinema revelaram-se, desde então, vertiginosas. A criatividade juntou-se à sua maneira de ser autodidacta e autónoma, razão pela qual tenha sido assistente de direcção e mesmo realizado algumas sequências de vários filmes, entre os quais se destacam: El sistema Pelegrin (1951) de Ignasi F. Iquino; Mercado prohibido (1952) de Xavier Setó; Sor Angélica (1954) de Joaquín Romero Marchent; Los gamberros (1954) de Joan Lladó; El ceniciento (1955) de Joan Lladó; El difunto es un vivo (1955) de Joan Lladó; El ajo de cristal (1955) de António Santillán; Pasage a Venezuela (1956) de Rafael J. Salvia; Hospital de urgência (1956) de António Santillán; Un tesoro en el cielo (1956) de Miquel Iglesias; Una herida luminosa (1956) de Tulio Demicheli; e, ainda, Sitiados en la ciudad (1957) de Miquel Lluch.

Ao experimentarmos através dos cinco sentidos das nossas vidas o cinema de José María Nunes, na minha opinião, somos actores de uma vida pautada pela anarquia aqui e agora. Todas as imagens, sons, palavras, seres humanos, espécies animais e espécies vegetais são hinos de liberdade, amizade, solidariedade e amor. Seja numa perspectiva cultural, seja artística, antropológica, psicológica, biológica, política, social ou económica, para José María Nunes qualquer anarquismo só o é ou será se traduzir-se em pulsões de vida, como ele o faz através do seu cinema. É um anarquismo sem rótulos, sem ideologia ou militância exteriores à sua condição-função de ser único de liberdade e soberania.

A anarquia na perspectiva de José María Nunes não pactua com Deus e o Estado e inclusive com os que se julgam donos ou guardiões de movimentos ou ideologias identificados com o anarquismo, daí que os seus filmes sejam desconhecidos ou mal

considerados por alguns anarquismos que primam o seu quotidiano pela defesa intransigente da ortodoxia. "Em um dos colóquios ouviram-se gritos de "reaccionário". A resposta do director não foi precisamente conciliadora. "O indivíduo nasce livre. Estou contra a civilização porque toda a civilização priva a liberdade. Sou anti-civilização, não reaccionário. Eu sou também um homem psíquico, jamais me privei da minha liberdade. Ora bem, minha mente é reaccionária, já que tem que comer e cagar. Isto só o os anárquicos o notam. Um anárquico é precisamente quem no fundo tem uma grande responsabilidade. Os anárquicos estão completamente sós, sem ajuda do que chamamos sociedade. Por outro lado, se não investigo, não sonho. E em Iconockaut (1975) é investigação fazer dois corpos nus jogar sem que o público se ponha a manifestar a sua tesão. A validez deste sistema para o homem concreto é nulo, assim como para as reivindicações sociais. Todavia, prefiro os escravos gregos aos operários da SEAT "(op. cit. Mundo, 25/09/1976, in Joan M. Minguet Batllori (2006), pp. 113).



Como terceira dimensão da minha leitura da obra cinematográfica de José María Nunes devo realçar o tema vastíssimas vezes sublinhado pela crítica: Refiro-me concretamente ao epíteto de cinema de experimentação. Para José María Nunes, o cinema é arte, é cultura, numa palavra é vida, é oxigénio, é água, é sentir a vida como expoente da liberdade e de criatividade da mente, do corpo e da psique.

Por essas razões plausíveis cada "espectador" não pode ser, exclusivamente, um número/objecto/consumidor do que José María Nunes construiu ou ajudou a construir como arte, cultura e vida cinematográfica. Cada um de nós é criador e protagonista dos sons, das imagens, das palavras e dos silêncios que atravessam as nossas mentes, psiques e corpos através dos nossos órgãos sensoriais e consubstanciados em energia, informação e conhecimento.

O cinema experimental de José María Nunes é profundamente comunitário e anarquista porque ensina-nos a experimentar a vida como arte e cultura e ensina-nos, sobretudo, a fugir ou a opor-nos a todo o tipo de maniqueísmos que nos induzem à escravidão individual e colectiva. No amplo sentido do termo, com o cinema de José María Nunes aprende-se a viver a anarquia aqui e agora, assumindo-nos de vez como actores e criadores de liberdade, em actos quotidianos de uma vida em que é impossível dissociar a teoria da prática, o interno do externo, o bem do mal, numa palavra, a vida da morte.

Para os devidos efeitos, aconselha-se a quem não teve oportunidade de viver ou reviver a obra cinematográfica de José María Nunes, os seguintes filmes: Mañana (1957; No dispares contra mí (1961); (Noche de Vino Tinto (1966); Biotaxia (1967); Sexperiencias (1968); Iconockaut (1975); Autopista A-2-7 (1978); Gritos… a ritmo fuerte (1984); Amigogima (2000).

Joan M. Minguet Batllori (2006), "Nunes", El cineasta intrèpid, Barcelona, Filmoteca de Catalunya.

José Maria Carvalho Ferreira

UTOPIA

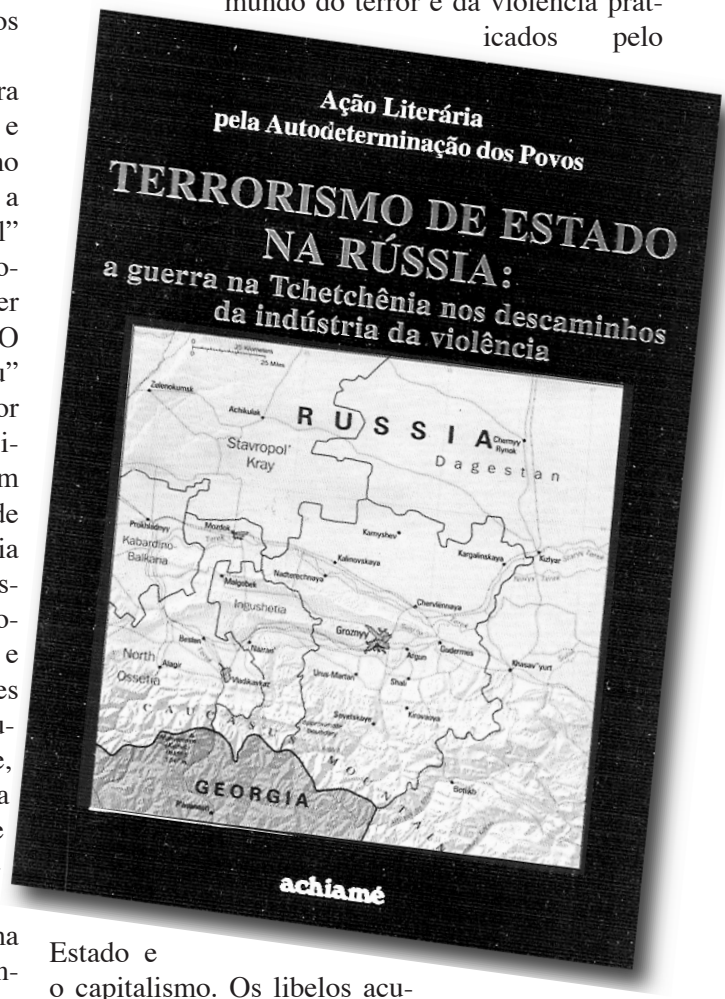
Terrorismo e Violência na Tchetchénia: uma história longínqua

Não é necessária muita coragem, mas sobretudo alguma lucidez e sentido de revolta para editar o livro Terrorismo de Estado na Rússia: a guerra na Tchetchénia nos descaminhos da indústria da violência. Essa revolta e lucidez tiveram-na a Editora Achiamé e a Acção Literária pela Autodeterminação dos Povos.

No primeiro caso, porque a Editora Achiamé consegue sair do labirinto e da confusão ideológica do esquerdismo marxista-leninista em crise, que vive a expensas de um "anarquismo social" fossilizado pelos mitos e pelas utopias totalitárias que destroem qualquer hipótese de emancipação social. O caso de Chomsky como "novo guru" da revolução social preconizada por Chavez é, neste domínio, muito elucidativo. Editar um livro compilado em condições muito difíceis e num acto de muita coragem pela Acção Literária pela Autodeterminação dos Povos é estar do lado dos oprimidos e dos explorados que são simplesmente omitidos e silenciados pelos canhões e as prisões do terrorismo de Estado, do espectáculo mercantil mediático do mercado e, por outro lado, da miséria e hipocrisia ideológica do marxismo-leninismo e da sua vanguarda mais recente, personificada por Chomsky.

Como é possível continuar a ter uma visão maniqueísta da história, denunciando exclusivamente os crimes e os horrores cometidos pelos Estados Unidos da América no Iraque e em outros países, quando essas mesmas vozes se silenciam perante os crimes e violências inauditas cometidos por outros Estados e outros países capitalistas à escala planetária, como sejam aqueles actuais que são bastante visíveis na Somália, na Tchetchénia, na Coreia do Norte, no Irão, no México e porque não dizê-lo, de forma peremptória, na Venezuela e em Cuba? Será porque o anarquismo maniqueísta de Chomsky só vê o mal nos Estados Unidos da América e o bem nos países que se auto-denominam de socialistas, como são os casos emblemáticos de Cuba, China, Coreia do Norte e Venezuela? Se isto tem algo a ver com a anarquia, então é melhor considerar esta semelhante a todos os modelos societários contrastantes que pululam, actualmente, no planeta Terra: capitalismo, socialismo, comunismo, fascismo.

Este livro situa-nos em outros territórios, em outras culturas, em outras histórias actuais e passadas do mundo do terror e da violência praticados pelo Estado e o capitalismo. Os libelos acusatórios que são endereçados aos assassinatos e crimes do exército russo ao povo tchetcheno, assim como, à governação de Ieltsin e Putin, no período de 1994 a 2006, não escamoteiam os alicerces do terrorismo de Estado russo no tempo dos czares, passando pela 1ª guerra mundial e a instauração do socialismo soviético na Rússia em 1917.



Os crimes e as atrocidades são tantos que, por vezes, temos dificuldade em ler as 115 páginas que o livro contém. Tudo foi e é executado ao mínimo pormenor, sem olhar a meios para atingir os fins. Extinguir ou exterminar uma vida, utilizando processos requintados da malvadez e miséria humana, seja através

de um general ou de um soldado, tanto faz, desde que a limpeza e o genocídio étnico dos tchetchenos estejam na ordem do dia. Estejam estes refugiados nas montanhas ou planícies da Tchetchénia, nas cidades de Grozny, Moscovo, São Petersburgo, regiões de Stavropol ou Novolákski, ou, ainda, na vila de Samáchki, em qualquer espaço-tempo do poder territorial e militar da Federação Russa trata-se simplesmente de eliminar qualquer vestígio ou tipo de resistência que personifique uma hipótese remota de independência da Tchetchénia. Qualquer tchetcheno é facilmente considerado como inimigo interno ou externo da Rússia, razão pela qual o Estado russo se sirva de todas as manifestações fascistas e nacionalistas em torno de valores étnicos, racistas e xenófobos.

Para ilustrar um pouco a natureza dos crimes e atrocidades cometidos no palco da guerra e do genocídio que ocorre na Tchetchénia, basta circunscrevermo-nos a um depoimento de um militar, que exercia as funções de chefe dos serviços secretos, ao jornal Izvestia, em 28 de Março de 2003: "Jornalista: são vocês que sequestram pessoas à noite e depois as exterminam? Oficial: cerca de 30% delas são sequestradas e mortas pelos próprios tchetchenos dentro do esquema da criminalidade, durante acertos de contas. 20% estão por conta dos extremistas, que exterminam colaboradores do governo federal. Cerca de 50% somos nós que executamos. Com nossa justiça corrupta simplesmente não há saída. Se, seguindo as leis, encaminhamos terroristas capturados para a prisão de inquérito "Chernokosovo", rapidamente os parentes os compram de volta. Passamos a usar estes métodos quando os principais grupos de exterminação foram exterminados. As tropas ficaram paradas. Vieram procuradores, começaram a fazer bobagens, como instituir a paz. Tudo deve ser confirmado com provas, etc…Supomos que temos uma informação quente que determina que uma pessoa é um bandido, com os braços em sangue até aos cotovelos. Vamos até ela com o procurador, mas na casa do sujeito não há nenhuma bala. Como vamos prendê-lo? Por isso exterminar os bandidos na calada da noite é o meio mais eficaz da guerra. Eles temem isso. Em nenhum lugar se sentem em casa. Nem nas montanhas, nem dentro das casas. Hoje não precisamos de grandes operações. Precisamos das operações nocturnas, precisas, cirúrgicas. Os fora da lei podem ser combatidos somente fora da lei. Jornalista: você gosta desse procedimento? Oficial: Nem sempre. Com este negócio às vezes pessoas inocentes desaparecem. Pois os tchetchenos agora estão dividindo o poder e, acontece, denunciam-se uns aos outros. Quando nós ficamos sabendo da verdade já é tarde para consertar alguma coisa. A pessoa não existe mais" (Ação Literária pela Autodeterminação dos Povos, 2006:56).

As informações e o conhecimento que se podem retirar da leitura deste livro são deveras importantes. Dos 6 anexos que compõem a parte final existem muitas lições socio-históricas que nos elucidam de forma muita concreta o que se passa há várias décadas na Tchetchénia. Todavia, há que destacar o Anexo IV In Memoriam de Anna Politkóvskaia. Num tempo histórico em que ideias, ideologias, valores e ética são mercantilizados ao extremo por qualquer jornalista normativo desta sociedade em que vegetamos, a simples existência de uma grande mulher, como foi o caso de Anna Politkóvskaia, é indiciador de pessoas que não se vergam perante qualquer Estado, quaisquer Deus ou amo. O seu assassinato pelo Estado russo em 7 Outubro de 2006 é uma prova irrefutável da extensão e imensidão do terrorismo e da morte que qualquer Estado personifica para qualquer ser humano que aspira a uma vida livre e soberana.

Ação Literária pela Autodeterminação dos Povos (2006), Terrorismo de Estado na Rússia: a guerra na Tchetchénia nos descaminhos da indústria da violência, Rio de Janeiro, Achiamé.

José Maria Carvalho Ferreira

Hesitações de uma Institucionalização
As bolsas de trabalho em França: do sonho burguês à sua realização operária

Infelizmente, estamos todos distraídos. Ou a nossa memória só é despertada quando alguns dos nossos companheiros ou outros autores, mais atentos, se lembram de avivar a nossa cultura para as realidades que nos oprimem. Hoje, em Portugal, surgiram as malfadadas casas de prostituição do trabalho. Refiro-me a essas empresas de trabalho temporário que são responsáveis pela manutenção de um status quo que reduz quase à indigência todos aqueles que pretendem trabalhar honestamente. Jean-Paul de Gaudemar aborda no seu livro a realidade que hoje nos fere. Diz ele: «A colocação institucional num emprego já existia antes de 1890, todavia, estava pensada (como tudo o resto) a partir de uma óptica de repressão e vigilância policial. E isto porque o centro de emprego é um pouco como um centro de admissão, onde se permite aceder à sociedade burguesa. Isso já sucedia no século XVIII (...) O centro de emprego é uma garantia de ordem, fonte de segurança e de confiança.»

Mais adiante, Gaudemar, em subtítulo, refere A fundação do comércio do trabalho, em que diz: «Depois da separação do produtor dos seus meios de produção, analisada por Marx como característica da acumulação primitiva, surge a segunda idade do capitalismo anunciada por Molinari: a da separação do trabalhador da sua capacidade para negociar a sua própria força de trabalho.»

Todo o livro, que comporta 32 páginas, lê-se de um fôlego e não nos deixa indiferentes. Recomendamos a sua leitura, discussão e divulgação.

Hesitações de Uma Institucionalização, in La mobilisation générale – Autor: Jean-Paul de Gaudemar, tradução: Manuel de Azuos, Correspondência: J. T. – Apartado 21477, 1134 Lisboa codex. Publicado por: Pandora/ ACdM.

Ilídio Santos

A
Rivista anarchica mensile, anno 36, nº 321, novembre 2006 - Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; E-mail: arivista@tin.it; Web site: www.arivista.org

Al margen
Portavoz del Ateneo Libertario, Año XV, nº 59, Otoño 2006 - Contacto: C/ Palma 3, 46003 Valencia, España; E-mail: atalmargen@nodo50.org; Web site: www.nodo50.org/almargen

CeNiT
Organo de la C.N.T.-A.I.T. – Regional del Exterior, 26 décembre 2006 - Nº 997 Publica uma declaração anunciando o fim do jornal - Contacto: CeNit, chez Imprimerie des Gondoles, 6, Rue Chevreul, 94600 Choisy-le-Roi, France

Courant alternatif
Mensuel édité par l'Organisation Communiste Libertaire, nº 164, décembre 2006 - Contacto: OCL / Égrégore, B.P. 1213, 51058 Reims cedex, France; E-mail: oclibertaire@hotmail.com

Etcetera
Correspondencia de la guerra social, nº 41, Diciembre 2006 - Contacto: Apartado 1363, 08080 Barcelona, España; E-mail: etcetera@sindominio.net

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, Hors Série, nº 31, du 21 décembre 2006 au 10 janvier 2007 - Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; Telef. 33.1.48053408

Libertaria
il piacere dell'utopia- Rivista trimestrale, anno 8, numero 4, ottobre / dicembre 2006 - Contacto: C. P. 10667, 20110 Milano, Italia; E-mail: libertaria@libertaria.it;

Mídia Rebelde
Publicação digital, Outubro 2006, nº 8, Salvador - BA - Contacto: midiarebelde@terra.com.br

Política Operária
Nº 107, Novembro / Dezembro 2006, Ano XXII - Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa, Portugal; E-mail: dinopress@mail.telepac.pt

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, anno 86, n. 41, 17 dicembre 2006 - Contacto: c/o Federazione Anarchica Torinese, C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia; E-mail: fat@inrete.it

Outros documentos e livros recebidos

A Estrutura do Poder em Cuba
Sam Dolgoff, Edições Pandora, Lisboa, Janeiro 2004 - Contacto: J.T., Apartado 21477, 1134 Lisboa Codex

Bulletin of the Kate Sharpley Library
Boletim da Livraria Kate Sharpley, Number 48, Oct. 2006 - Informação sobre publicações editadas e disponíveis. - Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane, London WC1N 3XX, England; Web site: www.katesharpleylibrary.net

Claire l'enragée
Entretien avec Claire Auzias, Mimmo Pucciarelli, Éditions Atelier de Création Libertaire, Lyon, juin 2006

Espejos
Pierre Mabille, Editorial Etcetera, 2006 Correspondência: Apartado 1363, 08080 Barcelona, España; Web site: www.sindominio.net/etcetera

Hesitações de uma Institucionalização
As bolsas de trabalho em França: do sonho burguês à sua realização operária - Jean-Paul de Gaudemar, Edições Pandora

L'anarchisme en personnes
Laurent Patry e Mimmo Pucciarelli, Éditions de Création Libertaire, Lyon, juin 2006

Nunes, El cineasta intrèpid
Joan M. Minguet Battloni, Filmoteca de Catalunya

Terrorismo de Estado na Rússia: a guerra na Tchetchênia nos descaminhos da indústria da violência
Ação Literária pela Autodeterminação dos Povos, Achiamé, Rio de Janeiro, 2006

Una sublevación proletaria en la Florencia del siglo XIV
Nicolás Maquiavelo e Simona Weil, Editorial Etcetera, 2006